



Relatório de Auto-Avaliação Institucional da UFBA

2002 – 2005

Volume 1



**Salvador
2006**

DADOS DA INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

CÓDIGO: 0678

CARACTERIZAÇÃO: Instituição Pública Federal – Universidade

ESTADO: Bahia

MUNICÍPIO: Salvador

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Paulo de Arruda Penteado Filho

Coordenador – Representante do Reitor

Denise Santana Janzen

José Albertino Carvalho Lordelo

Especialistas em Avaliação

Marieta Barboza Pereira da Silva

Representante dos Servidores Técnico-Administrativos

Renée Albagli Nogueira

Representante da Sociedade Civil

PERÍODO DE MANDATO DA CPA: Dois anos a partir abril de 2005.

ATO DE DESIGNAÇÃO DA CPA: Portaria Nº 143 de 06 de abril de 2005.

APOIO TÉCNICO

Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público – ISP/UFBA

Centro de Processamento de Dados – CPD/UFBA

Setor de Informação e Documentação da UFBA

SECRETARIA EXECUTIVA DA CPA/UFBA¹

Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público – ISP/UFBA

¹ Portaria Nº 231 de 10 de maio de 2006 do Reitor da UFBA.

RELATÓRIOS SETORIAIS

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Pró - Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD
Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG
Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT
Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP
Prefeitura do Campus – PCU
Setor de Informação e Documentação / PROPLAD
Superintendência Estudantil – SET

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Biblioteca Central Reitor Macedo Costa – BIC
Centro de Estudos interdisciplinares para o Setor Público - ISP
Complexo Hospitalar Universitário Prof. Edgard Santos - HUPES
Maternidade Climério de Oliveira - MCO

COLEGIADOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Arquitetura e Urbanismo
Dança
Enfermagem
Engenharia Elétrica
Geografia
Letras
Medicina Veterinária
Música
Nutrição
Química
Secretariado Executivo
Teatro

UNIDADES ACADÊMICAS

Instituto de Letras
Escola de Música
Escola de Nutrição

RELATÓRIO FINAL

MEMBROS DA CPA

Paulo de Arruda Penteadó Filho
Denise Santana Janzen
José Albertino Carvalho Lordelo
Marieta Barboza Pereira da Silva

CONSULTORA - ISP/UFBA

Ana Lúcia França Magalhães

APRESENTAÇÃO

A auto-avaliação vem se consolidando na Universidade Federal da Bahia como um procedimento importante e necessário na busca da inovação e da qualidade institucional.

O presente relatório integra o Processo de Avaliação Institucional, um dos instrumentos centrais do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e foi elaborado com base no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional – Orientações Gerais – INEP, 2004.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação, responsável pela condução e articulação do processo de avaliação interna, apresenta, neste relatório, a primeira auto-avaliação institucional ampliada, fruto de um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos meses.

Coube à CPA a consolidação final dos relatórios setoriais, produzidos pelas Pró-Reitorias e Órgãos da UFBA, considerando suas análises qualitativas e quantitativas, bem como o diagnóstico de suas potencialidades e fragilidades.

Surge, agora, novo desafio: que os resultados obtidos neste processo crítico-reflexivo, que deverá ser permanente e contínuo, sejam integrados aos processos decisórios nos diversos âmbitos de gestão da UFBA, contribuindo, deste modo, para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e administrativo e, sobretudo, para o planejamento da gestão desta nossa Instituição.

A Comissão Própria de Avaliação

SUMÁRIO

VOLUME 01

1. INTRODUÇÃO

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3. PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4. DIMENSÕES DA AUTO-AVALIAÇÃO

4.1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO

4.3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

4.4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

4.5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL

4.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

4.7 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

4.8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

4.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

4.10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

4.11 UNIDADES DE SAÚDE DA UFBA

5. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

FONTES

ANEXO - PLANILHAS, FIGURAS, ORGANOGRAMAS, TABELAS

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**
- 3. PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da auto-avaliação institucional da UFBA, planejada para o período 2002-2004, contudo, em relação a algumas dimensões de análise, a avaliação foi realizada utilizando-se dados do ano de 2005. Como assinalado no projeto, esta ação avaliativa não foi proposta apenas para cumprir uma exigência legal, em função do SINAES, sua trajetória foi marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões que conduziram ao auto-conhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão universitária.

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos definidos no plano de auto-avaliação da UFBA constituem propósitos de um projeto amplo de avaliação institucional, envolvendo:

1. Produzir dados e informações que subsidiem a análise das dimensões que se constituem no objeto do processo de avaliação;
2. Desenvolver ações que contribuam para o fortalecimento, na Universidade, da cultura de avaliação institucional;
3. Construir uma metodologia de avaliação que permita aos diferentes órgãos e níveis da administração universitária desenvolver, de forma sistemática e contínua, projetos de auto-avaliação;
4. Sistematizar os resultados da auto-avaliação de modo que possam ser considerados no processo de planejamento e gestão institucional;
5. Formar quadros para a institucionalização do processo de avaliação na Universidade Federal da Bahia.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em 2004, o universo da comunidade universitária apresentava-se com a seguinte composição: 19.403 estudantes de graduação, 3.000 estudantes de pós-graduação (cursos *stricto sensu* e *lato sensu*), 1.691 professores

integrantes da carreira do magistério, 577 professores temporários e 3.547 servidores técnico-administrativos. Neste mesmo ano, a UFBA oferecia 56 cursos de graduação, 40 cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 43 cursos de especialização além de desenvolver, de forma continuada e intensa, atividades de pesquisa e extensão.

A auto-avaliação considerou essa população, propondo uma metodologia que permitisse o seu balizamento pelos princípios da:

- ✓ **participação** dos diferentes segmentos da comunidade universitária e a transparência no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados;
- ✓ **globalidade**, significando que os resultados da avaliação devem expressar uma visão de conjunto da Instituição;
- ✓ **gradualidade**, expressando a estratégia de envolvimento dos diferentes sujeitos no processo de avaliação e o próprio desenvolvimento do projeto, com a incorporação das diferentes dimensões objeto da avaliação a partir da sua maior ou menor complexidade.

A auto-avaliação institucional da UFBA (2002/2004), pautada na Lei 10.861/2004, envolveu 11 dimensões de análise:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão
3. A responsabilidade social da instituição
4. A comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal
6. Organização e gestão da instituição
7. Infra-estrutura física
8. Planejamento e avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes e egressos
10. Sustentabilidade financeira
11. Unidades de Saúde

A auto-avaliação destas dimensões foi realizada utilizando-se vários procedimentos metodológicos. Destacam-se: a pesquisa documental; o registro da percepção de gestores de diferentes órgãos e níveis da administração universitária, sobre as atividades fins e meios da instituição; bem como outros procedimentos utilizados na realização de estudos especiais.

A atividade de busca e análise de dados e informações, sob a coordenação geral da Comissão Própria de Avaliação (CPA), foi executada por gestores das Pró-Reitorias de: Graduação (PROGRAD), Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Extensão (PROEXT), Desenvolvimento de Pessoas

(PRODEP), Planejamento e Administração (PROPLAD); bem como por gestores de órgãos da administração/coordenação e de unidades acadêmicas, tais como: Prefeitura de Campus (PCU), Biblioteca Central (BIC), Maternidade Climério de Oliveira (MCO), Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES); Coordenações de Cursos de Graduação; Sub-Comissões da CPA da Escola de Música; do Instituto de Letras; da Escola de Nutrição; e por outros órgãos, como: Empresa Junior de Psicologia da UFBA.

As informações e análises desenvolvidas permitiram construir um perfil institucional, sem, contudo atingir a profundidade desejada em todas as dimensões de análise, o que já era previsto no próprio projeto, que define também a gradualidade, como um dos procedimentos estratégicos de ação.

As análises integraram os temas e indicadores apresentados na Matriz de Informações para o Processo de Avaliação Interna, uma vez que este foi o próprio instrumento que orientou o processo.

O estudo avaliativo envolveu várias ações que passam a ser apresentadas no item seguinte que trata do processo de trabalho.

3. O PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Na UFBA, o processo da auto-avaliação institucional envolveu a realização de um grande conjunto de ações, com a participação dos diferentes sujeitos/segmentos que integram a comunidade universitária. Nas ações desenvolvidas, a CPA atuou como mobilizadora, catalisadora, executora e, sobretudo, como construtora deste documento final. Sua primeira ação foi a montagem do projeto de auto-avaliação institucional. Definido o projeto, foram planejadas as ações para sua execução. Além dos eventos, como seminários e encontros de trabalho, algumas ações foram de longa duração, como a elaboração dos relatórios setoriais, dos estudos especiais e deste próprio relatório, enquanto outras foram permanentes, como: as reuniões semanais de trabalho e estudo da CPA; o atendimento às solicitações internas e externas; a manutenção e atualização da página na *WEB* para divulgação das ações.

A seguir, são apresentadas súmulas destas ações, executadas simultânea ou sequencialmente, na busca da realização dos objetivos definidos no projeto de auto-avaliação institucional.

3.1 AÇÕES PRELIMINARES

Antes de ter início todo o processo, duas ações preliminares foram realizadas: a constituição da Comissão Própria de Avaliação e a definição do projeto de auto-avaliação institucional.

3.1.1 - Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Segundo o que define a Lei 10.816/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Reitor da Universidade Federal da Bahia constituiu, através da Portaria Nº 143 de 06 de abril de 2005, a Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFBA, com “as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP” (art.11).

Para formalizar a composição da CPA, que segundo a citada Lei deve ter a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações, a Administração da UFBA solicitou a indicação de representantes ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), à Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ao Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da Universidade Federal da Bahia (ASSUFBA) e ao Conselho Estadual de Educação de acordo com composição da CPA aprovada pelo Conselho Universitário e formalizada pela Portaria Nº 140/05.

Como até o presente momento não houve a indicação dos representantes do DCE e da APUB, a CPA/UFBA não tem contado com a participação desses dois segmentos, considerados de vital importância para a realização da tarefa de avaliação interna institucional.

A composição da CPA da UFBA inovou em relação ao previsto na legislação, por ter integrado a ela dois especialistas em avaliação institucional e um representante do Reitor, de modo que a Gestão, sem interferir nos trabalhos da Comissão, pudesse lhe prestar o apoio institucional necessário ao desenvolvimento de atividade com tal grau de complexidade.

3.1.2 – O Projeto de Auto-Avaliação Institucional

O Projeto de auto-avaliação da UFBA, elaborado pela CPA após reuniões de estudo, discussões e negociações foi organizado em dois blocos: no primeiro foi apresentada a auto-avaliação na UFBA, indicando-se os antecedentes, o processo de auto-avaliação do ensino de graduação e a ampliação do processo de auto-avaliação. O segundo bloco expressa o processo de avaliação institucional, definindo: os objetivos, as estratégias de execução, a metodologia, o cronograma de execução, a gestão da avaliação, o orçamento do projeto. Ainda integra o documento, como anexo, a Matriz de informações para o processo de avaliação interna, instrumento para dirigir a coleta de dados e informações.

3.2 AÇÕES EVENTUAIS - SEMINÁRIOS E ENCONTROS DE TRABALHO

3.2.1 – I Seminário de Auto-Avaliação Institucional da UFBA: retomando um desafio permanente

Objetivos

- Sensibilizar a comunidade acadêmica da importância da avaliação como mecanismo de fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- Tornar efetiva a participação do conjunto da comunidade acadêmica, para a construção coletiva de uma cultura de avaliação;
- Apresentar a avaliação como subsídio, de caráter permanente, para o estabelecimento e reformulação das políticas institucionais;
- Discutir com a comunidade acadêmica o papel da avaliação como instrumento de aprimoramento da competência pedagógica do seu corpo docente e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- Identificar mecanismos capazes de demonstrar à sociedade a relevância científica e social das atividades desenvolvidas pela UFBA;

- Apresentar a avaliação como elemento estratégico de gestão, capaz de identificar fragilidades e potencialidades institucionais.

Local - Auditório João Gonçalves, do PAF 1, Campus de Ondina, Av. Ademar de Barros Filho, s/n

Data - 18/04/2005, segunda-feira, 14:30 h.

Público alvo

Diretores de Unidades Acadêmicas; Chefes de Departamento; Coordenadores de Colegiados de Cursos; Pró-Reitores; Diretores de Órgãos Suplementares; Bibliotecários; Técnicos - CPD, SGC, SUPAC, SPE, Setor de Informação e Documentação; Membros do CONSEPE, CONSUNI, CSVU, Comissão da Reforma Universitária, Comissão Organizadora do Seminário "UFBA pensa a si mesma"; Docentes; Servidores Técnico-Administrativos; Estudantes da Graduação e da Pós-Graduação; Dirigentes - DCE, DAs, APUB, ASSUFBA, Empresas Juniores.

Programação

- Abertura pelo Reitor da UFBA, Prof. Naomar de Almeida Filho
- Apresentação do Prof. Hélgio Trindade, Presidente da CONAES/MEC
- Apresentação do Projeto Preliminar de Auto-Avaliação da UFBA, Prof. Paulo Penteado, Coordenador CPA/UFBA
- Apresentação sobre o Seminário "A UFBA pensa a si mesma", Prof. Dirceu Martins
- Debate

3.2.2 - II Seminário de Auto-Avaliação Institucional da UFBA

Objetivo - apresentar um balanço do que já foi realizado e das próximas ações.

Público alvo - os grupos que já vêm desenvolvendo atividades de auto-avaliação, bem como aqueles que estão iniciando, ou ainda não iniciaram o processo.

Programação

- Apresentação do Coordenador da CPA, Prof. Paulo Penteado
- Apresentação de um *Clip* pela TV UFBA
- Apresentação - PRODEP, PROEXT, PRPPG, PROGRAD, PROPLAD
- Apresentação - Superintendência Estudantil, Biblioteca Central, Hospitais, Infra-estrutura
- Apresentação de Estudos Especiais – Egressos, Imagem Institucional.

3.2.3 - Encontros de Trabalho

Data - 27/04/2006

Local - Sala da MASTABA - Faculdade de Arquitetura

Público Alvo: Coordenadores de Cursos de Graduação

Programação: Avaliação dos Cursos de Graduação

3.2.4 – III Seminário de Auto-Avaliação Institucional da UFBA

Data – 24/08/2006

Local – Auditório do PAF I – Campus de Ondina

Público Alvo – Comunidade Universitária

Programação

- Credenciamento e Sessão de Abertura
- Apresentação PROPLAD / UFBA
- Apresentação do SINAES
- Auto-Avaliação, PPI e PDI
- O Processo de Auto-Avaliação da UFBA – apresentação e debates
- Síntese do Relatório de Auto-Avaliação da UFBA
- Relatos de Experiências Setoriais de Auto-Avaliação
- Discussões
- Encerramento e Confraternização

3.3 AÇÕES DE LONGA DURAÇÃO

3.3.1 - Elaboração dos Relatórios Setoriais

Os relatórios setoriais foram executados pelos órgãos da administração a partir da Matriz de Informações para o Processo de Avaliação Externa construída para ser o próprio instrumento de coleta de dados. Todo o trabalho foi executado com total autonomia dos órgãos envolvidos, que definiram suas equipes de trabalho, realizaram o levantamento e análise dos dados que posteriormente foram encaminhados à CPA. Todos os relatórios recebidos pela CPA foram disponibilizados em <<http://www.cpa.ufba.br/relatórios.html>>. Estes relatórios setoriais constituíram a base para a construção do relatório final.

3.3.2 Elaboração de Estudos Especiais

Os estudos especiais realizados versam sobre: a Imagem da UFBA; o Perfil Sócio-Econômico dos Candidatos Inscritos e Classificados no Concurso Vestibular da UFBA - 2001/2004; os Egressos; a SPE: Avaliando a Tramitação de Processos; o SMURB: Acesso, Oferta de Serviços e Demanda Reprimida; o HUPES: Pesquisa de Satisfação dos Usuários Externos; CPD: Pesquisa de

Satisfação dos Usuários Internos; Auto-Avaliação da Escola de Música; Auto-Avaliação do Instituto de Letras; Organização e Gestão do Sistema de Bibliotecas da UFBA: Proposta de Modelo. Também neste caso, os responsáveis diretos pela sua execução tiveram autonomia para definir a metodologia para a coleta e análise dos dados e informações. Os relatórios desses estudos foram disponibilizados no site da CPA em <<http://www.cpa.ufba.br/relatorios.html>> e seus resultados também integram o relatório de auto-avaliação institucional, constituindo o volume 02 .

3.3.3 Elaboração do Relatório Final

O relatório final elaborado de forma colaborativa, teve por base toda a produção enviada à CPA, isto é, os relatórios setoriais. O processo de elaboração colaborativa do relatório final, disponível a toda comunidade acadêmica em <<http://www.cpa.ufba.br>> não só para o acompanhamento , mas para participação através do envio de comentários, críticas e sugestões, teve como produto este relatório.

3.4 AÇÕES PERMANENTES

3.4.1 Reuniões de Trabalho da CPA

A partir de outubro de 2004 a CPA¹ vem se reunindo semanalmente para: (1) discutir a questão da avaliação da educação superior; (2) elaborar o projeto de auto-avaliação institucional, os planos de trabalho, os relatórios; (3) planejar ações; (4) organizar eventos; (5) decidir sobre estratégias de ações; (6) avaliar ações e redefinir diretrizes; (7) executar o plano orçamentário do projeto; (8) atender solicitações externas e internas, enfim, executar todas as atividades que lhe foram atribuídas pela própria legislação.

3.4.2 Divulgação das Ações da CPA

¹ Mesmo antes da Portaria do Reitor, os membros já indicados para compor a CPA iniciaram os trabalhos, inclusive para definição do Projeto de Auto-Avaliação.

As ações da CPA têm sido divulgadas, permanentemente, no portal da UFBA, no Boletim UFBA em Pauta e através pela TV UFBA.

⇒ **Portal da UFBA**

A Auto-Avaliação Institucional está disponível no Portal da UFBA em <<http://www.portal.ufba.br>> ou diretamente em <<http://www.cpa.ufba.br>>. Os principais temas disponibilizados no Site estão listados a seguir:

- Avaliação institucional – 2001/2002
- Plano e cronograma de trabalho
- Documentos sobre Avaliação da Educação Superior - SINAES e CONAES; UFBA; Planejamento e Avaliação; Vídeos, Slides, Outros.
- Projeto de Avaliação
- Regulamentação federal
- Literatura sobre a temática
- Relatórios de grupos de trabalho
- Relatórios setoriais de avaliação – 2002/2004
- Processo de elaboração cooperativa do Relatório Final
- Sistema de avaliação dos docentes pelos discentes
- Curso gratuito *on-line*, Formación en Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (IESALC/UNESCO)

⇒ **TV UFBA**

Em programa levado ao ar em dezembro de 2005, a TV UFBA revela a importância da auto-avaliação institucional pela qual a UFBA está passando e mostra porque todos os integrantes da comunidade acadêmica podem e devem participar. O vídeo sobre o processo de Auto Avaliação na UFBA apresentado na TV foi disponibilizado em <<http://www.cpa.ufba.br>>

4. DIMENSÕES DA AUTO-AVALIAÇÃO

4. DIMENSÕES DA AUTO-AVALIAÇÃO

Indicadas na introdução deste relatório são 11 as dimensões auto-avaliadas na UFBA, neste primeiro momento de atuação da CPA:

1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão
3. A responsabilidade social da instituição
4. A comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal
6. Organização e gestão da instituição
7. Infra-estrutura física
8. Planejamento e avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes e egressos
10. Sustentabilidade financeira
11. Unidades de Saúde

É importante registrar que este relatório representa um momento de pausa e de reflexão, no processo permanente de avaliação institucional. Momento este que se faz necessário para cumprimento do prazo definido por lei para entrega do Relatório de Auto-Avaliação das Universidades. Com esta ressalva se deseja reafirmar a continuidade do trabalho da CPA e de toda a comunidade universitária, no sentido de aprofundar o conhecimento da instituição, para realimentar o processo de planejamento e de gestão.

DIMENSÃO 1

4.1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1.1 INTRODUÇÃO

No que diz respeito à Dimensão 1 “A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional” – passam a ser destacados os temas relacionados às finalidades, objetivos e compromissos da UFBA, explicitados no próprio PDI, uma vez que constituem a base para a avaliação das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição.

4.1.2 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Como primeira referência para a avaliação é importante retomar inicialmente, como texto de reflexão, parte do pronunciamento do Reitor da Universidade Federal da Bahia na apresentação do PDI-UFBA (2004-2008):

No plano interno, estaremos empenhados em construir uma universidade moderna e competente, buscando a excelência acadêmica, artística e científica, oferecendo aos alunos um ensino de graduação e de pós-graduação de alta qualidade. Estaremos comprometidos também com a missão de tornar a UFBA uma universidade administrativamente moderna e financeiramente viável, capaz de captar recursos sem vender sua alma pública e sem comprometer seu caráter democrático e pluralista, além de constituir-se em modelo de gestão pública e eficaz, democrática e, sobretudo, transparente para toda a sociedade.

.....
No plano externo, nestes tempos de globalização e tecnologia da informação, enfrentamos duas tendências articuladas, que podem vir a se constituir em sérias ameaças ao ensino superior brasileiro: a internacionalização e a privatização.

.....
Neste momento de renovação da universidade como instituição, temos, portanto, o dever de construir uma alternativa à resposta dada pelo mercado às necessidades sociais de ensino superior. Precisamos reinventar a universidade pública. Precisamos tornar realidade a boa-intenção da pesquisa, criação e inovação com alcance social efetivo.

Colocados os pilares do projeto-sonho da UFBA, é o momento de apresentar sua missão, princípios e objetivos, explicitados no PDI.

Produzir, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País e do estado da Bahia, além de promover a formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho, capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia, constituem a missão da UFBA.

Para cumprir sua missão institucional, a UFBA adotou os seguintes princípios:

- A promoção da excelência acadêmica, nas ciências, artes e humanidades.
- O respeito à diversidade intelectual, artística, institucional e política.
- A busca de mecanismos de promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- A gestão democrática, transparente e descentralizada.
- A igualdade de condições de acesso e permanência.
- A valorização e promoção do desenvolvimento de pessoas.
- O compromisso com a democracia e a justiça social.

A atuação da Universidade Federal da Bahia, no período compreendido entre 2004 e 2008, está sendo orientada pelos seguintes objetivos:

- Ampliar o papel da UFBA no desenvolvimento social e econômico local, regional e nacional.
- Ampliar o espaço de interlocução da UFBA com a sociedade, particularmente nos campos da cultura, saúde e educação, dirigindo suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão para o atendimento a demandas sociais.
- Participar, em nível nacional e local, de fóruns de discussão e definição de políticas públicas no âmbito da inclusão social e da produção e difusão da ciência, da arte e da cultura.
- Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento de programas de interesse mútuo e de impacto social.
- Reforçar a integração da UFBA com a rede de universidades estaduais, na coordenação de ações que visem ao

estabelecimento de um sistema universitário público no Estado da Bahia.

- Assegurar alocação de recursos governamentais, através da articulação das representações da UFBA nos diversos conselhos, comitês e (ou) organizações de fomento a projetos acadêmicos.
- Otimizar os recursos infra-estruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias para utilização plena da capacidade instalada da UFBA.
- Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados superiores da UFBA na definição das macro-políticas institucionais.
- Promover revisão e atualização dos instrumentos normativos da UFBA, de modo a favorecer o alcance de um novo patamar de qualidade no exercício de suas funções acadêmicas e a democracia interna da instituição.
- Ampliar a autonomia interna da UFBA, mediante descentralização da gestão e o fortalecimento da autonomia e da capacidade de gestão acadêmica e administrativa das Unidades.
- Promover uma reforma patrimonial e elaborar um novo plano diretor para os *campi* da UFBA, retomando os planos da Comissão de Patrimônio do Conselho Universitário.
- Implementar políticas facilitadoras da integração física entre unidades, propiciando a circulação da comunidade acadêmica intra e inter-*campi*.
- Estabelecer uma política de desenvolvimento de pessoas que considere a essencialidade dos trabalhadores técnico-administrativos e docentes para o cumprimento das atividades-fim da instituição.
- Implementar uma política de apoio ao corpo estudantil, baseada em equidade e justiça, incluindo ações nos âmbitos social, acadêmico e cultural.
- Implementar políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão através de programas que envolvam, de forma indissociável, a produção e a socialização do conhecimento à formação dos alunos.
- Promover a melhoria da qualidade do ensino na UFBA, em todos os níveis.
- Ampliar e diversificar as atividades de ensino na UFBA, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, com a oferta de cursos a distância ou semi-presenciais e de cursos seqüenciais.
- Ampliar o acesso à Universidade de grupos sociais tradicionalmente excluídos.
- Fortalecer a pesquisa pelo incentivo ao desenvolvimento de programas inovadores, o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, a crescente qualificação de pesquisadores e

grupos de pesquisa, bem como a divulgação do conhecimento produzido.

- Consolidar a extensão universitária como interface da universidade com segmentos da sociedade e como espaço pedagógico de formação.
- Implementar uma política de democratização da informação, por meio do fortalecimento de um sistema qualificado de bibliotecas e de acesso ampliado a redes e bancos de dados existentes e potencialmente disponíveis.
- Promover uma inserção qualificada da instituição no panorama acadêmico nacional e internacional, pela difusão da sua produção científica, técnica e artística.
- Fomentar a realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.
- Implementar um novo modelo organizacional da UFBA, interiorizando ações de ensino, pesquisa e extensão, com a criação de *campi* avançados em municípios baianos.

Ainda, os objetivos estabelecidos para o quinquênio 2004-2008 foram expressos em metas, definidas por áreas de atuação da Universidade, a partir de projetos ou programas institucionais estratégicos, estabelecidos pelas Pró-Reitorias de Graduação, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação. Deste modo, o PDI (2004-2008) é um documento que, em parte, vai consolidar os Planos das Pró-Reitorias da Universidade.

Aqui é importante declarar que a UFBA até o momento não elaborou o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), como um documento específico. Deve-se observar que o PDI/UFBA (2004-2008), reúne características de um instrumento de gestão (objetivos, metas, gestão institucional, organização acadêmica e administrativa, infra-estrutura física e acadêmica, avaliação e acompanhamento do desempenho institucional e cronograma de execução), além de apresentar elementos que o aproximam também de um instrumento de orientação acadêmica (PPI), tais como: histórico, missão, princípios, âmbitos de atuação, concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino.

Contudo, o PDI/UFBA, em vigência, carece de uma programação financeira e orçamentária e da apresentação de sua sustentabilidade econômica, elementos que também são definidos como integrantes desta

modalidade de plano, segundo o MEC/CONAES/INEP¹. A esse propósito, cumpre mencionar que as IFES, mantidas pelo MEC, não têm autonomia orçamentária nem dispõem das informações que lhes permitam planejar no horizonte temporal do PDI os investimentos a serem realizados nos projetos e metas que constituem o PDI. Assim, a PROPLAD sugere que o PDI deveria ser considerado pelo MEC ao lado de outros critérios para a alocação de recursos orçamentários.

É importante registrar que, recentemente, os Conselhos Superiores da UFBA, o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) colocaram em pauta duas grandes ações que têm convergência: a realização do Congresso Interno da UFBA, como estratégia para a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para a execução destas ações foram constituídas duas comissões com representantes de professores, de servidores técnico-administrativos, de estudantes, através de Portarias do Reitor². A Comissão do CONSUNI deve propor estratégias e coordenar o processo de realização do Congresso Interno da UFBA, enquanto a do CONSEPE deve elaborar o Termo de Referência e propor estratégias de encaminhamento da revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nesta perspectiva, estão em discussão os seguintes temas: o Plano Diretor; a estrutura administrativa; a arquitetura acadêmica; o financiamento das universidades públicas; instrumentos de avaliação, dentre outros, que subsidiarão a revisão do PDI assim como o estabelecimento dos marcos legais da Instituição (revisão do Estatuto e definição do Regimento Geral).

Concluindo, espera-se que no bojo das discussões para a revisão do PDI, também seja pensado e definido o Projeto Pedagógico Institucional da UFBA.

¹ Extraído de: MEC. CONAES. INEP. Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumentos. Brasília, DF, novembro de 2005, p. 33-35.

² Portarias do Reitor da UFBA - Nº 267/06 e Nº 298/06.

DIMENSÃO 2

4.2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO,
A EXTENSÃO

4.2 A POLÍTICA PARA A GRADUAÇÃO, A PÓS-GRADUAÇÃO, A PESQUISA, A EXTENSÃO

Matriz Sintética das Dimensões da Avaliação de Instituições de Educação Superior, instrumento orientador deste relatório, sugere que a avaliação da política para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão tenham como referência o Projeto Pedagógico Institucional.

Aqui, é importante registrar que até o momento, a UFBA não dispõe de um documento consolidado que expresse as políticas institucionais para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão, contudo, estas políticas integram os planos de trabalho de cada Pró-Reitoria (2002/2006). Assim sendo, estes documentos se constituíram em fontes de consulta para a avaliação desta dimensão analítica.

4.2.1 PLANO DE TRABALHO DA PROGRAD (2002/2006): GRADUAÇÃO PRESENCIAL

O Plano de Trabalho da PROGRAD (2002/2006), em perfeita sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2004/2008), é integrado por projetos e ações que têm como referências básicas, as demandas em relação à educação superior; textos orientadores das políticas públicas para este nível da educação; avaliações e análise de dados da situação da graduação da UFBA, valendo registrar que o PDI incorporou, quando de sua elaboração, todos os projetos da graduação que estavam sendo executados.

Estes projetos e ações foram definidos tendo em mira sobretudo os 56 cursos regulares de graduação, modalidade presencial, oferecidos pela UFBA, não deixando de considerar também cursos temporários, como as Licenciaturas Especiais, para professores da rede pública no exercício do magistério, que estão sendo executados por oito Unidades de Ensino da Universidade.

A inexistência de credenciamento, para a oferta de cursos de graduação à distância, tem sido um obstáculo à implementação de cursos em

ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), mas a UFBA já encaminhou ao MEC proposta de credenciamento institucional para oferta de cursos dessa natureza em todos os níveis e modalidades.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) assumiu a tarefa de avaliar este nível de ensino, uma vez que seu papel institucional é o de coordenar, em articulação com as Unidades Universitárias e com os órgãos da Administração Central, a formulação e a implementação de políticas para a graduação e as atividades dos órgãos executores dessas políticas.

4.2.1.1 Políticas Institucionais para a Graduação

O Plano de Trabalho da PROGRAD (2002/2006), que integra as políticas institucionais para a Graduação, como mencionado anteriormente, considerou orientações e recomendações expressas no Plano Nacional de Graduação (1999), no Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), bem como nos pontos programáticos definidos para o Reitorado da UFBA (2002-2006).

Os documentos citados expressam diretrizes que nortearam o Plano de Trabalho da PROGRAD, na definição de políticas direcionadas para: (1) democratização de acesso; (2) atendimento à demanda social crescente; (3) ampliação das possibilidades de acesso aos cursos de graduação de grupos sociais historicamente marginalizados; (4) elevação de padrões de qualidade do ensino de graduação; (5) ampliação do quadro docente e melhoria das condições materiais de ensino e de apoio administrativo; (6) reformulação dos currículos com base nas Diretrizes Curriculares; (7) melhoria da educação básica, através de uma formação de qualidade dos profissionais de magistério; (8) institucionalização de processos de avaliação do ensino de graduação.

As políticas institucionais para a Graduação apresentadas no PDI e no Plano de Trabalho da PROGRAD e as medidas para sua operacionalização podem ser vistas no quadro a seguir.

Quadro 01. Projetos e ações para a graduação - 2002/2008

PDI - 2004/2008 Plano PROGRAD - 2002/2006 Projetos	Plano de trabalho PROGRAD – 2002 / 2006 Ações propostas
1. Ampliação do acesso aos cursos de graduação	1.1. Criação de novos cursos de graduação 1.2. Aumento de vagas em cursos já existentes 1.3. Implantação de cursos noturnos 1.4. Oferecimento de cursos temporários de formação, em serviço, de professores da Educação Básica 1.5. Criação de curso de formação pedagógica para portadores de diploma de nível superior não-licenciados 1.6. Oferecimento de cursos sequenciais 1.7. Preenchimento de vagas ociosas nos cursos
2. Avaliação do ensino de graduação	2.1. Acompanhamento e orientação da auto-avaliação das unidades de ensino, com foco no ensino de graduação. 2.2. Integração da auto-avaliação com outras modalidades de avaliação 2.3. Consolidação do processo de avaliação do docente pelo discente e da auto-avaliação docente
3. Reformulação curricular	3.1. Atualização dos currículos dos cursos de graduação, com base nas Diretrizes Curriculares do CNE 3.2. Definição de um modelo de formação pedagógica para os cursos de licenciatura
4. Criação de alternativas de ação social	4.1. Construção de subsídios para decisões sobre uma política de cotas de ingresso através do Vestibular 4.2. Definição e implementação de critérios estáveis de isenção de taxa de inscrição no Vestibular 4.3. Estabelecimento de um sistema de acompanhamento acadêmico (tutoria) dos estudantes de graduação 4.4. Reforço à política de assistência estudantil
5. Aperfeiçoamento do processo de planejamento acadêmico	5.1. Avaliação dos critérios e procedimentos utilizados pelos departamentos na distribuição de encargos docentes 5.2. Concentração das aulas da graduação em um único turno 5.3. Regularização da oferta de disciplinas obrigatórias
6. Aperfeiçoamento do processo seletivo	6.1. Expansão e aperfeiçoamento dos processos de informação profissional 6.2. Aperfeiçoamento dos procedimentos de avaliação para ingresso nos cursos de graduação da UFBA
7. Qualificação dos recursos humanos que atuam na graduação	7.1. Oferta regular e periódica de atividades de atualização de docentes em procedimentos didático-pedagógicos 7.2. Atualização de servidores técnico-administrativos em mudanças curriculares e suas implicações para o sistema de registros da UFBA 7.3. Oferta regular e periódica de cursos de qualificação de Coordenadores de Colegiado e Chefes de Departamento
8. Otimização do sistema de informações acadêmicas	8.1. Implantação do processo <i>on-line</i> de inscrição semestral em disciplinas 8.2. Integração do SIAC com os demais sistemas informatizados da UFBA
9. Apoio à melhoria da qualidade do ensino de graduação	9.1. Promoção de oportunidades de financiamento de projetos de ensino 9.2. Redefinição do programa de Monitoria 9.3. Apoio à expansão e ao desenvolvimento do Programa Especial de Treinamento – PET ¹
10. Incrementação dos processos de informação acadêmica	10.1. Publicação de catálogo, com ementário, dos cursos de graduação 10.2. Publicação e distribuição entre os alunos de material informativo acadêmico (<i>folders</i> , folhetos, boletins etc.) 10.3. Atualização regular da página da PROGRAD no <i>site</i> da UFBA 10.4. Ampliação e consolidação da atividade de orientação acadêmica

Fonte: PDI – 2004/2008; Plano de Trabalho da PROGRAD – 2002/2006

¹ O PET – Programa Especial de Treinamento passou a ser denominado Programa de educação Tutorial.

As políticas propostas para a Graduação apresentadas no quadro acima, quando observadas na perspectiva das dimensões da Matriz de Avaliação, mostram interfaces da Dimensão 2 (Graduação) com outras, tais como: D3 responsabilidade social da instituição, D5 políticas de pessoal, D6 organização e gestão da instituição, D7 infra-estrutura física, D8 planejamento e avaliação, D9 atendimento a estudantes.

A avaliação da Dimensão 2, no que diz respeito à Graduação, nesta etapa da auto-avaliação institucional, focaliza prioritariamente o Projeto 3 que trata da reformulação curricular. Também analisa aspectos do Projeto 9 de apoio à melhoria da qualidade do ensino e do Projeto 2 cujas ações buscam avaliar o ensino de graduação.

4.2.1.2 Plano de Trabalho da PROGRAD - Projeto 3. Reformulação curricular

Para a avaliação do Projeto 3 cujo conteúdo é o próprio processo de implantação da política de reestruturação curricular, além do Plano de Trabalho da PROGRAD, são também referências para este estudo avaliativo documentos institucionais que regulamentam o tema, destacando-se a Resolução 02/2000 do Conselho de Coordenação que estabelece diretrizes gerais relativas ao processo de implantação da Política de Reestruturação dos Currículos dos Cursos de Graduação da UFBA e a Resolução Nº 5/2003 da Câmara de Ensino de Graduação que regulamenta o encaminhamento de propostas de criação de novos cursos e a reestruturação de cursos já existentes.

Os documentos citados definiram os responsáveis e a própria sistemática do processo de implantação da política de reestruturação curricular.

Quanto aos responsáveis, foi estabelecida a constituição de uma Comissão para exercer a coordenação executiva do processo de implantação e viabilizar a criação de um Fórum Permanente de Reconstrução Curricular e assessorar as Comissões de Reconstrução Curricular, localizadas nas unidades universitárias, uma para cada curso de graduação. Além do

coordenador do curso, representantes do corpo docente e do discente integraram estas comissões.

Em relação à sistemática do processo de trabalho, foram indicadas várias ações, como uma agenda de seminários e outros eventos para discutir questões referidas à implementação da política de reestruturação curricular, bem como, a promoção de atividades de assessoramento e de articulação entre as comissões, buscando troca de experiências e a criação de atividades de ensino integradas e interdisciplinares.

A ação de reconstrução curricular objetiva a construção do projeto pedagógico do curso, integrado por: histórico do curso; justificativa; base legal; objetivos do curso; perfil do egresso; competências e habilidades a serem desenvolvidas; quadro curricular - organizado por semestre, contendo para cada componente curricular: nome, carga horária e relação de pré-requisito; elenco de componentes curriculares optativos; normas de funcionamento do curso. O novo projeto, antes de ser implantado, deve ser aprovado pelo Colegiado do Curso, ser submetido a uma análise técnica executada pela Superintendência Acadêmica (SUPAC) e ser aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG).

Nas normas citadas, não foi definida uma periodicidade para que sejam realizadas revisões curriculares, contudo, a definição da própria Política de Reestruturação dos Currículos dos Cursos de Graduação da UFBA foi decorrente da constatação de uma necessidade de atualização em função das mais recentes concepções e orientações teóricas, das novas diretrizes curriculares do CNE, das mudanças nos processos de trabalho, conseqüentemente dos perfis do cidadão e do profissional.

Os documentos institucionais citados, referentes à reestruturação curricular, explicitam os princípios que devem nortear o processo de revisão, como: flexibilidade, autonomia, articulação, atualização.

Os critérios orientadores da atualização curricular, listados a seguir, indicam como os princípios podem ser concretizados no quadro do currículo: (a) componentes curriculares obrigatórios e optativos com distintos conteúdos – básicos, profissionais, complementares; (b) adoção de várias modalidades de

componentes curriculares, como: disciplinas, atividades (atividades de iniciação à docência, à pesquisa e/ou à extensão; atividades à distância; discussões temáticas; elaboração de trabalhos de conclusão de curso; participação em eventos; oficinas e congêneres), estágios, seminários, outros, considerados pelo Colegiado relevantes para a formação do aluno; (c) ampliação do leque de componentes curriculares optativos e sua articulação em módulos consistentes ou em áreas de aprofundamento; (d) redução significativa de pré-requisitos; (e) criação ou revisão de critérios para aproveitamento de estudos independentes; (f) inclusão de créditos referentes a atividades de extensão possibilitando o aluno interferir no seu percurso de formação; (g) construção de adequada articulação horizontal e vertical dos componentes curriculares; (h) adoção de práticas avaliativas, segundo o novo projeto pedagógico; (i) instituição do trabalho de conclusão do curso (TCC); (j) definição de turnos para o funcionamento do curso.

A Pró-Reitoria de Graduação, para realizar seu objetivo de criar condições favoráveis à melhoria da qualidade dos cursos oferecidos pela Universidade Federal da Bahia, vem realizando, junto às comissões de currículo, colegiados e coordenações de curso um trabalho de sensibilização, motivação e assessoramento, buscando a realização da tarefa de reestruturação dos cursos de graduação. Todo esse esforço tem sido orientado não só em função das novas Diretrizes Curriculares Nacionais mas levando em conta, também, as novas exigências no campo da ciência e da tecnologia, num mundo em constante transformação.

A seguir, são apresentadas as concepções de currículo adotadas, bem como as análises desenvolvidas por gestores da PROGRAD, quanto ao processo de reestruturação curricular nesta universidade.

Quanto à concepção curricular, a UFBA compreende currículo como percurso de aprendizagens a serem construídas num processo de formação, envolvendo ações discentes e docentes. Uma proposta curricular envolve a seleção de conteúdos significativos para a formação do aluno e o ordenamento dos mesmos em componentes curriculares, no âmbito dos quais se realiza o processo de ensino-aprendizagem.

Uma proposta curricular deve estar inserida num projeto pedagógico de curso e contemplar aplicações dos seus princípios e objetivos. O projeto pedagógico consiste no delineamento da concepção do curso, no qual se indicam as formas que serão adotadas para a realização das atividades-fim, ou das atividades de construção de conhecimentos, competências e habilidades pelo aluno. O projeto pedagógico deve ser construído coletivamente e conter definições claras acerca dos objetivos do curso, do perfil dos egressos, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos conteúdos e componentes curriculares que compõem a sua estrutura curricular.

Em função do permanente movimento de renovação do conhecimento, não há mais lugar para currículos estáticos e rígidos. Deste modo, espera-se que os currículos sejam concebidos de modo a permitir uma constante atualização e que propiciem ao aluno a escolha de parte do seu percurso, de acordo com seu ritmo e preferências, possibilitando aprender a aprender, reinterpretar o que aprende, desenvolver visão crítica e habilidades de gestão, levando em conta que a sua futura atuação se dará tanto no campo profissional como no exercício da cidadania.

A partir dessas constatações, é que foram definidos os princípios orientadores da elaboração dos currículos de graduação na UFBA, citados anteriormente e a seguir descritos:

Flexibilidade - coloca-se em oposição à rigidez dos currículos tradicionais, que só admitiam possibilidades pré-fixadas de formação especializada. Estudos recentes têm demonstrado que não existe uma única ordem, segundo a qual os sujeitos adquirem conhecimentos teóricos e práticos. E isto contradiz argumentos em favor das estruturas curriculares imobilizadas, por conteúdos obrigatórios e ordenados numa seqüência também obrigatória. Hoje, é indispensável a inserção nos currículos, de uma proporção significativa de conteúdos de natureza optativa, possibilitando ao aluno definir, em parte, o seu percurso de aprendizagem.

Autonomia - o princípio da autonomia do sujeito, face ao seu próprio processo de aprendizagem, é condição básica para a consolidação da sua competência para aprender a aprender. A conquista de tal competência é absolutamente necessária a profissionais que atuarão numa realidade em permanente transformação e que terão de enfrentar as novas situações e

problemas que estarão sempre emergindo nas suas experiências de trabalho. O conhecimento de técnicas investigativas na sua área de conhecimento se constitui numa importante ferramenta de aquisição dessa autonomia.

Articulação - prevê o diálogo interdisciplinar entre os campos do saber que compõem o curso e se concretizam em componentes curriculares, constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento. Na prática, a articulação pode ser garantida por componentes curriculares de natureza integradora, tais como Seminários Temáticos, Oficinas e Laboratórios de Integração de Conteúdos.

Atualização - é um princípio que se realiza através de um adequado planejamento da oferta de componentes curriculares de modo a garantir ajustes programáticos periódicos que contemplem os avanços científicos, tecnológicos, as inovações artísticas e quaisquer novidades no campo do conhecimento. A inclusão de componentes curriculares como Tópicos Especiais em (...), Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares são exemplos de modalidades de atualização.

Entre 1997 e 2000, antes mesmo do início da publicação das diretrizes curriculares do CNE para os cursos de graduação, alguns colegiados de cursos da UFBA (Arquitetura, Comunicação, Direito, Pedagogia, Psicologia) tiveram a iniciativa de reformular os seus currículos com base nas novas orientações teóricas que vinham sendo divulgadas na literatura acadêmica.

Ainda em 2000, a UFBA, através da Resolução Nº 2/2000 do CONSEPE, definiu diretrizes norteadoras da implantação da “Política de Reestruturação dos Currículos dos Cursos de Graduação”, em consonância com as diretrizes gerais do Conselho Nacional de Educação e com as concepções mais contemporâneas no campo dos estudos curriculares.

No período compreendido entre 2000 e 2001, a Pró-Reitoria de Graduação promoveu cinco Jornadas de Reestruturação Curricular, eventos que envolveram todos os cursos da UFBA e que tinham por objetivo colocar em discussão conceitos, teorias, princípios, fundamentos no âmbito dos estudos curriculares e divulgar a legislação do Conselho Nacional de Educação sobre o assunto, formar comissões de reformulação para cada curso e dar orientações sobre a elaboração de projetos pedagógicos. Especialistas em currículo, da UFBA e de outras universidades, foram convidados para realizar palestras

nesses eventos e três publicações resultaram desse esforço de divulgação e orientação das novas concepções de currículo para o ensino superior. O prazo de 15 de junho de 2002 foi estabelecido para entrega dos projetos pedagógicos de reformulação curricular, contudo nenhum curso atendeu à demanda.

A partir do segundo semestre de 2002, o novo Reitorado retomou o processo e foram realizadas 6 reuniões com coordenadores dos cursos de graduação, com o objetivo de estabelecer novos prazos para a entrega dos projetos. Nessas ocasiões, a equipe da PROGRAD prestou esclarecimentos sobre a legislação (DCN), discutiu temas pertinentes, além de disponibilizar atendimento permanente às Comissões.

Em 2003, a Câmara de Ensino de Graduação aprovou a Resolução N° 05/03, regulamentando o encaminhamento de propostas de criação de novos cursos e a reestruturação de cursos já existentes.

Ao longo do primeiro semestre de 2003, foi promovido pela PROGRAD o Fórum de Licenciaturas que reuniu todos os coordenadores de colegiados de licenciaturas e chefes dos departamentos de educação, com o objetivo de discutir e propor um novo modelo de formação pedagógica para esses cursos. O Fórum aconteceu ao longo de treze reuniões, tendo ao final atingido o objetivo proposto, sendo também definida a entrega dos novos projetos pedagógicos das licenciaturas nos mesmos prazos estabelecidos na Resolução CNE/CP N° 02/2002 (fevereiro/2004) e, posteriormente, no Parecer CNE/CP N° 04/2004 (15/10/2005).

Um balanço atual, (julho de 2006) da situação da reestruturação dos currículos dos cursos de graduação na UFBA, revela a seguinte situação:

**Tabela 01. Situação dos currículos dos cursos de graduação da UFBA
Julho / 2006**

Situação dos currículos	N	%
Curso aprovado para ser implantado em 2007	1	2
Curso implantado em 2004 - incluindo aprovação do currículo	1	2
Reformulação curricular aprovada – 2003 a 2006	14	25
Proposta da reformulação curricular em tramitação – CEG e SUPAC	5	9
Cursos que não encaminharam novas propostas curriculares	29	52
Currículos reformulados 98 e 99 – não requerem revisão	3	5
DC aprovadas no CNE/ 2006 – Currículos reformulados em 98/99	2	3
DC não aprovadas no CNE – Currículo reformulado em 98	1	2
Total	56	100

Fonte: PROGRAD/2006

O Quadro 02 apresenta a situação específica de cada curso de graduação, no que diz respeito ao currículo.

**Quadro 02. Situação dos currículos dos cursos de graduação da UFBA
Julho / 2006**

Curso de graduação	Situação do currículo
1.Arquitetura e Urbanismo	DC aprovadas no CNE em fevereiro de 2006. Currículo reformulado em 1998.
2.Engenharia Civil	Reformulação aprovada em 2005
3.Engenharia de Minas	Reformulação aprovada em 2004
4.Engenharia Elétrica	Reformulação aprovada em 2005
5.Engenharia Mecânica	Não encaminhou proposta.
6.Engenharia Química	Reformulação aprovada em 2006
7.Engenharia Sanitária	Não encaminhou proposta.
8.Física (licenciatura e bacharelado)	Não encaminhou proposta.
9.Física Noturno (licenciatura e bacharelado)	Não encaminhou proposta.
10.Geografia (licenciatura e bacharelado)	Não encaminhou proposta.
11.Geografia – C.Noturno (licenciatura)	Curso aprovado para implantar em 2007
12.Geologia	Reformulação aprovada em 2003
13.Matemática (licenciatura e bacharelado)	Não encaminhou proposta.
14.Ciência da Computação	Proposta em tramitação na Câmara de Ensino de Graduação desde 2005.
15.Química (licenciatura e bacharelado) Química Industrial	Reformulação aprovada em 2006
16.Estatística	Não encaminhou proposta.
17.Geofísica	Não encaminhou proposta.
18.Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado)	Não encaminhou proposta.
19.Enfermagem	Não encaminhou proposta.
20.Farmácia	Não encaminhou proposta.
21.Medicina	Não encaminhou proposta.
22.Medicina Veterinária	Proposta em tramitação na Câmara de Ensino de Graduação desde 2005.
23.Nutrição	Não encaminhou proposta.
24.Oceanografia	Curso implantado em 2004.
25.Odontologia	Não encaminhou proposta.
26.Ciências Naturais (licenciatura)	Não encaminhou proposta.
27.Educação Física (licenciatura)	Não encaminhou proposta.
28.Fonoaudiologia	Não encaminhou proposta.
29.Administração	Currículo reformulado em 1998 – não requer revisão.
30.Arquivologia	Não encaminhou proposta.
31.Biblioteconomia e Documentação	Não encaminhou proposta.
32.Ciências Contábeis	Não encaminhou proposta.
33.Ciências Econômicas	Não encaminhou proposta.
34.Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado)	Proposta em tramitação na SUPAC.
35.Comunicação	Currículo reformulado em 1998 – não requer revisão.
36.Direito	Currículo reformulado em 1999 – não requer revisão.
37.Filosofia (licenciatura e bacharelado)	Reformulação aprovada em 2006
38.História (licenciatura e bacharelado)	Proposta em tramitação na Câmara de Ensino de Graduação desde 2005.
39.Museologia	Não encaminhou proposta.
40.Pedagogia	DC aprovadas pelo CNE em maio/2006. Currículo reformulado em 1999.
40.Psicologia	Currículo reformulado em 1998.
41.Secretariado	Proposta em tramitação na Câmara de Ensino de Graduação desde 2005.
42.Letras Vernáculas	Reformulação aprovada em 2004.

43.Letras Vernáculas c/ Língua Estrangeira	Reformulação aprovada em 2004.
44.Língua Estrangeira	Reformulação aprovada em 2004.
45.Artes Plásticas	Não encaminhou proposta.
46.Artes Plásticas (licenciatura)	Proposta em tramitação na Câmara de Ensino de Graduação desde 2004.
47.Decoração	Não encaminhou proposta.
48.Desenho Industrial	Não encaminhou proposta.
49.Dança (licenciatura e bacharelado)	Reformulação aprovada em 2004.
50Teatro (licenciatura)	Reformulação aprovada em 2003.
51.Artes Cênicas – Direção Teatral	Reformulação aprovada em 2003.
52.Artes Cênicas – Interpretação Teatral	Reformulação aprovada em 2003.
53.Música (licenciatura e bacharelado)	Não encaminhou proposta.
54.Canto	Não encaminhou proposta.
55.Instrumento	Não encaminhou proposta.
56.Composição e Regência	Não encaminhou proposta.

Sobre as situações apresentadas no quadro acima são tecidas algumas considerações:

- Dos cinco cursos com currículos reformulados antes da aprovação das Diretrizes Curriculares (DC), três estão em conformidade com as diretrizes do curso e dois demandam uma revisão para adequação às DC.

- Alguns cursos já tiveram seus projetos pedagógicos aprovados mas não buscaram inovar e atualizar as suas propostas curriculares, adotando os quatro princípios preconizados pela UFBA para os currículos dos cursos de graduação. Como as diretrizes dão ampla liberdade na definição das estruturas curriculares, os cursos optaram por manter um modelo conservador semelhante ao que já vinham adotando.

- Embora o prazo para encaminhamento dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura tenha expirado em 15 de outubro de 2005, oito cursos ainda não os encaminharam até o mês de julho de 2006.

- A inexistência de um Regimento atualizado da UFBA tem dificultado a aprovação de propostas curriculares inovadoras, em decorrência da incompatibilidade entre essas propostas e regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares, bem como de formas de avaliação, vigentes até hoje.

- A não aprovação, até a presente data, de Resoluções do CNE com as Diretrizes Curriculares para alguns cursos, tem sido a justificativa apresentada por alguns colegiados para o não encaminhamento das novas propostas. Para outros, esse fato não foi um obstáculo à mudança.

4.2.1.3 Plano de Trabalho da PROGRAD - Projeto 9. Apoio à melhoria da qualidade do ensino de graduação

Focalizando as práticas institucionais, para incentivar a melhoria do ensino, adotadas pela UFBA/PROGRAD, destacam-se a promoção de oportunidades de financiamento de projetos de ensino; a redefinição do programa de Monitoria; o apoio à expansão e ao desenvolvimento do Programa de Educação Tutorial – PET

A implantação do PROENSINO, um programa que tem por finalidade financiar projetos acadêmicos dos cursos que fizeram reformulação nos seus currículos, foi executada através da publicação de dois editais, em 2004 e 2005, tendo selecionado todos os projetos apresentados. Foram contemplados oito cursos: Geologia, Oceanografia, Dança, Letras Vernáculas, Letras Vernáculas com Língua Estrangeira, Língua Estrangeira, Engenharia Civil e Engenharia de Minas.

Quanto à Monitoria, uma atividade discente na Educação Superior, prevista no Art. 84 da LDB (Lei 9.394/96) e regulamentada, na UFBA, em resoluções da Câmara de Ensino de Graduação e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE², é a mais importante dentre as poucas atividades extra-curriculares oferecidas para discentes no âmbito da própria Instituição, voltadas especificamente para a função ensino.

A UFBA, por vários anos, manteve um Programa de Monitoria financiado com recursos captados do pagamento de taxas acadêmicas pelos alunos. Em 2001, diante da impossibilidade de continuar oferecendo bolsas para estudantes que integravam esse Programa, aprovou-se uma nova Resolução (Nº 01/2001) regulamentando a “Monitoria Voluntária”. O pagamento das bolsas foi inviabilizado pela suspensão, por ordem judicial, das taxas acadêmicas de matrícula e inscrição semestral em componentes curriculares, que geravam os recursos destinados a essas bolsas. Com a instituição da Monitoria Voluntária, a atividade teve seqüência, embora sem a mesma intensidade de antes, considerando que muitos estudantes, até pela

² (antes Conselho de Coordenação) Resolução Nº 07/1996; Resolução Nº 02/1999 e Resolução Nº 01/2001.

necessidade de assegurar algum rendimento mensal, dão preferência a atividades que oferecem remuneração, como Iniciação Científica, Extensão ou estágios diversos. Outros estudantes, no entanto, seja pelo estímulo de professores seja pela própria vontade de se aprofundar nos conteúdos de algumas matérias, optam por desenvolverem uma experiência de monitoria, com a possibilidade de receber um certificado e/ou registrar a carga horária no histórico escolar, como atividade complementar de seu curso. Para isso, apenas duas condições são necessárias: ter um plano de trabalho aprovado pelo Departamento de alocação do componente curricular, especificando as atividades do monitor e as condições para seu desenvolvimento, e um relatório, com registro de frequência, considerações avaliativas sobre o desempenho do monitor e a nota que lhe foi atribuída. O plano e o relatório devem ser encaminhados à Pró-Reitoria de Graduação, para registros e emissão de certificado. É importante assinalar que, em alguns casos, essa Pró-Reitoria só toma conhecimento das atividades de monitoria em alguns departamentos no momento de emissão do certificado, quando são encaminhados o projeto e o relatório de atividades.

A partir de 2005, com a implementação do Programa de Formação de Professores e oferecimento de cursos de Licenciatura (em Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras Vernáculas, Língua Estrangeira – Inglês, Matemática e Química) para docentes em exercício na rede pública estadual de ensino, as atividades de monitoria, com pagamento de bolsa, foram reativadas. Com a previsão de dois ou três monitores por turma, foram previstas 20 vagas, todas preenchidas desde o primeiro momento, após processos seletivos bem concorridos, o que reflete o interesse dos estudantes de graduação pela atividade. Até o primeiro semestre de 2006, já desempenharam função de monitor no Programa 26 alunos.

É importante mencionar aqui o Programa de Educação Tutorial – PET³, que oferece auxílio financeiro para atividades de graduação e tem a monitoria como uma das possibilidades de atuação dos alunos participantes. Pode-se

³ No Plano de Trabalho da PROGRAD este Programa é citado com a denominação anterior - Programa Especial de Treinamento

identificar um grupo considerável de estudantes desenvolvendo atividades de monitoria - em torno de 20, dentre os 50 bolsistas do PET na UFBA. Outro Programa que, em alguns casos, prevê atividades de monitoria é o ACC (Atividade Curricular em Comunidade), coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão. Deste modo, a despeito das dificuldades antes assinaladas, a Monitoria permanece como uma importante atividade acadêmica, integrando o corpo docente em ações de apoio à docência e de monitoramento de estudantes, com a perspectiva de contribuir na construção de mudanças na qualidade do ensino de graduação.

4.2.1.4 Plano de Trabalho da PROGRAD - Projeto 2. Avaliação do ensino de graduação

No que diz respeito ao Projeto 2 do Plano de Trabalho da PROGRAD, ou seja, a avaliação do ensino de graduação, uma das ações diz respeito à integração da auto-avaliação institucional com outras modalidades de avaliação (Quadro Nº 1, ver item 2.2). Assim sendo, a opção foi trazer para complementar esta auto-avaliação os dados do Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O questionário sócio-econômico do Enade/2004 possibilita uma avaliação do que pensam os alunos da UFBA acerca dos currículos dos seus cursos. A pergunta “Como você avalia o currículo do seu curso ?” obteve uma grande variabilidade de respostas: 61% assinalaram que é *relativamente integrado*; para 17% *há uma clara vinculação entre as disciplinas*; para 16% *não apresenta integração alguma entre as disciplinas*. Essa dispersão nas percepções pode ser atribuída ao fato de haver uma grande variedade de projetos curriculares no que concerne à integração.

Passando a discutir as práticas pedagógicas ou procedimentos metodológicos e de avaliação adotados por professores no processo de ensino-aprendizagem, que concretizam a implementação do próprio currículo, destaca-se que estes procedimentos são fundamentados em concepções teóricas. Contudo, nem sempre os professores têm consciência de quais são

essas teorias e escolhem as suas práticas com base no senso comum ou na imitação das práticas que conheceram na condição de aluno, fato que pode comprometer a qualidade do seu trabalho. As práticas pedagógicas da UFBA não têm sido avaliadas de modo sistemático, ou seja, não há registros nos últimos anos, de algum estudo que buscasse identificá-las e avaliá-las. Entretanto, pode-se aferir a pertinência dessas práticas através de indicadores indiretos como os resultados nos exames de desempenho de estudantes da graduação (Provão, Enade) que têm apresentado variações qualitativas que vão da excelência à insuficiência de desempenho. Abaixo o quadro resumo das notas obtidas por nove cursos avaliados no Enade/2004:

Tabela 02. Resultados da UFBA no Enade 2004

Curso	Conceito
Agronomia	2
Educação Física ⁴	1
Enfermagem	3
Farmácia	4
Fonoaudiologia	4
Medicina	3
Medicina Veterinária	4
Nutrição	2
Odontologia	5

Fonte: INEP

Um curso obteve nota máxima, três cursos obtiveram nota 4, dois cursos obtiveram nota 3 e três obtiveram notas 1 e 2, um deles repetindo o baixo desempenho do Provão/2003, tendo o mesmo ocorrido de forma positiva com o curso de Odontologia.

Tabela 03. Resultados comparativos - Enade Nacional e UFBA 2004

Conceitos	Global		Por grupos de conceitos	
	Enade Nacional	UFBA	Enade Nacional	UFBA
1	2,6	11,1	10,6	33,3
2	8,0	22,2		
3	39,5	33,3	39,5	33,3

⁴ Sobre o Curso de Educação Física, de 73% a 80% dos alunos não responderam a nenhuma pergunta (v. p. 14 do Relatório Enade para o Curso).

4	39,5	33,3	50,0	44,4
5	10,5	11,1		

Fonte: INEP

Os resultados comparativos da UFBA com o desempenho médio nacional revelam que a UFBA supera essa média em baixos resultados (1 e 2) e fica abaixo da mesma na faixa de mais alto desempenho (4 e 5).

Outros resultados do Enade/2004 - que podem fornecer informações sobre aspectos infra-estruturais e pedagógicos do funcionamento dos cursos de graduação - foram aferidos através do questionário sócio-econômico sobre as percepções dos alunos em relação a seus respectivos cursos avaliados. Como os resultados encaminhados pelo INEP às IES, trazem os dados por curso, foram extraídas médias dos resultados dos nove cursos e consideradas apenas as respostas dos estudantes concluintes. Vale ressaltar que das cinco alternativas de respostas, serão apresentadas, neste relatório, as de percentuais mais elevados.

À pergunta “Como são as instalações físicas utilizadas no seu curso?”, 33% dos estudantes da UFBA responderam que são *mal ventiladas, pequenas para o número de estudantes e com mobiliário razoavelmente satisfatório*, enquanto 27% assinalaram que são *mal arejadas, mal iluminadas, pequenas em relação ao número de estudantes, com mobiliário inadequado*.

As perguntas sobre adequação dos equipamentos e material de consumo para as aulas práticas obtiveram cerca de 70% de respostas distribuídas entre as alternativas *em nenhuma aula e em menos da metade delas*.

A principal contribuição do curso aos estudantes, na percepção dos mesmos, foi *aquisição de formação profissional*, para 73% e *aquisição de boa formação teórica*, para 17%.

Outros indicadores da eficiência das práticas pedagógicas são os índices de aprovação dos cursos e disciplinas. Esses índices na UFBA, variam da aprovação generalizada, como em alguns cursos nas áreas de ciências humanas e artes, aos altos índices de reprovação na área de exatas, destacando-se as de Física e Matemática. Embora não existam levantamentos estatísticos recentes sobre esses índices na UFBA, o questionário do Enade/2004, ao perguntar “Como você avalia o nível de exigência do seu curso

?”, obteve as seguintes indicações: *deveria ter exigido um pouco mais de mim* (44%); *deveria ter exigido muito mais de mim* (26%); *exigiu de mim na medida certa* (26%). Há uma concentração de 70% de respostas referentes à baixa exigência dos cursos.

Há uma questão do Enade/2004 acerca do domínio de conteúdos por parte dos docentes “Seus professores têm demonstrado domínio atualizado das disciplinas ministradas?”, 75% responderam *sim, a maior parte deles*. No que concerne à adequação dos procedimentos de ensino aos objetivos do curso, 33% os consideram *adequados* e 50% *parcialmente adequados*.

Quanto à disponibilidade foi perguntado “Qual a disponibilidade dos professores do curso para orientação extra-classe?”: 45% consideram que *a maioria tem disponibilidade*, 25% que *metade tem disponibilidade*; 23% que *menos da metade tem disponibilidade*.

A seguir, outras práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino passam a ser descritas e apresentados alguns resultados e análises.

Quanto à formação dos docentes, nos últimos cinco anos a prática recente na UFBA tem sido a de realização de concursos para a carreira docente para a classe de Adjunto, exceto naquelas áreas em que não há disponibilidade de doutores. Em 2005, a titulação chegou a 53% de doutores e 30% de mestres, o que demonstra um avanço significativo na qualificação do corpo docente. Faz-se necessário, entretanto, implementar programas de formação continuada na área pedagógica. A grande maioria dos docentes da UFBA não recebeu qualquer formação pedagógica, seja na graduação seja em programas de formação continuada, e têm ocorrido poucas iniciativas nesse sentido.⁵

No que concerne à prática da interdisciplinaridade nos currículos de graduação, das novas propostas já aprovadas, há algumas que têm se caracterizado pela adoção desse modelo, como os cursos de Teatro que têm uma estrutura composta por módulos semestrais de conteúdos integrados na teoria e na prática, de modo a garantir a convergência dos estudos em torno de temas ou projetos. O curso de Dança optou por um modelo menos ortodoxo de

⁵ Segundo opinião do gestor, de modo geral, há uma atitude por parte dos professores de não reconhecimento da importância da aquisição de conhecimentos e competências na área pedagógica, valorizando-se apenas o domínio de conteúdos como condição suficiente para uma atuação docente qualificada

integração dos seus componentes curriculares. Outras experiências de interdisciplinaridade são: o novo currículo de Engenharia Elétrica, que ao longo de todos os semestres prevê um Laboratório Integrado com duas horas semanais de aulas para promover a integração dos conteúdos dos diversos componentes curriculares do semestre e o curso de Comunicação (Jornalismo) que tem Oficinas com esse mesmo objetivo, ao longo do curso. Os sete cursos especiais de licenciatura, destinados a professores em exercício na rede estadual, também optaram por um componente curricular semestral integrador denominado Seminários Temáticos Interdisciplinares. Vale ressaltar que, em alguns casos, o aprofundamento da interdisciplinaridade se faz freqüentemente com o prejuízo do princípio da flexibilização.

Quanto às inovações didático-pedagógicas, o curso de Pedagogia com habilitação para o Magistério das Séries Iniciais, para professores em exercício, que vem sendo oferecido desde 2004, através de convênio com as Prefeituras dos municípios de Salvador e Irecê, adotou um modelo extremamente inovador, rompendo com a tradicional organização disciplinar dos cursos de formação de professores e substituindo a nomenclatura dos diversos campos do conhecimento pedagógico pela denominação das atividades didáticas.

No campo das inovações tecnológicas aplicadas ao ensino destaca-se a utilização da plataforma Moodle para ensino à distância, que vem sendo aplicada por professores de cursos presenciais e semi-presenciais em oito Unidades de Ensino e no Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), num programa (PROGED) de formação continuada à distância de gestores escolares das redes públicas.

Ainda sobre esta prática do uso de tecnologias no ensino registra-se que o questionário do Enade/2004 incluiu a pergunta “Qual a freqüência no uso de micro-computador?” e obteve 44% de respostas às vezes, 6% para raramente e 50% para freqüentemente.

Sobre a pertinência dos currículos dos cursos de graduação da UFBA (concepção e prática) tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais) e as necessidades individuais é importante lembrar que esta avaliação não pode ser feita com o levantamento de opinião, mas exige um estudo individualizado dos projetos pedagógicos dos 56 cursos de graduação.

Sobre esta questão destaca-se o movimento realizado pela PROGRAD em 2003, citado anteriormente, para reestruturar os currículos dos cursos de licenciatura que culminou com a apresentação de um novo modelo de formação pedagógica. Neste caso, as licenciaturas, bem como todos os outros cursos cujos projetos pedagógicos foram reformulados e/ou aprovados recentemente (29% do total de 56 cursos – Tabela 01) podem ter seus currículos considerados pertinentes, pelo menos, no que diz respeito à concepção. Quanto à prática, estudos de acompanhamento da implantação das novas propostas, bem como estudos de egressos, no futuro, poderão oferecer uma análise consistente desta questão.

Sobre a consolidação do processo de avaliação do docente pelo discente e da auto-avaliação docente (Quadro 01, item 2.3), a PROGRAD e a PROPLAD, com o apoio do CPD, reformularam o SIAV - Sistema de Avaliação do Docente pelo Discente, que estará sendo implementado nos novos moldes, a partir da matrícula referente ao semestre 2006.2. Esta etapa da avaliação docente pelos discentes e da própria auto-avaliação docente está sendo precedida de uma grande campanha de sensibilização dos usuários.

Este subsistema de avaliação tem o propósito de produzir subsídios sobre os cursos de graduação da UFBA, especificamente sobre o desempenho de professores na condução das atividades de ensino. Através do SIAV os estudantes ao avaliarem os docentes e os professores ao realizarem sua auto-avaliação poderão estar contribuindo para a melhoria dos cursos de graduação da universidade.

4.2.2 PLANO QÜINQÜENAL DA PÓS-GRADUAÇÃO (1999-2004): CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Reafirmando o que foi anteriormente registrado sobre a inexistência de um Projeto Pedagógico Institucional, aqui se recorre ao Plano Qüinqüenal da Pós-Graduação (1999-2004) como um documento-fonte para a avaliação institucional do ensino de pós-graduação *lato sensu*, Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) realizou a avaliação institucional do ensino de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, bem como da pesquisa, uma vez que na estrutura institucional é o órgão responsável pela coordenação, fiscalização e superintendência das atividades de Pesquisa e de Ensino de Pós-Graduação na Universidade.

4.2.2.1 Políticas Institucionais para a Pós-Graduação *Lato Sensu* e Formas de sua Operacionalização

No Plano Quinquenal da Pós-Graduação da UFBA (1999-2004) foram definidos dez eixos de ação que posteriormente passaram a integrar o PDI (2004/2008).

Um dos eixos de ação refere-se à ampliação da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, tendo como metas criar condições para expandir os cursos *lato sensu* a fim de que este setor possa atender as áreas demandadas pela comunidade e implantar o programa de acompanhamento de cursos de pós-graduação *lato-sensu*;

Estes cursos, profissionais ou acadêmicos, são dirigidos para diplomados em cursos de graduação e buscam desenvolver e aprofundar a formação em vários níveis:

- Curso de Especialização e Especialização sob a forma de Residência - qualifica graduados para atividades científicas, tecnológicas, profissionais, literárias e/ou artísticas em setores específicos do conhecimento.
- Curso de Aperfeiçoamento - aprofunda conhecimentos ou melhora técnicas de trabalho no campo restrito de uma especialidade.
- Atualização - renova conhecimentos ou transmite informações sobre novas realizações científicas, profissionais, tecnológicas, literárias e/ou artísticas em determinado campo do saber.

Para consolidar e expandir os cursos *lato sensu*, o Plano propõe cinco eixos operatórios que agregam ações estratégicas referentes a: Novas Alternativas de Ensino; Qualificação do Corpo Docente; Redesenho Institucional; Cooperação Interinstitucional; Avaliação Institucional.

Considerando a crescente demanda da sociedade por formação especializada e a capacidade instalada na UFBA para atendê-la, a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* tem exigido especial atenção da PRPPG e

da Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPGP). A percepção de que a tramitação dos processos relativos a projetos e relatórios referentes a esses cursos vinha sendo ineficiente, levou a PRPPG a solicitar ao CPD a criação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação dos cursos *lato sensu*. Enquanto aguardava a concepção e finalização desse sistema, a PRPPG buscou aprimorar formas de acompanhamento desses cursos, a partir de uma padronização dos formulários de projetos e acompanhamento do recolhimento da taxa de 5%, prevista no Artigo 4º, Resolução 02/96. Verificou-se com isso um aumento progressivo de arrecadação, cujos recursos foram utilizados pela PRPPG, entre outros, no apoio a cursos em fase de implantação e a docentes e alunos em capacitação.

Em função de sua própria natureza, a oferta de cursos *lato sensu* não é regular. Em 2002, foram oferecidos 39 cursos de especialização, 43 em 2003, e 38 em 2004. A maioria deles teve caráter eventual e, embora contemplassem todas as áreas do conhecimento, quatro unidades (Escola Politécnica, Escola de Enfermagem, Instituto de Saúde Coletiva e Escola de Administração) foram responsáveis por aproximadamente metade dessa oferta.

O quadro a seguir indica a temática dos cursos e sua distribuição pelas Unidades.

Quadro 03. Relação de cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela UFBA por unidade de ensino – 2004

Curso	C.Horária	Permanente	Temporário
Centro de Processamento de Dados/Lasid			
1. Especialização Avançada em Sistemas Distribuídos	390h	X	
Escola Politécnica			
2. À Distância em Gerenciamento dos Recursos Hídricos	435h		X
3. Engenharia de Equipamentos (*)	952h		X
4. Engenharia de Gás Natural	510h		X
5. Engenharia de Petróleo (*)	1465h		X
6. Engenharia de Processamento Petroquímico (*)	1.129h		X
7. Engenharia de Segurança do Trabalho/CEEST	630h	X	
8. Engenharia de Telecomunicações	360h	X	
9. Engenharia Naval (*)	680h		X
10. Túneis (*)	391h		X
11. Fiscalização de Obras Públicas	420h		X
12. Gerenciamento de Obras	360h		X
13. Gerenciamento dos Recursos Hídricos: Aspectos Técnicos Jurídicos e Institucionais	450h		X
14. Gerenciamento em Tecnologias Ambientais no Processo	570h	X	

Produtivo			
15. Gestão Ambiental, Tecnologia e Saneamento	450h		X
16. Gestão de Resíduos Sólidos Socialmente Integrada	360h		X
17. Gestão e Fiscalização de Obras (*)	408h		X
18. Gestão e Tecnologia da Produção de Edifícios	510h		X
19. Higiene Ocupacional	570h	X	
20. Instrumentação, Automação, Controle e Otimização de Processos Contínuos	540h		X
21. Métodos Numéricos Aplicados à Análise	459h		X
22. Pavimentação	435h		
23. Rochas Ornamentais (*)	425h		X
Faculdade de Arquitetura			
24. Arquitetura de Sistema de Saúde	390h	X	
25. Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos	645h	X	
26. Geoprocessamento	615h	X	
Instituto de Geociências/ NEHMA			
27. Tecnologias Geoambientais Aplicadas à Exploração dos Recursos Físicos da Terra e ao Desenvolvimento Sustentável	450h		X
Escola de Agronomia			
28. Engenharia e Manejo de Irrigação (*)	555h		X
Escola de Enfermagem			
29. Administração Hospitalar	398h	X	
30. Administração e Qualidade Hospitalar	360h		X
31. Auditoria de Sistemas e Serviços de Saúde	391h		X
32. Enfermagem em Centro Cirúrgico	425h		X
33. Enfermagem Intensivista	425h		X
34. Enfermagem Neonatológica	480h		X
35. Enfermagem Obstétrica	465h		X
36. Enfermagem Médico-Cirúrgica Sob a Forma de Residência	1740h	X	
37. Gerontologia	360h		X
38. Gestão em Sistemas de Saúde	450h		X
39. Sistematização em Assistência de Enfermagem (*)	367h		X
Escola de Medicina Veterinária			
40. Caprinocultura e Ovinocultura	420h		X
41. Produção de Pequenos Ruminantes (*)	540h		X
Escola de Nutrição			
42. Alimentação e Cultura	360h		X
43. Nutrição Clínica	630h		X
44. Nutrição Enteral (*)	840h		X
45. Residência em Nutrição	5.880h		X
Faculdade de Farmácia			
46. Assistência Farmacêutica	390h		X
47. Microbiologia	420h		X
48. Segurança e Inspeção de Alimentos	360h		X
49. Tópicos Avançados em Diagnóstico Laboratorial	420h		X
Faculdade de Medicina			
50. Área Médica sob a Forma de Residência	5.600h	X	
51. Ginecologia, Obstetrícia e Reprodução Humana	1.575h	X	
52. Hebeatria/Adolescência	1.050h		X
53. Oftalmologia	5760h		X

54. Medicina Preventiva Social sob forma de Residência	4.304h	X	
55. Residência Médica em Medicina do Trabalho	4.304h		X
56. Saúde Mental	360h		X
Faculdade de Odontologia			
57. Saúde Coletiva com concentração em Educação e Saúde	600h		X
58. Cirurgia e Traumatologia Bucocomaxilofacial	1.920h		X
59. Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial	640h		X
60. Endodontia	555h		X
61. Implantodontia	1.050h		X
62. Ortodontia e Ortopedia Facial	2.865h		X
63. Prótese Dentária (*)	960h		X
64. Radiologia Odontológica e Imagiologia (*)	615h		X
65. Saúde Coletiva (*)	600h		X
Instituto de Ciências da Saúde			
66. Ciências Básicas da Saúde Aplicado ao Ensino de Biologia de 2º Grau, Articulado ao Ensino de Química e Física	360h		X
Instituto de Saúde Coletiva			
67. A Distância em Saúde e Segurança no Trabalho	420h		X
68. Atualização em Avaliação em Saúde	184h		X
69. Economia na Gestão de Sistemas de Saúde	360h		X
70. Gerência de Unidades Básicas de Saúde	390h		X
71. Medicina Social Sob Forma de Residência	5.550h	X	
72. Saúde Coletiva com Área de Concentração em Políticas Públicas e Gestão Estratégica	360h		X
73. Saúde Coletiva com Concentração em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde (*)	390h		X
74. Saúde Coletiva com Concentração em Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras	480h		X
75. Saúde Coletiva: Informação em Saúde	420h		X
76. Saúde Coletiva: Vigilância Epidemiológica	360h		X
77. Saúde do Trabalhador	495h		X
78. Saúde da Família	690h		X
Escola de Administração			
79. Administração	390h	X	
80. Administração Hoteleira	360h		X
81. Gestão da Comunicação Organizacional Integrada	420h		X
82. Gestão de Negócios com Ênfase em Finanças	450h		X
83. Gestão de Pessoas	390h		X
84. Gestão Empresarial	600h		X
85. Gestão Pública	600h		X
86. Gestão Social para o Desenvolvimento	390h		X
87. Pesquisa de Mercado Opinião e Mídia	420h		X
88. Políticas e Gestão em Segurança Pública	650h		X
89. Relações Internacionais (*)	390h		X
Faculdade de Ciências Contábeis			
90. Administração Fazendária	360h		X
91. Contabilidade Gerencial	390h		X
92. Contabilidade Gerencial com Ênfase em Controladoria Financeira	360h		X
93. Contabilidade Gerencial com Ênfase em Qualidade	360h		X

94. Contabilidade Governamental	360h		X
95. Contabilidade Pública	360h		X
96. Contabilidade Pública com Ênfase em Estado e Município	360h		X
97. Profissional em Gestão Contábil (*)	390h		X
98. Perícias Contábeis Judiciais e Extra-Judiciais	360h		X
Faculdade de Comunicação			
99. Cibercultura (*)	360h		X
100. Comunicação e Política (*)	360h		X
Faculdade de Direito			
101. Ciências Criminais (*)	360h		X
102. Direito do Estado (*)	360h		X
103. Direito Empresarial (*)	360h		X
104. Direito Material e Processual (*)	360h		X
105. Direito Tributário Federal (*)	360h		X
106. Processo Civil (*)	360h		X
Faculdade de Educação			
107. Atividade Física e Saúde	360h		X
108. Educação Ambiental	360h		X
109. Educação Transdisciplinar e Desenvolvimento Humano: a Arte de Aprender	420h		X
110. Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer	390h		X
111. Psicopedagogia	750h	X	
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas			
112. Estratégias de Ensino e Pesquisa em Psicologia	360h		X
113. Gênero e Desenvolvimento Regional com área de concentração em Políticas Públicas (*)	360h		X
114. Metodologia e Prática de Ensino e Gênero	420h		X
115. Residência em Psicologia Clínica e Saúde Mental (*)	3840h		X
116. Teoria da Clínica Psicanalítica	405h		X
Instituto de Ciência da Informação			
117. Engenharia na Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial (*)			X
118. Atualização em Informação Arquivística (*)	180h		X
Instituto de Letras			
119. A Distância para Professores de Língua Alemã	360h		X
120. Estudos Lingüísticos e Literários	420h		X
Escola de Dança			
121. Estudos Contemporâneos em Dança	405h		X

(*) Processo em tramitação

Registra-se que, do total de 121 cursos, dois são oferecidos na modalidade à distância: o Curso de Especialização para Professores de Língua Alemã e o Curso de Especialização em Saúde e Segurança no Trabalho.

4.2.3 PLANO QÜINQÜENAL DA PÓS-GRADUAÇÃO (1999/2004): PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Durante o triênio 2002 a 2004, as atividades de ensino de Pós-Graduação na UFBA foram desenvolvidas em consonância com as metas e estratégias definidas pelo *Plano Quinquenal para a Pós-Graduação (Plano Q)*, editado em julho de 1999 e com vigência até 2004.

As diretrizes que norteiam as ações da PRPPG alinham-se às metas e objetivos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional (2004/2008) e incorporam também as orientações do Sistema Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, bem como aquelas advindas da permanente avaliação do comportamento institucional.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) além de coordenar as atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação na Universidade, cuida da política de qualificação docente. Suas ações são normatizadas e acompanhadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e seguem as diretrizes traçadas pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), coordenado pela CAPES.

4.2.3.1 Políticas Institucionais para a Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Formas de sua Operacionalização

No cumprimento de sua missão institucional, a PRPPG determinou para o período, como metas para o ensino da pós-graduação *stricto sensu*: a expansão e o fortalecimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*; o redesenho e o aprimoramento das propostas dos cursos (considerando, sobretudo, a realidade cada vez mais presente da multi e da interdisciplinaridade).

4.2.3.2 Atuação e Recursos do Órgão Coordenador das Atividades e Políticas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Em 2002, existiam na UFBA 58 programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (41 mestrados e 17 doutorados), contemplando um espectro diversificado e abrangente de áreas de conhecimento. Em 2003, registra-se a aprovação pela CAPES de uma turma fora de sede do Programa, em Medicina e Saúde, no Acre, em convênio com a FUNDACHRE. Em 2004, o sistema de pós-

graduação da UFBA conhece um importante acréscimo, com a aprovação pela CAPES dos seguintes novos programas: Alimentos, Nutrição e Saúde (M); Direito (D); Cultura e Sociedade (M/D); Estudos Étnicos e Africanos (M/D); Energia e Ambiente (D), totalizando assim 3 novos mestrados e 4 novos doutorados. A notar que esses 3 últimos programas, de caráter multidisciplinar, vieram reforçar o lugar da UFBA no panorama nacional como uma das instituições brasileiras com maior número de programas nessa categoria. Deve-se registrar ainda que, dois dos programas submetidas à CAPES através do APCN 2004, tiveram seus projetos de criação apoiados por recursos oriundos do Edital de Infra-Estrutura da FAPESB: os Programas em Energia e Ambiente e em Cultura e Sociedade. Além destas, também receberam apoio daquela agência, com a finalidade de incubar novos doutorados na UFBA, propostas nas áreas de Ciências da Computação, Engenharia Elétrica e Biotecnologia, num total de R\$ 1.956.777,33. De acordo com o Edital, as instituições contempladas devem estabelecer parcerias e incubar os cursos em um período de 2 anos.

O quadro a seguir mostra a situação geral da pós-graduação *stricto sensu* na UFBA em 2004, indicando tanto os conceitos atribuídos pela avaliação da CAPES naquele ano (referentes aos exercícios de 2001, 2002 e 2003), bem como aqueles concedidos aos cursos novos.

Quadro 04. Relação de Programas/Cursos de PG Credenciados na UFBA, por Área do Conhecimento - 2004

Área I: Exatas				
Curso	Área(s) de Concentração	Nível	Conceito CAPES 98-00	Conceito CAPES 01-03
1. Arquitetura e Urbanismo	Conservação e Restauro	M/D	5	5
	Desenho Urbano			
2. Energia e Ambiente *	Energia e Ambiente	D		4
3. Engenharia Ambiental Urbana	Engenharia Ambiental Urbana	M	3	3
4. Engenharia Elétrica	Processamento de Informação e Energia	M	3	3
5. Engenharia Química	Processos e Sistemas Químicos	M	3	3
6. Física	Física da Matéria Condensada	M	3	3
	Física Clássica e Estatística			
7. Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo	Produção Limpa	MP	4	4

8. Geofísica	Geofísica Aplicada	M/D	4	3
	Geofísica Pura e Ambiental			
9. Geografia	Análise do Espaço Geográfico	M	4	3
10. Geologia	Geologia Costeira e Sedimentar	M/D	4	4
	Metalogênese e Exploração Mineral			
	Petrologia Aplicada à Pesquisa Mineral			
11. Geoquímica e Meio Ambiente	Geoquímica e Meio Ambiente	M	3	2
12. Matemática	Matemática Pura	M	3	3
13. Mecatrônica	Sistemas Mecatrônicos	M	3	3
14. Química	Química Analítica	M/D	5	5

Área II: Biológicas

Curso	Área(s) de Concentração	Nível	Conceito CAPES 98-00	Conceito CAPES 01-03
15. Alimentos, Nutrição e Saúde *	Segurança Alimentar e Nutricional	M		4
16. Ciências Agrárias	Fitotecnia	M	3	4
	Desenvolvimento Rural			
	Produção Animal			
	Uso, Manejo e Conservação dos Recursos Naturais: Água e Solo			
17. Ecologia e Biomonitoramento	Ecologia e Biomonitoramento	M	3	3
18. Enfermagem	Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher	M	3	4
	Administração dos Serviços de Enfermagem			
	O Cuidar em Enfermagem			
19. Imunologia	Imunologia	M/D	4	3
20. Medicina Veterinária Tropical	Saúde Animal	M	3	3
21. Medicina e Saúde	Medicina Interna	M/D	5	3
	Epidemiologia Clínica			
	Imunologia Clínica			
	Neurociências			
	Hepatologia Clínica			
22. Odontologia	Clínica Odontológica	M	3	3
23. Doutorado Integrado (UFBA/UFPB)	Estomatologia	DINTER	4	4
	Laser em Odontologia			
24. Patologia Humana	Patologia Humana	M/D	5	5
	Patologia Experimental			
25. Saúde Coletiva	Planificação e Gestão em Saúde	M/D MP	5	6
	Epidemiologia			
	Ciências Sociais em Saúde			

Área III: Humanas

Curso	Área(s) de Concentração	Nível	Conceito CAPES 98-00	Conceito CAPES 01-03
26. Administração - Turmas Convênios (UFBA/UESC)	Poderes Locais e Organizações	M/D	5	5
	Tecnologia, Qualidade e Competitividade			
	Gestão Pública e Instituições			
27. Administração Profissional	Gestão Pública	MP	5	5
	Gestão Empresarial			
	Gestão do Desenvolvimento Local e Terceiro Setor			
28. Ciência da Informação	Estratégias de Disseminação da Informação	M	3	3
29. Ciências Sociais	Sociologia	M/D	4	4
	Antropologia/Arqueologia			
30. Comunicação e Cultura Contemporâneas	Comunicação e Cultura Contemporâneas	M/D	5	5
31. Cultura e Sociedade *	Cultura e Sociedade	M/D		4
32. Cultura e Turismo (UFBA/UESC)	Cultura e Turismo	M	3	3
33. Direito *	Direito Econômico	M/D	4	4
	Direito Público			
34. Economia	Economia do Trabalho e da Empresa	M	3	3

	Economia do Meio Ambiente			
35. Educação	Educação, Sociedade e Praxis Pedagógica	M/D	4	4
36. Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS)	História e Filosofia das Ciências	M	3	4
	Ensino de Ciências			
37. Estudos Étnicos e Africanos *	Estudos Étnicos e Africanos	M/D		4
38. Filosofia	Filosofia Contemporânea	M	3	3
39. História	História Social	M/D	4	4
40. Psicologia	Psicologia do Desenvolvimento	M	3	4
	Psicologia Social e do Trabalho			
Área IV: Letras				
Curso	Área(s) de Concentração	Nível	Conceito CAPES 98-00	Conceito CAPES 01-03
41. Letras e Lingüística	Lingüística Histórica	M/D	5	5
	Lingüística Aplicada			
	Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura			
Área V: Artes				
Curso	Área(s) de Concentração	Nível	Conceito Capes 98-00	Conceito Capes 01-03
42. Artes Cênicas	Artes Cênicas	M/D	5	6
43. Artes Visuais	Linguagens Visuais: Tradição e Contemporaneidade	M	3	3
44. Música	Composição	M/D	4	5
	Execução Musical			
	Etnomusicologia			
	Educação Musical			

DINTER = Doutorado Interinstitucional promovido com apoio CAPES

MP = Mestrado Profissional

* cursos aprovados em 2004

A Tabela abaixo, indica os percentuais dos programas da UFBA em 2004, por conceito: 56,2% dos programas possuíam conceitos 4 e 5, correspondendo a “bom” e “muito bom”; 7,8 % referentes a dois programas (os de Saúde Coletiva e de Artes Cênicas) receberam conceito 6, equivalente ao nível de excelência, com dimensão internacional.

Tabela 04. Situação dos programas de PG da UFBA: conceito/CAPES 2004

Conceito \ Nível	6		5		4		3		2		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mestrado	3	6,9	8	18,6	12	28	19	44,2	1	2	43	100
Doutorado	2	9,5	7	33	9	42	3	14	0	0	21	100
Total	5	7,8	15	23,4	21	32,8	22	34,4	1	1,6	64	100

Esses programas atenderam a um número crescente de alunos ao longo do triênio: em 2002, havia 888 alunos matriculados em nível de mestrado e 612 em nível de doutorado; em 2003, eram 1.664 alunos de mestrado e 739 de doutorado; e em 2004, 1.863 e 778 alunos inscritos, respectivamente, nesses

dois níveis de formação. Entre 2003 e 2004 notou-se uma expansão de 12 % do número de matrículas em nível de mestrado e de 5,3 % em nível de doutorado.

Tabela 05. Matrícula nos cursos de PG da UFBA - 2002/2004

Alunos matriculados	2002	2003	2004
Mestrado	888	1.664	1.863
Doutorado	612	739	778

Também, do ponto de vista do número de novas vagas oferecidas, a Pós-Graduação *stricto sensu* da UFBA apresentou um constante e expressivo aumento (Tabela 06). Entre 2002 e 2004 houve uma ampliação da ordem de 10 % do número de vagas oferecidas para os cursos de Mestrado e de 28 % no de Doutorado.

Tabela 06. Crescimento do número de vagas oferecidas nos cursos de PG-SS 2002 / 2004

Cursos	2002	2003	2004
Mestrado	590	845	647
Doutorado	159	238	204
Total	749	1083	851

Paralelamente, houve importante crescimento de 134 % do número de teses de doutorado defendidas no período (50, em 2002; 105, em 2003; 117, em 2004), observando-se, porém, estabilidade na formação de mestres (469, em 2002; 450, em 2003; 474, em 2004).

O fomento à pós-graduação *stricto sensu* advém, principalmente, dos recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Ministério da Educação - MEC), através do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP e do Programa de Bolsas de Demanda Social – DS (concessão de bolsas de mestrado e doutorado). Estes Programas têm como objetivo promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa e ensino superior no país, proporcionando condições adequadas ao desenvolvimento das atividades no âmbito dos cursos de pós-graduação. Além das bolsas DS-

CAPES, os cursos de pós-graduação da UFBA também puderam dispor de bolsas provenientes do CNPq, concedidas diretamente aos cursos, e do Governo do Estado da Bahia, através da SEPLANTEC.

A criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, em 2002 e da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, em 2003, ambas vinculadas ao Governo do Estado da Bahia, deu um grande impulso à pesquisa e pós-graduação.

Durante o triênio em foco, a concessão de bolsas DS-CAPES esteve fortemente correlacionada ao “tempo médio de titulação” dos alunos (TMT), indicador privilegiado para avaliar o desempenho de um programa, determinando que aqueles cursos que titulavam seus alunos em menor tempo, pudessem manter ou ampliar sua quota de bolsas, além das verbas a ele destinadas pelo PROAP. Isto levou a PRPPG a estimular os cursos a diminuir o seu TMT, meta atingida por vários deles.

Em 2002, os programas de Pós-Graduação da UFBA contavam com um total de 354 bolsas do Programa de Demanda Social da CAPES (250 para Mestrado e 104 para Doutorado) e 137 bolsas do CNPq (das quais 69 para Mestrado e 68 para Doutorado). Em 2003, contamos com um total de 571 bolsas, sendo 390 da CAPES-DS, 146 do CNPq e 35 da FAPESB. A CAPES foi, dessa maneira, responsável por aproximadamente 68 % das bolsas concedidas, contribuindo de uma maneira decisiva para que os programas de pós-graduação contassem com condições mais adequadas ao desenvolvimento de suas atividades. O CNPq contribuiu com 26% das bolsas, e a FAPESB com 6%. Em 2004, contamos com um total de 644 bolsas, das quais 418 do Programa DS da CAPES; 190 do CNPq e 36 da FAPESB, correspondendo, respectivamente, a 64.9%, 29.5% e 5.5% do total de bolsas disponíveis para os cursos de PG *stricto-sensu* da UFBA.

Tabela 07. Número de bolsas de mestrado e doutorado – 2002/2004

Período	Mestrado			Doutorado			Total M + D		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2002	2003	2004
Bolsas									
CAPES (DS)	250	274	284	104	116	134	354	390	418
CAPES (DS) – Cota PRPPG/ PROCES	21	13	14	4	03	6	25	16	20

CNPq	69	82	115	68	64	75	137	146	190
FAPESB (DS)	-	20	27	-	15	9	-	35	36

Em 2004, a avaliação trienal da pós-graduação promovida pela CAPES trouxe algumas boas surpresas, mas também sinalizou algumas urgências: no primeiro caso, a atribuição do conceito 6 a dois Programas (Saúde Coletiva e Artes Cênicas), os primeiros da UFBA a galgar esse conceito, e o aumento de conceito de mais 5 outros programas: o de Música, que recuperou o conceito 5, e os mestrados em Ciências Agrárias, Psicologia, Enfermagem e Ensino, Filosofia e História da Ciência que, ao receberem o conceito 4, habilitaram-se à apresentação de propostas de criação dos seus respectivos doutorados. No cômputo geral, nove Programas da UFBA passaram a ter o conceito 5 (indicador de excelência) e 6 (excelência com dimensão internacional). No segundo caso, registra-se a queda de conceito de quatro cursos: Geofísica e Imunologia, que regrediram do conceito 4 para o 3; Medicina e Saúde, de 5 para 3; e Geoquímica e Meio Ambiente, de 3 para 2, o que equivale a seu descredenciamento do sistema. Finalmente, chamou a atenção o expressivo número de cursos e programas com conceito 3, ainda que nesse grupo estejam incluídos tanto aqueles criados há mais tempo, os quais, por motivos diversos, não conseguiram evoluir ou decresceram na avaliação, quanto os cursos recém-criados, porém, apresentando indicadores promissores (como, por exemplo, boa produção científica do corpo docente).

O número expressivo de cursos que não evoluíram (ou mesmo regrediram) de conceito na avaliação trienal de 2004 levou a PRPPG a elaborar um criterioso plano de fortalecimento da sua pós-graduação, o qual inclui estreitamento de contato com as coordenações dos cursos; maior interação com as diretorias da CAPES (e, em especial, com a de Avaliação) e com membros do Conselho Técnico Científico daquela agência; e incentivo e financiamento à vinda de consultores externos de grande envergadura acadêmica para avaliação dos programas necessitando de “alavancagem”, de modo a contribuir no processo de avaliação e eventual reestruturação dos cursos.

Em síntese, após a divulgação dos resultados da avaliação trienal da CAPES buscou-se concentrar esforços no planejamento dos dois anos restantes do triênio 2004/2006, de modo a alcançarmos uma expressiva melhoria no conceito do conjunto dos cursos, com particular atenção para a superação do conceito 3, na medida em que este conceito é fator limitante para a expansão do sistema em uma de suas principais dimensões, que é a da criação de novos doutorados.

Também, ao longo de todo o período, buscou-se entrosar o trabalho de coordenadores de cursos com a PRPPG, através de reuniões periódicas, as quais incluíram ainda, em diversas ocasiões, a presença de dirigentes da CAPES e coordenadores de área naquela agência. Tal medida contribuiu para melhorar o entendimento dos gestores locais com relação às diretrizes e rumos do Sistema Nacional de Pós-Graduação, de modo a tornar mais ágil e competitiva a gestão dos cursos.

Com base em trabalho prévio e conjunto entre a Presidência da CEPGP, a PRPPG, a Superintendência Acadêmica e a Secretaria Geral de Cursos, teve início, em 03/12/2004, o processo de atualização e adequação das *Normas Complementares da Pós-Graduação*. Por sua urgência, a redefinição das categorias docentes na pós-graduação; o credenciamento e credenciamento do corpo docente; os mecanismos de avaliação e acompanhamento dos cursos pela PRPPG e CEPGP; os novos formatos e modalidades de titulação (como por exemplo, a co-tutela), além da normatização de créditos e carga horária da grade curricular mereceram particular atenção nesse debate.

4.2.4 PLANO QÜINQÜENAL DA PÓS-GRADUAÇÃO (1999-2004): PESQUISA

As atividades de pesquisa na UFBA, no período 1999/2004, foram desenvolvidas junto aos programas de pós-graduação e segundo as metas e estratégias definidas no Plano Qüinqüenal para a Pós-Graduação (Plano Q), buscando também adequar-se ao conjunto das políticas traçadas pelas agências de fomento à pesquisa.

Estas atividades, também, se realizaram em grupos temáticos, reunindo pesquisadores, alunos e técnicos. Esses grupos, cadastrados no Diretório

Geral de Pesquisa do CNPq, são acompanhados pela PRPPG, que os certifica junto àquela agência.

4.2.4.1 Políticas Institucionais de Práticas de Investigação, Iniciação Científica, de Pesquisa e Formas de sua Operacionalização

O Plano Quinquenal da Pós-Graduação (1999-2004) estabeleceu como metas de pesquisa para o exercício: a busca de mecanismos de institucionalização das atividades de pesquisa; o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de pesquisa; a recuperação e ampliação da infraestrutura para pesquisa; o apoio a grupos emergentes; a indução à captação de recursos; o estímulo ao empreendedorismo e à inovação seguida da disseminação das atividades de registro de propriedade intelectual; a ampliação dos indicadores de produtividade em pesquisa; a expansão do Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC.

4.2.4.2 Participação do Corpo Docente e Discente

A avaliação do desempenho da pesquisa na UFBA, no triênio 2002/2004, foi realizada com base nos resultados disponíveis nos *curricula vitae* dos docentes pesquisadores desta universidade na Plataforma Lattes do CNPq, e na compilação dos resultados de editais divulgados por agências de fomento. Esta sistemática encontrou dificuldades em estabelecer a plena atuação dos pesquisadores UFBA, pois um número expressivo deles não lança corretamente os dados em seus *currícula vitae* nesta plataforma, limitando a quantificação dos seus produtos científicos, tecnológicos e artísticos e suas respectivas atuações científicas. Outro fator limitador advém do fato das agências de fomento divulgarem os resultados de seus editais sem fornecer informações sobre a instituição e o montante dos recursos captados.

A existência de uma organização sistemática dos pesquisadores em Grupos de Pesquisa, com registros objetivos e claros de linhas de pesquisa afins, disponíveis no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, favoreceu a avaliação. A opção pelo uso dessa base de dados foi feita, pois essa

estruturação passa necessariamente por uma análise previa da PRPPG/UFBA antes de sua certificação junto ao CNPq. Essa análise envolve a verificação da estrutura do grupo, a formação do líder e outras exigências estabelecidas pelo CNPq. Por outro lado, como é dinâmica a fluência de informações neste diretório, a quantificação dos grupos foi efetuada utilizando-se os dados dos censos realizados pelo CNPq nos anos de 2002 a 2004.

A quantificação dos dados relativos à produção de conhecimento foi obtida a partir dos *curricula* dos pesquisadores utilizando-se um Sistema de banco de dados desenvolvido pelo CPD/UFBA, com apoio FINEP, após convênio firmado com o CNPq para migração quinzenal dos dados do CVLattes de seus pesquisadores, e disponível no endereço www.lattesprppg.ufba.br, devendo ficar definitivamente abrigado na página www.prppg.ufba.br.

A produção científica como tratada aqui reúne a geração de conhecimento difundido pelos meios reconhecidos pelas respectivas áreas. E, a atuação científica engloba ações referentes à participação em eventos científicos, em bancas julgadoras e a orientação de estudantes.

Grupos de Pesquisa – Constata-se ao analisar os dados da tabela abaixo que há tendência por parte dos pesquisadores da UFBA para a organização formal em Grupo de Pesquisa. Estes dados mostram igualmente que o número de pesquisadores organizados sob esta formatação correspondia no ano de 2002 a cerca de 53% dos docentes, tendo crescido para 60% em 2004, assim como a ampliação do número de linhas de pesquisa. Percebe-se igualmente uma ampliação importante no número de estudantes (graduandos e pós-graduandos), indicando o envolvimento deles em atividade de pesquisa, traduzindo assim maior participação destes pesquisadores com a formação de pessoal qualificado.

Tabela 08. Grupo de pesquisa certificados pela UFBA na Plataforma Lattes do CNPq.

Ano	Grupos	Pesquisadores	Doutores	Estudantes	Técnicos	L. Pesquisa
2002	225	1060	638	1114	264	784
2004	308	1210	794	1559	321	1046

Tabela 09. Diagnóstico dos grupos de pesquisa, com a posição da UFBA por área de conhecimento e grau de consolidação - Censo 2004.

Área de Conhecimento	Total de Grupos	Posição UFBA	Consolidados	Em consolidação	Em formação
Ciências Agrárias	20	23 / 123	1	10	9
Ciências Biológicas	30	26 / 164	4	14	12
C. Exatas e da Terra	41	20 / 158	10	22	9
Engenharias e C.da Computação	35	47/ 167	1	15	19
Humanidades	139	12 / 208	63	60	16
Ciências da Saúde	83	9 / 170	22	39	22
Totais	348	xxx	101	160	87

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/>, acesso em 20/12/2005

A expansão do número de Grupos de Pesquisa na UFBA não foi feita de forma homogênea nas diferentes áreas do conhecimento (Tabela 09). Nas Engenharias de 2002 para 2004 houve uma expansão de 92% no número de grupos, seguida pelas áreas de: Lingüística Letras e Artes, com 70%; Ciências da Saúde, com 55%; Ciências Sociais Aplicadas, com 40% e nas demais áreas, essa expansão foi inferior a 20%.

Tabela 10. Grupos de Pesquisa da UFBA nas diferentes áreas do conhecimento e taxa de expansão - 2002 / 2004

Área de conhecimento	2002	2004	Taxa Expansão
Ciências Agrárias	16	19	18.8
Ciências Biológicas	21	24	14.3
Ciências Exatas e da Terra	36	40	11.1
Ciências Humanas	34	40	17.6
Ciências Sociais Aplicadas	40	56	40.0
Ciências da Saúde	47	73	55.3
Engenharias	14	27	92.9
Lingüística, Letras e Artes.	17	29	70.6
Total	225	308	

Implantação do Núcleo de Propriedade Intelectual (NPI) - Em dezembro de 2004, o CNPq/Fundo Verde e Amarelo aprovou um projeto de criação de Núcleos de Propriedade Intelectual (NPI), submetido pela UFBA, UFPB, UFS e o CEFET-Bahia. A partir de março de 2005, as IES instalaram seus

respectivos núcleos, de acordo com a Lei de Inovação promulgada em dezembro do ano anterior. Na UFBA, as diretrizes do NPI para o ano em curso incluíam a contratação de bolsistas, a publicação de Edital conjunto para a marca do NPI, a realização de cursos sobre propriedade intelectual (PI), o desenvolvimento do software a ser utilizado em comum e a regulamentação da PI nas Instituições de Ciência e Tecnologia envolvidas (ICT). Em abril, foi instalado o Conselho Consultivo do Projeto, composto pelos Pró-Reitores das quatro instituições e representantes da SECTi/FAPESB e FIEB/IEL, sendo presidido pela PRPPG da UFBA; em julho foram instalados o Conselho Científico e Tecnológico (CCT/UFBA/CEFET) e o Comitê Executivo (CExe), o primeiro destes composto por representantes de diversas áreas do conhecimento, os quais têm como atribuição julgar o mérito dos pedidos de registros e patentes, atribuindo-lhes inclusive prioridades. O CExe, por sua vez, deve reunir-se de forma itinerante, nos Estados da Bahia, Sergipe e Paraíba.

Atuação Científica -A atuação científica foi quantificada pela participação de docentes UFBA em bancas de pós-graduação, graduação, de concursos e em eventos científicos. No caso da participação em bancas de doutorado constata-se um aumento expressivo nos anos de 2003 a 2004 (Tabela 11), e para os demais itens existe relativa constância, com flutuações inferiores a 15%.

**Tabela 11. Atuação científica de docentes da UFBA
Triênio 2002 /2004**

Atuação científica	2002	2003	2004
Bancas de Doutorado	197	339	336
Bancas de Mestrado	919	979	856
Bancas de Especialização	200	129	238
Bancas de Graduação	611	664	592
Outras	86	60	99
Bancas de Professor Titular	62	36	55
Bancas de Livre Docência	9	8	2
Concurso Público	354	240	268
Avaliação de Cursos	80	43	32
Outras atividades de Ad Hoc	831	1036	630
Congressos	1003	1058	973
Simpósios	260	298	258
Seminários	724	829	561
Encontros	464	452	394
Oficinas	147	152	136
Outras formas de participação em eventos	672	755	671

O percentual de pesquisadores da UFBA, com bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) obtidas junto ao CNPq e a FAPESB, no último ano, tem crescido consecutivamente ao longo do Triênio: dos 106 em 2002, 128 em 2003, a UFBA passou a contabilizar 147 pesquisadores em 2004

A atividade de Iniciação Científica desenvolvida pela UFBA constitui-se no mecanismo mais apropriado e eficiente para a motivação de graduandos para a pesquisa científica. Ela é oficialmente financiada pelos organismos de fomento CNPq (na forma de quota ou edital) e FAPESB, e a UFBA tem mantido ao longo do triênio considerado um total de 10 bolsas de IC (Tabela 12).

O número de bolsas alocadas é função da capacidade de orientação da instituição estabelecida pelo órgão de fomento. No triênio analisado observa-se que houve um decréscimo expressivo no número de bolsas de IC, do ano de 2002 para 2003 e, uma tendência de aumento fomentada principalmente pelo incremento de número de bolsas da quota do CNPq.

Tabela 12. Total de bolsas de Iniciação Científica por órgão de fomento 2002 / 2004

Bolsa	2002	2003	2004
CNPq – quota	390	320	324
CNPq – balcão*	122	94	88
FAPESB – quota	100	100	85
UFBA – quota	10	10	10
Total	622	524	507

* número de bolsas pagas.

O percentual de pesquisadores da UFBA, com bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) obtidas junto ao CNPq e a FAPESB tem crescido consecutivamente ao longo do Triênio: dos 106 em 2002, 128 em 2003, a UFBA passou a contabilizar 147 pesquisadores em 2004

Captação de Recursos – A captação de recursos junto às agências usuais de fomento (FINEP, CNPq e FAPESB), está sumariada na Tabela 13. Com estes dados percebe-se que tem havido incremento de captação junto ao CNPq e a FAPESB. De qualquer forma, a captação junto ao CNPq e a FINEP, tem sido baixa, levando-se em consideração que instituições com porte similar

têm obtido aprovação em número de projeto entre 1,3 e 2% superior ao alcançado pela UFBA.

Tabela 13. Projetos de pesquisa da UFBA aprovados pela FINEP, FAPESB e CNPq.

Agências	2002	2003	2004
FINEP	7	8	7
FAPESB	55	49	301
CNPq	44	54	73

Atualmente a PRPPG-UFBA gerencia 5 projetos institucionais de infraestrutura apoiados pela FINEP: CT-Infra 01/01 (COMPESQ), iniciado em 2002; CT-Infra 03/01 (INMOTEC), iniciado em 2003; CT-ENERG 03/01 iniciado em 2003; CT-Infra 01/03 (INFRA-UFBA), cujos recursos liberados para dois centros interdisciplinares, ainda não foram dispendidos e, finalmente, CT-INFRA 01/04. A exceção do CT-ENERG, todos os Projetos são coordenados e acompanhados por Comitês Gestores, dos quais fazem parte pesquisadores envolvidos com subprojetos e os titulares das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-graduação e de Planejamento e Administração

Seminários de pesquisa e pós-graduação (SEMPPGs) e Seminários estudantis de pesquisa - Os SEMPPGs têm mantido a mesma estrutura criada desde 2000, de maneira a ser um evento onde estejam representadas todas as atividades de pesquisa desenvolvidas na UFBA: grupos de pesquisa, cursos de pós-graduação *stricto sensu* e projetos de iniciação científica. As atividades ocorrem em 4 dias, sempre de 4ª feira a 6ª feira, reservando-se o sábado para os mini-cursos. Reúnem-se nesse período, docentes, estudantes de iniciação científica e estudantes de pós-graduação, que expõem seus trabalhos e divulgam seus respectivos resultados de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da Universidade. A nova estrutura deste Seminário nasceu da necessidade de diminuir o distanciamento entre os pesquisadores, seus projetos e a comunidade acadêmica, além de estimular o interesse da comunidade estudantil pela pesquisa.

Apesar de ser considerado o principal evento onde deve transparecer a pesquisa na Universidade, os SEMPPGs têm, periodicamente, carecido do

envolvimento mais consistente dos docentes orientadores e do próprio Comitê Local do PIBIC. Essa avaliação, realizada em 2004, aparece de maneira clara e contundente nos pareceres do Comitê Externo, e, certamente, merecerá maior atenção no planejamento das ações da PRPPG para 2005.

A finalização dos Seminários de Pesquisa envolve a premiação aos melhores 8 trabalhos, considerando as Áreas de Conhecimento do CNPq, além do melhor trabalho de arte apresentado no Salão Gaivota, cuja escolha é realizada pelos Comitês Externo e Local do PIBIC. Os resumos publicados nos Livros de Resumos têm demonstrado a qualidade das pesquisas e das orientações, o que foi enaltecida pelos avaliadores (Comitê Externo CNPq), e registrada nos seus respectivos pareceres.

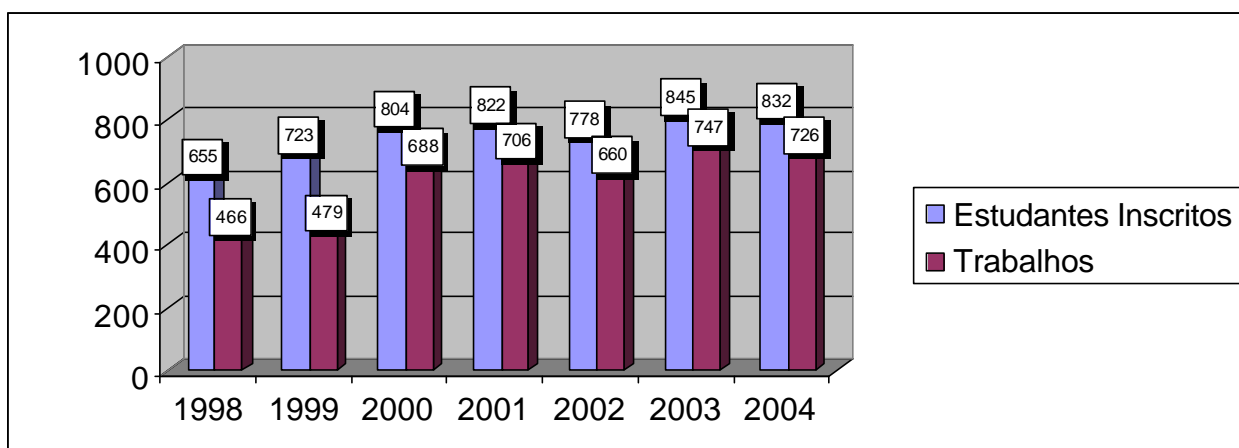


Figura 01. Evolução numérica dos trabalhos apresentados nos Seminários Estudantis, nos últimos 7 anos – 1998/2004

Segunda Semana Nacional de C&T - O decreto presidencial de 9 de junho de 2004 estabeleceu a SEMANA NACIONAL DA CIÊNCIA e TECNOLOGIA, a ser comemorada no mês de outubro de cada ano, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia e com a colaboração das entidades nacionais vinculadas ao setor, com a finalidade de promover a divulgação científica e tecnológica. Essa Semana tem o objetivo de criar e

consolidar no Brasil um mecanismo que mobilize a população em torno dos temas e da importância da ciência e tecnologia e contribua para a popularização da ciência de forma mais integrada nacionalmente. O mecanismo ou as ações que visem o alcance a esses objetivos devem ser implementados em instituições de pesquisa científica e tecnológica, escolas dos vários níveis, sociedades e associações científicas e tecnológicas, além de outras entidades e grupos em todo território nacional.

A UFBA atendeu a esse Decreto e participou ativamente, motivando seus pesquisadores a implementarem atividades de divulgação da ciência. Assim, durante os dias 03 a 09 de outubro, desenvolveu o projeto “Criatividade, Ciência e Tecnologia: UFBA para todos”, onde foram realizadas visitas a laboratórios com realização de experiências científicas, lançamentos de livros de autoria de crianças (série Novos Construtores), atividades culturais e conferências. Crianças e adolescentes do ensino Fundamental e médio puderam visitar os Museus da UFBA através de um circuito de ônibus, com a monitoração de estudantes de graduação de museologia.

4.2.5 O PROJETO INSTITUCIONAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A UFBA, como integrante do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras vem desenvolvendo a Política de Extensão, definida no Plano Nacional de Extensão (1999).

A Extensão Universitária, assumida como compromisso social, como fator de mudança no sentido de aproximação da Universidade com a sociedade; como aperfeiçoamento das manifestações do saber e da arte; como comunicação efetiva e constante com a comunidade, vem sendo orientada nas Instituições de Ensino Superior pelas diretrizes definidas no Plano Nacional de Extensão.

Publicado em novembro de 1999 (edição atualizada 2000/2001), o Plano Nacional de Extensão define grandes áreas de atuação, como: o processo de institucionalização; organização da extensão; relação com a sociedade.

O processo de institucionalização tem se concretizado na medida em que as atividades de Extensão passam a integrar o pensar e o fazer, tanto administrativo como acadêmico institucional, implicando na adoção de medidas e procedimentos que redirecionam as políticas das universidades.

Quanto ao processo organizacional, O Plano Nacional de Extensão (1999) aponta a necessidade de criação de uma ferramenta, o Banco de Dados - SIEX Brasil ⁶, para atender à demanda de registro das atividades extensionistas, desenvolvidas nas Universidades participantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, aberto a toda a comunidade.

Na perspectiva da relação com a comunidade, articular extensão e sociedade implica estar dentro e fora da universidade, tornando disponível para a comunidade a produção de conhecimento. As universidades públicas são responsáveis pelo saber, pela formação acadêmica, pela criação dos novos adventos tecnológicos e científicos e principalmente por respostas às necessidades da sociedade. Considerando essa responsabilidade, é através da extensão que as universidades efetivam o seu compromisso com a sociedade.

Na ausência do PPI, é no Plano Nacional de Extensão e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA vem buscando diretrizes e orientação, tendo definido como principais atividades aquelas que envolvem principalmente ações de: articulação, arte e cultura, atuação externa, atuação interna, organização acadêmica.

Considerando suas atribuições, a PROEXT assumiu a responsabilidade de realizar a auto-avaliação institucional, no que concerne às atividades de Extensão.

4.2.5.1 Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização

⁶ Sobre esta questão, a UFBA vem fazendo uso de um Banco de Dados local, SIDOC – Sistema Informatizado sobre a Produção Docente, implantado para registrar e recuperar informações relativas à produção de docentes da Universidade. Deste modo, não vem alimentando o Banco SIEX Brasil.

A Pró-Reitoria de Extensão da UFBA vem adotando vários princípios para orientar sua política de atuação, destacando-se:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que reafirma a extensão como processo acadêmico, exigindo que nenhuma ação de extensão pode estar desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento;

- a interdisciplinaridade, caracterizada como interação de modelos e conceitos complementares, buscando consistência teórica através de vários conceitos sobre um mesmo assunto, e a cooperação teórico-metodológica entre áreas diferenciadas do conhecimento;

- a bilateralidade na relação com os outros setores da sociedade, em que a universidade há de construir a interação com grupos sociais, empresas e organizações, numa troca de saberes – popular e acadêmico – favorecendo a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade;

- relação social entre universidade e outros setores da sociedade, uma atuação voltada para a superação de desigualdades e desenvolvimento de políticas públicas.

Quanto às Políticas, a UFBA tem firmado os seus propósitos acadêmicos e sociais junto à comunidade baiana como parte constitutiva de um processo histórico de construção de relações de solidariedade e responsabilidade social. A Extensão vem conduzindo esse propósito desenvolvendo uma política que potencialize a participação de representações de membros da comunidade acadêmica e da sociedade de maneira geral, viabilizando o planejamento, a execução de ações, a captação de recursos e os debates de questões socialmente relevantes.

Política de Vizinhança - No ano de 2003, a PROEXT/UFBA inicia a criação de um Programa Institucional intitulado Nossos Vizinhos. Programa cuja principal finalidade era a de criar formas de gestão social das relações entre a Universidade Federal da Bahia e as comunidades do seu entorno, tomando as relações de vizinhança como princípio de cooperação interinstitucional entre a UFBA e os segmentos organizados da comunidade soteropolitana que estão territorialmente próximos dos *campi* universitários.

Além de mapeamento das comunidades e inúmeras visitas para a construção do termo de referência do Programa, a PROEXT realizou atividades com vistas à construção de vínculos com estas comunidades.

No ano de 2004, após o longo período de greve que marcou a vida acadêmica da UFBA, a coordenação do Programa apresentou ao Pró-Reitor de Extensão uma proposta de conversão da base teórico-metodológica do Programa, em Política de Extensão.

Partiu-se do entendimento de que:

- no seu conjunto as atividades de extensão, anteriores ao Programa Nossos Vizinhos, já desenvolviam temáticas e estratégias que interessam às comunidades do entorno acadêmico;
- não interessa ao programa a sobreposição de papéis ou mesmo a substituição de tarefas institucionais frente aos outros programas já em desenvolvimento;
- falta ao projeto de Gestão da Pró-Reitoria maior definição quanto ao papel da UFBA na relação com as comunidades vizinhas;
- em lugar de estruturação de um programa, territorialidade e vizinhança podem e devem ser dois princípios de atuação política da UFBA com as comunidades do seu entorno.

A aplicação deste entendimento se fez, quando, por ocasião da implantação do Programa Conexões de Saberes, a Pró-Reitoria de Extensão orientou o estabelecimento das bases deste programa entre contextos sociais vizinhos aos *Campi* da Universidade. Outro encaminhamento importante neste sentido tem sido a construção de diálogos com instituições como o UNICEF, Circo Picolino e Instituto Bola Dentro, como eventuais parceiros no desenvolvimento de atividades que privilegiem as comunidades vizinhas da UFBA.

Política de Apoio às Atividades de Extensão - A Extensão disponibiliza serviços de apoio aos coordenadores das atividades extensionista sob a forma de execução de *folders*, cartazes, divulgação através dos *out-door* e na imprensa, enviando release para a Assessoria de Comunicação da UFBA, bem como no site da Extensão.

A solicitação deste apoio é feita em um formulário de atividade. Para a divulgação nos três *out-door*, ou em um deles, obedece ao calendário de prioridades, conforme as datas de realizações dos eventos. Normalmente é cobrada uma taxa para cobrir estas despesas.

De um modo geral, a Extensão procura atender às solicitações, embora enfrente várias dificuldades, passando até mesmo por um quadro de

funcionários reduzido e uma rede de informática precária. Entretanto estas dificuldades têm sido vencidas pelo profissionalismo e competência de seus funcionários.

Produção de Conhecimento - A Extensão tem como característica e princípio apoiar todas as ações realizadas na Universidade. Atualmente faz parte de sua política de atuação exercer efetivamente essa via de contato com a sociedade, incluindo aí, setores públicos e privados.

Na elaboração e execução de vários programas de extensão desenvolvidos no setor público, o responsável tem sido o Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), responsável por produzir e disseminar o conhecimento.

Atualmente, em parceria com a PROEXT, o Núcleo de Gestão e Avaliação Educacional do ISP vem desenvolvendo atividades de extensão na área educacional, tais como:

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal (PRADEM), implementado em colaboração com a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA e com a Fundação Clemente Mariani, com a contribuição de outros parceiros em ações pontuais, como Fundação Ford, a Fundação Vitae, o CEFOR e a Fundação Konrad Adenauer, desenvolve atividades de extensão com produção de conhecimento sobre a educação municipal, a partir da atuação junto a municípios da Bahia.

O PRADEM surgiu da necessidade de atuar, na área educacional, junto aos municípios baianos. Num período relativamente curto, passaram a vigorar, no País, leis que aumentaram as responsabilidades dos municípios na área educacional, as quais priorizam a descentralização das políticas educacionais, dando aos municípios uma maior responsabilidade na gestão educacional, principalmente no que concerne à oferta de Educação Infantil e de Ensino Fundamental. Porém, a maioria dos municípios do interior dos Estados revelava uma fragilidade histórica, não dispo de meios para implantar satisfatoriamente o que estabelece a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 2005, várias foram as ações desenvolvidas pelo PRADEM, tais como:

- Seminário Nacional - A gestão da educação hoje: desafios e possíveis estratégias de ação.
- Seminário Temático I: O financiamento da educação no Brasil – um balanço dos últimos anos.
- Seminário Temático II: Formação de trabalhadores de Educação.
- Fóruns Intermunicipais de Educação. Tema: A participação da sociedade civil organizada na construção da cidadania. Foram realizadas quatro edições do Fórum, com a mesma temática, nos seguintes municípios-pólo: Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana.
- Curso: Plano Municipal de Educação: subsídios para elaboração.
- Montagem do Curso: Plano Municipal de Educação: subsídios para elaboração. Foram oferecidas quatro turmas.
- Curso: O Congresso nas Câmaras: a legislação educacional brasileira e os municípios.
- Publicação: Série Documentos do PRADEM: Planejamento Educacional – Plano Municipal de educação: subsídios para a elaboração. Disponibilização *on-line*, no site do PRADEM.
- Publicação: Texto sobre Educação: sistema municipal de ensino.
- Projeto: Escolas em movimento: uma experiência de gestão compartilhada.

O Programa de Gestão Participativa (PGP-LIDERE) - contou com recursos da Fundação Ford e da FINEP. O referido programa atuou diretamente com escolas públicas e produziu, em colaboração com a FACED/UFBA, três linhas de publicação em forma de periódicos.

A esse programa de Gestão Participativa, dois outros foram articulados. Um voltado para a Secretaria de Educação do Município de Salvador e outro realizado em colaboração com o Instituto Internacional de Planejamento Educacional, da UNESCO, buscando desenvolver cursos sobre liderança educacional no âmbito da América Latina.

O Programa Gestão Participativa vem trabalhando na Região Nordeste, promovendo estudos e pesquisas sobre as diversas formas de descentralização do poder em sistemas de ensino e em escolas públicas e apoiando a implementação da gestão democrática, participativa e compartilhada na rede pública de educação básica.

As atividades do projeto incluem pesquisas, treinamento em liderança e formação de equipes para melhorar a qualidade da educação pública, desenvolvida em escolas situadas em comunidades pobres da região urbana de Salvador.

O Programa de Formação Continuada de Gestores de Educação Básica (PROGED) integra o ISP/UFBA na Rede Nacional de Formação Continuada de Professores e Gestores da Educação Básica – REDE SEB/MEC. O ISP/UFBA foi selecionado para integrar a REDE através do Edital Nº 01/2003-SEIF/MEC), passando a constituir-se, a partir de 2004, como Centro de referência na área de formação de gestores educacionais.

O PROGED é um Programa que, através da modalidade ensino à distância (EAD), visa a promover cursos de formação continuada de gestores de sistemas municipais de educação e de unidades escolares de modo a propiciar-lhes qualificação técnica adequada às atuais exigências da legislação educacional e às necessidades educacionais dos contextos em que esses sistemas e unidades estão inseridos, bem como o desenvolvimento de tecnologias que sustentem a melhoria da qualidade do atendimento educacional.

A opção por educação à distancia para formação de gestores de educação, no caso do estado da Bahia, revela-se uma opção adequada quando se considera o tamanho do Estado e as enormes carências educacionais, particularmente em municípios do interior.

4.2.5.2 Vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância na comunidade

A PROEXT vem executando três grandes programas vinculando a formação à extensão: A Atividade Curricular em Comunidade (ACC), Movimento Universitário de Alfabetização de Adultos (MUDA) e Conexões de Saberes⁷.

⁷ Este Programa articula-se com as Ações Afirmativas, deste modo integra a Dimensão 3. Responsabilidade Social da Instituição.

Atividade Curricular em Comunidade (ACC) - Segundo o que define o Programa, a Atividade Curricular em Comunidade – ACC é uma experiência educativa, cultural e científica, desenvolvida por professores e estudantes da UFBA, em parceria com grupos comunitários, articuladora de ensino/pesquisa e sociedade. Como extensão, a ACC visa a promover diálogos com a sociedade, para reelaborar e produzir conhecimento sobre a realidade, de forma compartilhada, para descoberta e experimentação de alternativas de resolução e encaminhamento de problemas. Como atividade pedagógica, é um componente curricular de natureza complementar, inserido nos currículos dos cursos de graduação, com 60 horas e 4 créditos. Como prática de construção da cidadania do estudante, a ACC busca concretizar compromissos e ações, tais como: colocar o conhecimento a serviço das parcelas da população que dele são privadas, bem como vivenciar a experiência de produção compartilhada de conhecimento; a compreensão do conhecimento como ferramenta de transformação; a compreensão do caráter multidisciplinar dos problemas da realidade; a reflexão sobre temas desafiadores, como: conhecimento e poder, conhecimento e cidadania, conhecimento e transformação da realidade.

O Programa ACC foi criado a partir do modelo “UFBA EM CAMPO”, tendo sido construído, como uma nova metodologia para ações de extensão. Este Programa, pelas suas características inovadoras vem servindo de modelo para outras universidades brasileiras interessadas em implantar também programas com este formato e objetivos.

As ACC(s) desenvolvidas pela PROEXT, com duração de um semestre, caracterizam-se como ações interdisciplinares, vinculando projetos aos programas oferecidos na grade curricular de cursos de graduação. Os alunos interessados passam por um processo de avaliação definido pelo coordenador de cada atividade, e só depois de aprovados são matriculados na atividade.

Da condição experimental, a ACC passou a constituir um programa permanente de integração efetiva entre ensino/pesquisa/sociedade. Hoje, todos os outros programas da extensão tomam como exemplo o modelo de ACC, adequando os objetivos e o enfoque do trabalho à comunidade.

A avaliação da ACC, pela própria natureza do Programa, tem características de: avaliação processual, compartilhada e heurística. Cada projeto realizado passa por estas modalidades de avaliação, contudo, a Coordenação do Programa e o NGA também promovem encontros entre os participantes com o objetivo de avaliar o processo de execução do Programa como um todo. A seguir são apresentados alguns gráficos que apresentam uma pequena amostra da avaliação das ACC(s)⁸, realizada por professores, alunos e comunidade.

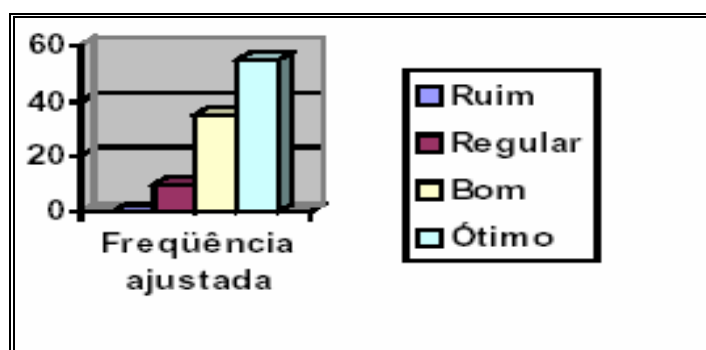


Figura 02. A visão do professor com relação a seu próprio trabalho - planejamento, acompanhamento, orientação e avaliação, com o grupo e com a comunidade, das atividades de campo

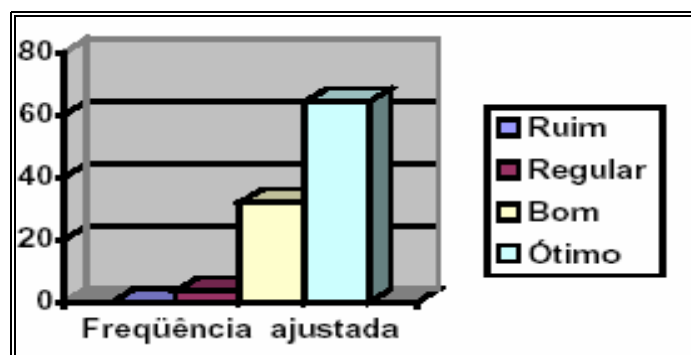


Figura 03. A atuação do professor coordenador na visão dos estudantes inscritos na ACC - planejamento, acompanhamento, orientação e avaliação, com o grupo e com a comunidade, das atividades de campo

⁸ Ver uma avaliação completa do Programa ACC realizada pela PROEXT - Coordenação do Programa e o NGA em <http://www.cpa.ufba.br/relatorios.html>

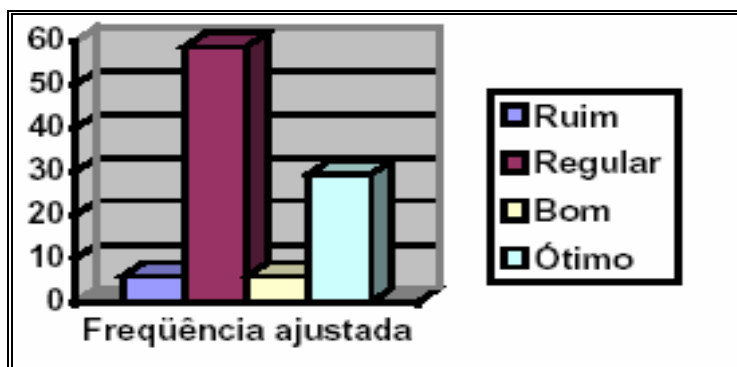


Figura 04. A visão do professor , quanto à participação da comunidade no planejamento das atividades desenvolvidas

Os gráficos selecionados para apresentação mostram um resultado de avaliação - ótimo e bom - para o desempenho do professor, visto por ele próprio e pelos alunos, contudo o desempenho da comunidade na visão do professor é avaliado entre regular e ótimo. Os dados de avaliação desta atividade têm confirmado a realização de seus propósitos.

O Movimento Universitário de Alfabetização de Adultos (MUDA/UFBA) - segundo o que foi estabelecido no Programa, vincula-se a dois eixos articulados de compromisso institucional. O primeiro é a vocação e a experiência da UFBA em trabalho social, desenvolvido através da realização de diversos programas de extensão que integram ensino, pesquisa e sociedade. O segundo eixo vincula-se ao compromisso institucional da UFBA de integrar-se aos esforços do Governo Federal de transformação da sociedade brasileira, através da participação em programas sociais, dos quais o MUDA faz parte.

O objetivo geral do programa é integrar a UFBA, através de suas funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, nas políticas públicas que visam à erradicação do analfabetismo no país.

Para a execução do MUDA, a ação formadora de alfabetizadores constituiu-se num campo de experimentação metodológica, tendo como eixos estruturantes, a *concepção de alfabetização enquanto processo; do sujeito que aprende como sujeito pensante que reflete sobre o próprio processo enquanto aprende*. Tratou-se de adotar ao longo do programa, uma postura de *experimentalidade*, tanto por parte da coordenação quanto dos monitores no

processo de ensino e de transparência das metodologias utilizadas. Essas foram compartilhadas com os sujeitos alfabetizando.

O Movimento Universitário de Alfabetização – MUDA, integrado por trinta classes, distribuídas na Grande Salvador, nos bairros periféricos, teve nos seis meses de funcionamento, convivido com um movimento constante de desativação e readaptação de algumas classes por diversos motivos sendo os mais constantes a evasão dos alunos. Isto devido, também, a existência de diversos projetos, que se sobrepõem.

A integração com os “Movimentos” já existentes nas comunidades deu-se de forma espontânea, como foi o caso dos agentes de saúde que integrados aos estudantes universitários formaram um só grupo, cadastrando pessoas para o MUDA e que também seriam atendidos pelo PSF, já em funcionamento.

Essa vivência multidisciplinar dos estudantes com outras áreas do conhecimento constituiu-se num momento singular de ampliação e reflexão sobre a própria formação profissional de cada um. É importante destacar que participaram do grupo do MUDA filósofos e odontólogos numa convivência frutífera. Ressalta-se que todos os integrantes do MUDA, foram estimulados a produzir artigos, textos sobre a experiência, desde os professores-coordenadores aos estudantes-monitores.

Com a execução do MUDA foram alcançados Indicadores não previstos inicialmente:

- O estímulo à produção de reflexões, estudos e pesquisas sobre o tema e sobre produção de materiais didáticos para a EJA;
- Fortalecimento de laços interinstitucionais da universidade com outros setores públicos e da sociedade civil organizada, como: associações de moradores; ONGs; sindicatos; e poder público;
- Reflexos da experiência na melhoria dos cursos de graduação, de formação de professores e de pedagogia, inclusive com a inserção de experiências com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos currículos desses cursos;
- Estímulo à pós-graduação em educação para que esta se integre à produção de pesquisa sobre essa temática;
- Integração entre as funções de ensino, pesquisa e extensão da UFBA.

Ainda destaca-se a criação do Núcleo de Gestão Acadêmica – NGA/MUDA que surgiu da necessidade de se criar novos experimentos metodológicos, que fizessem com que os alunos vivenciassem de maneira efetiva as atividades desenvolvidas em sala de aula, que tivessem uma aprendizagem eficaz. O Núcleo foi composto por um estudante de Pedagogia, um de Ciências Sociais, um de Letras e um de Artes Plásticas. Este grupo reunia-se uma vez por mês para discussão, juntamente com a coordenação do programa, para abordar aspectos que estavam e não estavam funcionando no programa, no que se referia ao desenvolvimento dos alunos.

São produtos desses momentos:

- A elaboração do módulo de língua portuguesa e matemática;
- Os artigos produzidos pelos alunos-monitores do projeto durante a fase da formação;
- A elaboração dos memoriais individuais dos monitores
- As anotações etnográficas a partir das classes em funcionamento;
- Construção do perfil de cada classe, realizada pelos monitores.
- Construção do *Site* do programa para veiculação da produção textual do grupo.
- Criação do grupo de discussão (*on-line*) do programa, de modo a facilitar a comunicação entre monitores e coordenação.
- Construção da Prática de Trocas Pedagógicas entre monitores, para socialização das estratégias metodológicas adotadas em sala de aula.
- Produção de textos dos monitores
- *Folders* do Programa
- Sistematização e aproximação da PROEXT-UFBA, dos programas de alfabetização e de educação de adultos para implantar o Núcleo de EJA na PROEXT.
- Elaboração de Monografia sobre o MUDA (Movimento Universitário de Alfabetização).

Dos 750 alunos matriculados, houve evasão de aproximadamente 30%. Dos 70% restantes, 441 alunos podem ser considerados efetivamente alfabetizados. O restante, introduzido no processo de alfabetização e letramento durante a execução do programa em 2004.

Calourosa - A partir de 2003, a PROEXT planejou uma atividade, que vem se tornando permanente, para atender aos calouros ingressos naquele ano.

Este evento, "Recepção Calourosa", foi criado e planejado com o objetivo de dar uma visão ampla e geral para o calouro do universo acadêmico da UFBA, familiarizando-o e integrando-o à graduação que irá cursar. Além de receber os ingressos do ano com música ao vivo, artesanato, performance e outras apresentações, é montada uma enorme exposição com stands, onde cada unidade/órgão demonstra através de material impresso como folders, livros, além de equipamentos técnicos e eletrônicos, toda a diversidade de conhecimentos e ações que a UFBA oferece para o seu corpo discente e à sociedade em geral.

Envolve todas as unidades acadêmicas e órgãos suplementares da UFBA, numa atividade interdisciplinar, que acontece fora da sala de aula, realizada no estacionamento do Campus de Ondina.

Apesar de ser uma atividade recente, vem se tornando de grande importância para o calouro, que pode observar nessa grande feira toda a complexidade desse universo acadêmico.

Em 2005, a Avaliação da Recepção Calourosa apresentou pontos positivos e pontos negativos. Como positivos foram registradas as ações do receptivo dos calouros, como: organização, transporte e distribuição de kits, agilização do atendimento no balcão de recepção. Como negativos foram observados: ausência de pessoal disponível para atendimento no balcão de receptivo; atraso dos responsáveis pelo processo de coleta de alimentos (ingressos); divulgação do evento entre os calouros do 1º e 2º semestres; lista de assinatura dos calouros com problema de formato dificultando o registro das assinaturas. Com o registro destes pontos negativos, espera-se superá-los no próximo evento (UFBA, PROEXT, 2006).

Concluindo, registra-se mais uma vez que a extensão universitária é o entrosamento com a sociedade, com a comunidade, onde a extensão pode ser exercida em sua plenitude, sendo sua missão fundamental, dar respostas às necessidades da sociedade.

O grande desafio das universidades atualmente é conseguir envolver os docentes e os alunos em uma ação interativa com as comunidades, diminuindo assim, o fosso das diferenças sociais existentes.

DIMENSÃO 3

4.3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

4.3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A responsabilidade social da instituição, percebida na perspectiva de sua contribuição à inclusão social constitui o enfoque avaliativo desta dimensão.

A UFBA vem desenvolvendo múltiplas ações no que concerne à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, contudo, nesta avaliação institucional foi priorizada a política de inclusão social, envolvendo os Programas de Ações Afirmativas e de Inclusão Digital.

Para a avaliação desta dimensão foram utilizados vários documentos institucionais como o Plano de Trabalho da PROGRAD, Relatório de Avaliação da Extensão, Programa de Ações Afirmativas, Relatório Bolsista/PIBIC sobre Inclusão Digital,¹ Sites da UFBA – CPD, CPA, FACOM, FACED, Instituto de Matemática, Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação (SSOA).

4.3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O Plano de ação da PROGRAD 2002/2006 inclui entre seus projetos prioritários a criação de alternativas de ação social, enfatizando a necessidade de construção de subsídios para decisões sobre uma política de cotas de ingresso através do Vestibular.

Esta decisão vem concretizar o desejo de segmentos da comunidade universitária que desde a década de 90 vinham tentando iniciar o debate sobre políticas de ações afirmativas para pobres, negros e índios sem encontrar eco na instituição. Entre estes grupos, destacam-se o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) que em 1998 buscou, com o Programa CEAFFRO, a abertura desse debate; bem como a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH/UFBA) que através do Programa a Cor da Bahia vem desenvolvendo pesquisas sobre as desigualdades raciais, desde 1998. Após amplo debate e

¹ COELHO, Larissa Palma. Inclusão Digital: articulação dos nós da rede da UFBA. (Relatório digitado - PIBIC). Orientadora M.H.S. Bonilla. UFBA.FACED. 2006.

depois de dois anos de implementação do Plano de Ações da PROGRAD (2002/2006) a UFBA aprovou em maio de 2004 seu Programa de Ações Afirmativas, que envolve o sistema de cotas no Vestibular.

O Programa é bem mais amplo que o sistema de cotas, sendo integrado por uma diversidade de ações, prevendo: (a) o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio; (b) o apoio a atividades preparatórias da clientela de escolas públicas e de afro-descendentes para o processo seletivo; (c) a adoção de medidas de suporte à permanência bem sucedida dos estudantes nos diversos cursos; (d) atividades de qualificação e orientação de concluintes e egressos com vistas a favorecer seu acesso à pós-graduação e (ou) sua inserção no mundo do trabalho.

Ainda, na perspectiva das políticas de inclusão social destaca-se a Inclusão Digital, entendida como a possibilidade de acesso dos cidadãos de uma sociedade às tecnologias de comunicação e informação, que incluem, entre outras, os computadores e serviços de internet.

Na UFBA, particularmente o Instituto de Matemática / Departamento de Ciências da Computação (DCC), o Centro de Processamento de Dados (CPD), a Faculdade de Educação, a Biblioteca Central com o objetivo de levar à população carente a oportunidade de interação com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vem desenvolvendo no ambiente universitário programas e projetos de inclusão digital, destacando-se a Onda Digital (DCC/CPD), os Tabuleiros Digitais (FACED) e o Mezanino Virtual da Biblioteca Central.

4.3.1.1 Compromisso da instituição com os programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital

O compromisso da UFBA com os programas de inclusão social, ações afirmativas e inclusão digital, pode ser percebido nos planos de trabalho e na execução de projetos voltados para a discussão e a implementação de ações que tocam de modo direto ou indiretamente na questão da inclusão social.

Quanto às Ações Afirmativas destacam-se vários projetos, iniciados em 2005, relacionados aos eixos temáticos do programa:

Eixo1 - *Ações voltadas para a preparação dos candidatos ao Concurso Vestibular*, destacando-se aqui a contribuição da Universidade para a melhoria da qualidade da educação ministrada em escolas públicas que oferecem ensino fundamental e ensino médio envolvendo, formação inicial (Cursos de Graduação – Licenciaturas² e Licenciaturas Especiais) e formação continuada de professores. Sobre as Licenciaturas Especiais, a UFBA assinou contrato com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em dezembro de 2004 para a oferta de sete cursos de Licenciatura: Ciências Biológicas, Geografia, História, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira - Inglês, Matemática e Química. O objetivo é graduar professores que integram o quadro permanente da rede pública estadual, em exercício da docência nas séries finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em escolas situadas nos municípios da Região Metropolitana de Salvador, sem a habilitação mínima exigida por Lei. Os cursos foram iniciados em março de 2005 e têm a duração de seis semestres letivos.

Quanto à formação inicial e continuada de professores, a FAGED vem desenvolvendo um Programa de Formação de Professores nos municípios de Irecê e de Salvador. O Projeto Irecê, iniciado em 2001, envolve uma ação conveniada entre a FAGED e a Secretaria de Educação deste Município e integra várias ações que compõem a formação dos professores, tais como: (1) Formação em Nível Superior dos Professores de Irecê/BA; (2) Bibliotecas Virtuais; (3) Ciberparques; (4) Centro de Cultura e Comunicação; (5) Formação em Gestão Escolar; (6) Reestruturação das Edificações; (7) Atualização de Professores. O Projeto Salvador (2004-2007) integra em sua proposta os seguintes cursos: Licenciatura em Pedagogia com Ênfase em Educação Infantil e Licenciatura em Pedagogia com Ênfase nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental para professores em exercício na rede municipal de ensino de Salvador.

Eixo 2. *Ações voltadas especificamente para a realização do Concurso Vestibular*, buscando a criação de condições objetivas para o acesso ao vestibular, tais como: (a) ampliação do quantitativo de isenções de taxa de

² Ver Dimensão 2 - Reestruturação dos currículos dos cursos de graduação e a formação Pedagógica das Licenciaturas.

inscrição oferecido pela UFBA para o Concurso Vestibular (o número de isenções cresceu de 4.729 para 8.000 nos vestibulares de 2003 a 2005); (b) descentralização do Concurso Vestibular com realização das provas em cidades de diferentes regiões do Estado; (c) reserva de vagas, de acordo com o sistema de cotas que considera seis categorias de inscrição dos candidatos no Vestibular e as respectivas porcentagens de vagas reservadas, tanto na primeira como na segunda fase: categoria A (36,55%) candidatos de escola pública que se declararam pretos ou pardos; categoria B (6,45%) candidatos de escola pública de qualquer etnia ou cor; categoria D (2%) candidatos de escola pública que se declararam índio-descendentes; categoria E (55%) todos os candidatos, qualquer que seja a procedência escolar e a etnia ou cor. Não sendo preenchidas todas as vagas das Categorias A e B, elas são prioritariamente preenchidas *por* candidatos de escola particular que se declararam pretos ou pardos - categoria C. Permanecendo vagas abertas, elas são preenchidas por candidatos com inscrição da categoria E. Não sendo preenchidas todas as vagas da Categoria D, elas são preenchidas por candidatos com inscrição da categoria E. Em todos os cursos, são abertas até duas vagas extras, além do total oferecido, exclusivamente para candidatos de escola pública que se declararam índios aldeados ou moradores das comunidades remanescentes dos quilombos, inscrição de categoria F. Dentro de cada categoria de inscrição (de A a F), os candidatos são selecionados rigorosamente pela ordem de classificação no Vestibular (desempenho acadêmico).

Eixo 3. *Ações voltadas para o favorecimento da permanência dos aprovados*, implementando mecanismos de apoio para que eles tenham condições de trabalhar e estudar, ou simplesmente de se dedicar ao curso escolhido, como: concentração da oferta de componentes curriculares dos cursos em um único turno; ampliação da oferta de cursos noturnos; reforço à política de assistência estudantil (quanto às atividades desta natureza, a Superintendência Estudantil registrou que a oferta ainda tem sido insuficiente para as necessidades e demandas dos discentes de baixa renda atendidos, incluindo, residência e alimentação). Quanto à alimentação, apenas são atendidos os estudantes que moram nas residências e os que são beneficiados com bolsa alimentação, sendo servidas gratuitamente três refeições diárias

(café da manhã, almoço e jantar). Com relação ao transporte, os estudantes de graduação, pós-graduação *stricto sensu* e conveniados pelo PEC-G são cadastrados, junto ao SETPS para uso do sistema de meia passagem escolar.

Eixo 4. *Ações voltadas para o acompanhamento e avaliação das políticas adotadas* envolvendo levantamento e organização de dados estatísticos que subsidiem relatórios avaliativos quanto aos resultados da adoção de políticas afirmativas na UFBA³, orientando a manutenção, a ampliação/potencialização ou a revisão das medidas adotadas, tais como: realização de estudo sobre o perfil sócio-econômico dos estudantes ingressos no percentual de cotas, para orientar a adoção e o desenvolvimento das ações; realização de estudo de egressos, para avaliar a inserção no mundo do trabalho dos beneficiados com a adoção de cotas (ver Dimensão 9).

Quanto à Inclusão Digital, destacam-se os programas que vem sendo desenvolvidos com as comunidades, como o Onda Digital do Instituto de Matemática (DCC) e o Centro de Processamento de Dados (CPD); o Tabuleiro Digital da Faculdade de Educação (ver 4.3.2.3) e o Mezanino Virtual da Biblioteca Central (Ver Dimensão 7).

Outras iniciativas têm aprofundado a discussão sobre a inclusão digital de maneira indireta, ou seja, a temática aparece articulada com outras produções/discussões nos grupos de pesquisa. É o caso do INFOINCLUSÃO (Informação na Internet e Inclusão Digital), do Instituto de Ciências da Informação, o PRONEX (Rede Latino-Americana para o Desenvolvimento de Metodologias e Softwares para o ensino de jornalismo nas Redes Digitais de Alta Velocidade), da Faculdade de Comunicação e o grupo de pesquisa, CIBERPESQUISA, da Faculdade de Comunicação (ver item 4.3.2.2).

4.3.1.2 Relações da instituição com o setor público

A Faculdade de Educação da UFBA, buscando ampliar novos espaços de interlocução com a comunidade, vem atender a uma demanda da Secretaria de Educação do Município de Salvador - Bahia para graduar professores da

³ O SSOA da UFBA a partir do Concurso Vestibular 2005 estudos sobre: eficácia do sistema de cotas; desempenho acadêmico dos cotistas; desempenho acadêmico por etnias ou cor.

sua rede de ensino, no exercício da docência, nos níveis da Educação Infantil e do Ensino Fundamental/séries iniciais. Assim sendo define o Projeto Salvador integrado ao Programa de Formação de Professores da FAGED/UFBA, em atendimento à sua finalidade básica de oferecer à comunidade os serviços educacionais de que ela precisa, assegurando aos profissionais da área condições de formação, atualização e aperfeiçoamento permanentes. Este projeto foi aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFBA (CONSEPE) em 15/07/2003 (Processo 23066.004382/03-43). A carga horária prevista para o curso é de 3.200 horas, neste total, estão incluídas 800 horas (orientadas) de atividades vinculadas ao exercício profissional dos professores-cursistas. Esta carga horária foi distribuída em seis semestres letivos (tempo mínimo), com início do curso em 2004.2 e término em 2007.1

4.3.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Várias unidades da UFBA têm integrado às suas ações de ensino, pesquisa e extensão a responsabilidade social, destacando-se neste relatório ações desenvolvidas pela Faculdade de Comunicação, Faculdade de Educação, Instituto de Ciências da Informação, Instituto de Matemática.

4.3.2.1 Responsabilidade social no ensino

A Faculdade de Comunicação da UFBA vem desenvolvendo projetos voltados para o ensino, cuja temática tem aproximação com a inclusão digital. O Projeto ALFA (Rede ICOD para estudos dos componentes digitais no ensino da Comunicação); o PRONEX (Rede Latino-Americana para o Desenvolvimento de Metodologias e Softwares para o ensino de jornalismo nas redes digitais de alta velocidade) e Jornalismo em Redes Digitais (problematizando a Internet enquanto suporte para a prática do Jornalismo). O que aproxima estes projetos, e a inclusão digital, é uma relação indireta, principalmente no Projeto PRONEX, voltado para o aperfeiçoamento de metodologias de ensino, cujo produto esperado é o desenvolvimento de uma plataforma para o ensino de jornalismo.

4.3.2.2 Responsabilidade social na pesquisa

Instituto de Ciências da Informação - Projeto INFOINCLUSÃO (Informação na Internet e Inclusão Digital), que integra um amplo Projeto de Infra-Estruturas e Serviços de Informação e Comunicação no Brasil e Estados Unidos: Regulação, Acesso, Conteúdos e Tecnologias na Sociedade da Informação (Austin e Salvador) – Programa de Cooperação Capes-Universidade do Texas. O INFOINCLUSÃO tem como objetivo analisar como Organizações de Bairros de Salvador, que têm uma grande população negra, de baixa renda, em situação de exclusão social estão utilizando o conceito de inclusão digital como defendido pelo projeto⁴, bem como verificar se as ações de inclusão digital estão mudando a vida dos incluídos. Resultados do estudo indicaram que o conceito de Inclusão Digital desenvolvido pelas organizações envolvidas no estudo ainda está muito preso ao uso da máquina.

Faculdade de Comunicação - Criação em 1997 do grupo de estudos e pesquisas sobre o ciberespaço, transformado em 2000 em Centro de Estudos e Pesquisa em Cibercultura, hoje um centro de referência no Brasil. O Ciberpesquisa está vinculado à linha de pesquisa Cibercultura dentro do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura, agregando professores e pesquisadores com alta qualificação (doutorado e mestrado). O Centro vem contribuindo decisivamente para a inserção do Brasil no cenário internacional dos estudos de Cibercultura e Novas Tecnologias de Comunicação e Informação. O Ciberpesquisa está oficialmente registrado no Cadastro de Grupos de Pesquisa do CNPq. O objetivo do Ciberpesquisa é compreender as mudanças comunicacionais e sócio-políticas do espaço urbano com a emergência das novas tecnologias de comunicação e informação na atual cibercultura.

Faculdade de Educação – o GEC (Grupo de Pesquisa Comunicação, Educação e Tecnologias) - criado em 1994, vem desenvolvendo atividades de

⁴ O conceito de ID adotado denomina-se “Três I” ou seja; Infra-estrutura tecnológica, Intermediação, Informação.

pesquisa, cujo foco tem sido o estudo da presença das tecnologias na educação com o objetivo de investigar e aprofundar o significado pedagógico destes novos recursos tecnológicos, propondo alternativas de incorporação dos mesmos aos processos educacionais, considerando-os como elementos fundamentais e vitais da nova sociedade que se está construindo. Além da pesquisa o GEC tem atuado no ensino da graduação, pós-graduação e em curso de extensão privilegiando temas que versam sobre: educação e comunicação; informática aplicada à educação; educação e tecnologias contemporâneas; ensinar e aprender – novos caminhos metodológicos e novos mapas de navegação.

4.3.2.3 Responsabilidade social na extensão

O Onda Digital, um Programa Permanente de Extensão de responsabilidade do Departamento de Ciências da Computação (DCC) e do Centro de Processamento de Dados (CPD), visa a participação ativa da universidade dentro da comunidade em prol da inclusão digital, contando com a parceria do Diretório Acadêmico de Computação da UFBA (DACOMP), Empresa Junior de Computação da UFBA (INFOJR) e Projeto Software Livre Bahia (PSL-BA).

O Programa abrange ações educativas, de desenvolvimento de recursos humanos e técnicos e de criação e uso de software livre voltados para viabilização e melhoria dos processos de inclusão digital. O envolvimento de estudantes de computação é o elemento-chave deste programa, integrando Extensão e Formação.

O Onda Digital vem oferecendo, desde 2004, curso de informática básica envolvendo inclusão digital com uso de software livre para alunos do Instituto Eletrocooperativa⁵. No contexto deste Convênio de Cooperação, um

⁵ A ONG Instituto Eletrocooperativa tem sede em Salvador, no Pelourinho, e congrega jovens provenientes de diversas localidades da cidade, que tenham interesse pela música. Sua ação é dirigida para a capacitação desses jovens em produção musical eletrônica, geração de produtos musicais, incentivo à formação de grupos musicais, atuando no sentido de alcançar melhoria da qualidade de vida desses jovens, geração de renda e preparo para o mercado de trabalho. A ONG tem convênios firmados com diversos grupos afros da Bahia como Projeto Axé, Ilê Aiê, Olodum Mirim, Banda Didá, Muzenza e outros, que indicam jovens afro-descendentes para participarem do seu processo de seleção. Além do curso de informática, os jovens da Eletrocooperativa participam de outros cursos oferecidos pela ONG (ex: curso de música eletrônica, grafitismo, etc.).

dos objetivos é o de promover a integração entre um dos programas de inclusão social da UFBA e o de Formação Musical da Eletrocooperativa. Este curso visa capacitar os jovens carentes em operações básicas para a utilização do computador, desenvolvendo uma visão geral de sua utilidade na sociedade, nas comunidades e na formação específica direcionada para a música . Deste modo, a questão central deste projeto é auxiliar na formação de jovens, tornando-os cidadãos críticos quanto ao uso das TICs e da Internet. Para isso, a programação do curso inclui também aspectos sobre ética no uso de Internet e e-mails, além de despertar a consciência sobre uso de software livre e pirataria. Em síntese, esta parceria procura melhorar o processo de inclusão digital de todos os alunos da Eletrocooperativa, buscando uma formação ética e consciente.

Além deste projeto, outros têm sido executados pelo Onda Digital, destacando-se a Inclusão Digital de estudantes da UFBA oriundos de escolas públicas, visando oferecer formação básica em informática, em especial aos estudantes ingressos pelo sistema de cotas, a partir de 2005.

Ainda vale destacar o Projeto Onda Solidária de Inclusão Digital que tem como objetivo equipar infocentros com computadores reciclados e software livre para a implantação de empreendimento solidário em comunidades de baixa renda. Este projeto conta com várias parcerias, como: DCC, CPD, BANSOL⁶ (Associação de Fomento à Economia Solidária) e NUMEP⁷ (Núcleo de Manutenção Politécnica).

A proposta do Programa abrange não somente atividades tecnológicas, mas também propõe ações que tratem a tecnologia como tema transversal, inserida nas discussões sobre cidadania, artes, língua portuguesa, literatura, esportes, dentre outros. Além dos cursos, o Programa também prevê eventos, serviços de apoio e consultoria incluindo a participação dos alunos do curso de Ciência da Computação da Universidade, buscando uma aproximação da comunidade acadêmica com a sociedade.

⁶ O BANSOL é uma Associação autogestionária criada em 2001, inserida na Universidade Federal da Bahia (UFBA), composta de forma multidisciplinar por estudantes, professores e profissionais que têm como objetivo fomentar a Economia Solidária na Bahia.

⁷ NUMEP - Órgão responsável por consertar os computadores defeituosos da UFBA.

O Projeto Tabuleiro Digital, responsabilidade da FACED, considera que a inclusão digital é mais do que ter acesso às máquinas, é o exercício da cidadania na interação com o mundo da informação e da comunicação.

Os tabuleiros digitais, inspirados nos tabuleiros de acarajé da Bahia, são retos, sem encostos, sem almofadas, potencializando o acesso público, gratuito e rápido à Internet. Neste ano, 2006, os Tabuleiros Digitais conquistaram o segundo lugar do Prêmio Inclusão Digital do Instituto Telemar.

O Projeto Conexões de Saberes, que busca o diálogo entre a universidade e as comunidades populares, desenvolvido pela UFBA-PROEXT, faz parte de um Programa Nacional implementado pelo MEC-SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), com vistas a constituir uma rede sócio-pedagógica composta por docentes e discentes das universidades públicas, dotados de perfis diferentes e desejosos de trocar experiências e conhecimentos que possam contribuir para a superação das históricas desigualdades que vivem no Brasil.

Este Projeto configura-se como parte de um compromisso com as políticas afirmativas no seu intuito de promover a inclusão social e a cidadania para todos, no sistema educacional brasileiro. Ao propor articulação de competências, experiências e habilidades desenvolvidas pela Universidade e pelas Organizações Sociais, o Projeto Conexões de Saberes torna clara a compreensão de que a promoção de mudanças significativas no sistema educacional brasileiro somente será possível se houver a fusão de esforços, habilidades e interesses dos vários setores da sociedade na constituição de parcerias que ampliem o acesso e garantam a permanência dos alunos nas escolas e nas universidades.

O Projeto elege, como seu objetivo principal, investir ativamente em uma Política de Extensão, que vise garantir a permanência dos alunos da UFBA oriundos de camadas sociais populares nos cursos de graduação. Neste sentido, o Projeto Conexão de Saberes pretende articular-se ao Programa de Ações Afirmativas da UFBA, nomeadamente ao seu eixo de ação voltado para o favorecimento da permanência dos aprovados .

As estratégias que garantam a permanência, na universidade, dos alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda familiar, caracterizam-se como de importância máxima para o sucesso do Programa e das expectativas dos ingressantes na universidade e daqueles que, embora não tenham ingressado pelo sistema de reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e índios descendentes, também vivenciam problemas de ordem econômico-financeira, haja vista que as dificuldades econômicas têm sido apontadas como uma das causas mais determinantes da evasão escolar na UFBA.

Deste modo, o Projeto Conexões de Saberes-UFBA visa a desenhar/ estabelecer articulações amplas entre Universidade e Sociedade de maneira que as responsabilidades político-sociais da primeira sejam evidenciadas através de propostas que priorizem a democratização do ensino e da universidade, assim como a valorização dos estudantes de origem popular e das suas comunidades como parceiros de ações públicas⁸.

4.3.3 AÇÕES AFIRMATIVAS: PRIMEIROS RESULTADOS DOS COTISTAS DA UFBA

Recentemente, a UFBA, através da Coordenação da PROGRAD (14/07/2006), apresentou os primeiros resultados da avaliação de desempenho dos cotistas e não cotistas que ingressaram na Universidade pelo Programa de Ações Afirmativas, destacando que, em 56% dos cursos, os cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou melhor do que os não-cotistas. A análise considera a média das notas dos 3.000 alunos ingressos no primeiro semestre de 2005.1 - nas disciplinas cursadas durante o ano letivo. Os dados da avaliação também atestam que, em 11 cursos dos 18 de maior concorrência da UFBA, ou seja, 61%, os cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou melhor do que os não-cotistas. Nos cursos de Comunicação Social (Jornalismo e Produção Cultural) 100% dos cotistas obtiveram coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10,0 nos dois semestres de 2005, contra 88,9% dos não-cotistas. No curso mais concorrido da UFBA, o de Medicina, 93,3% dos alunos cotistas

⁸ Como este Projeto foi implementado a partir de 2005, sua avaliação não integra este relatório.

obtiveram coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10,0, contra 84,6% dos não-cotistas.

Estes são os primeiros resultados da implantação do Programa de Ação Afirmativa da UFBA⁹ com ênfase no desempenho do corpo discente. Outras análises podem ser desenvolvidas a partir do acompanhamento e avaliação dos ingressos a partir de 2005.

⁹ Os resultados do desempenho dos alunos, em todos os cursos de graduação, podem ser vistos no Anexo – Tabelas.

DIMENSÃO 4

4.4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

4.4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A UFBA dispõe de vários canais e sistemas de comunicação com a sociedade, destacando-se: a Telefonia (teleUFBA); a Internet (*home pages*, listas de discussão, correio eletrônico); a TV UFBA (Canal 17 da Net e através da internet, em caráter experimental); a Editora da UFBA (EDUFBA); a UFBA em Pauta, contudo, nesta etapa da auto-avaliação institucional estes canais de comunicação não foram avaliados pela CPA.

Nesta etapa de execução do projeto de auto-avaliação institucional, a CPA definiu como prioridade a realização de um Estudo de Imagem Institucional da UFBA, executado pela Psicojunior e apresentado como Estudo Especial no V. 02 deste relatório. No item a seguir é apresentada uma síntese desse estudo.

4.4.1 IMAGEM PÚBLICA DA INSTITUIÇÃO

A proposta de auto-avaliação da UFBA incluiu um estudo de imagem pública da instituição¹. Apesar do caráter restrito do estudo realizado que adotou uma amostra intencional, não probabilística, integrada por profissionais e estudantes da educação básica e por representantes dos meios de comunicação social, os dados coletados e analisados, produziram resultados muito positivos, sendo a UFBA apontada como a mais importante instituição universitária da Bahia, pela grande maioria dos entrevistados (97%).

Os resultados da investigação mostram como principais determinantes desta posição de destaque da UFBA, algumas características da instituição, tais como: corpo docente pós-graduado e concursado; qualidade do ensino oferecido; prestígio e tradição; dependência administrativa federal e gratuidade; perfil de seu corpo docente; produção acadêmica ampla e diversificada; qualidade da formação com oferta de cursos reconhecidos e aceitos no mercado.

¹ O relato completo do Estudo da Imagem da UFBA encontra-se no v.2 deste Relatório que apresenta os Estudos Especiais. Ver também o site: <http://www.cpa.ufba.br>

Na perspectiva de melhoria e ampliação da contribuição da UFBA à sociedade baiana, os participantes apontaram como mudanças necessárias: ampliação e melhoria das instalações físicas e equipamentos; revisão da política de cotas; recomposição do quadro docente e contratação de professores titulados e concursados; melhoria dos salários e das condições de trabalho para evitar greves; maior interação com a sociedade com destaque para o setor produtivo, escolas, professores do ensino médio, e atuação social; maior divulgação da pesquisa, socialização das publicações, promoção de debates, cursos e outros eventos.

Ainda, a pesquisa mostrou que, no último ano notícias sobre a UFBA foram veiculadas por jornais e TV, sendo as mais evocadas e comentadas pelos entrevistados as que levantaram e discutiram temas relacionados a: sistema de cotas – sua implantação, rejeição por estudantes de escolas particulares e aprovação por estudantes de escolas públicas e fraudes; greves de docentes e funcionários; produção acadêmica - pesquisa e cursos de extensão; vestibular - edital, orientação, concorrência, inscrição e taxa de isenção para alunos de escola pública.

Na perspectiva mais quantitativa do estudo da imagem da UFBA, a análise dos dados aponta, por um lado, uma avaliação muito positiva da grande maioria das dimensões estudadas, e por outro, uma avaliação negativa relacionada a uma das dimensões investigadas sobre a imagem pública desta instituição.

Além da avaliação “muito positiva” da imagem institucional geral, situam-se na escala de avaliação nos níveis “muito positiva” e “positiva” imagens relacionadas a seis dimensões/itens pesquisados: **corpo docente** - competência dos professores; titulação acadêmica, qualidade do ensino, compromisso do professor com a instituição; **produção científica** – número de pesquisadores, incentivo à pesquisa na formação dos alunos, quantidade e qualidade de publicações científicas, importância das pesquisas para a sociedade; **corpo discente** – ingressos mais preparados pelo ensino médio, exigência e rigor do processo seletivo, oportunidade de acesso a estudantes mais carentes, participação dos estudantes na vida política da sociedade; **qualidade da formação profissional** – oferta de cursos de graduação

relevantes para a sociedade, preparação de bons profissionais para o mercado de trabalho, formação de profissionais com maior capacidade crítica, oferta do melhor elenco de cursos de mestrado e doutorado; **relação com a sociedade** – interação com empresas, setor produtivo, movimentos sociais e setores organizados da sociedade, presença na vida cultural da Bahia, compromisso social; **gestão universitária** – qualificação dos gestores; práticas democráticas de gestão.

Sobre o parágrafo anterior, que focaliza a imagem da UFBA como muito positiva ou positiva, destaca-se um único item avaliado como “extremamente positivo”, a oportunidade de acesso a estudantes mais carentes (dimensão corpo discente). Também, é importante assinalar que foram avaliados simplesmente como “positivos”, os itens compromisso do professor com a instituição (corpo docente); interação com as empresas e setor produtivo (relação com a sociedade), práticas democráticas de gestão (gestão universitária) e a própria dimensão gestão universitária.

Também, a investigação mostrou um ângulo negativo da imagem institucional. Foi localizada neste nível da escala, apenas a dimensão que diz respeito à qualidade das instalações físicas. Contudo, a avaliação de seus itens apresentou variações, tais como: “muito negativa” a qualidade das instalações físicas; “negativa” a qualidade dos equipamentos pedagógicos; “positiva” a localização de suas instalações.

Os dados do estudo também indicam diferenças significativas quanto à avaliação da imagem institucional, quando são observadas as respostas de diferentes grupos. Por um lado, os participantes ligados à rede particular de ensino destacaram uma imagem positiva da UFBA ao valorizarem a instituição como um centro de produção de conhecimento; o perfil dos ingressos, a qualidade da formação profissional oferecida e a relação com a comunidade baiana. Também este mesmo grupo, realizou uma avaliação negativa, das condições físicas da instituição.

Por outro, os participantes da rede de escolas públicas, avaliaram de forma mais negativa a UFBA no que diz respeito à produção científica, ao perfil dos ingressos, à qualidade da formação e à relação com a sociedade,

registrando, noutra direção uma avaliação menos negativa da qualidade das instalações físicas da instituição.

Ainda, os resultados do estudo permitem identificar um quadro das dimensões/itens mais desconhecidos da instituição, a partir dos elevados percentuais de respostas “não sei”. Considerando a totalidade dos entrevistados foram destacados os seguintes aspectos como aqueles que o público mais desconhece, chegando a não opinar sobre: a **gestão universitária**, considerando seus dois itens: as práticas democráticas e qualificação dos gestores; a **produção científica** no que diz respeito ao número de pesquisadores e quantidade e qualidade das publicações científicas; **o corpo docente** no que concerne especificamente ao compromisso do professor com a instituição; a **qualidade dos equipamentos pedagógicos**.

É importante registrar que muitos resultados desta avaliação externa se identificam com os da auto-avaliação institucional, chamando atenção a questão da infra-estrutura física que foi vista por muitos avaliadores como carente de manutenção, reestruturação, ampliação, atualização.

DIMENSÃO 5
4.5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL

4.5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL

Na UBFA, duas são as Pró-Reitorias responsáveis pelas políticas que tratam de questões relacionadas com o pessoal docente e o técnico-administrativo, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG). A primeira atua no sentido da modernização dos processos de trabalho e da valorização e capacitação das pessoas, e a segunda na busca da qualificação do pessoal docente, além da pesquisa, e do ensino da pós-graduação. A criação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas – PRODEP, em setembro de 2003, constitui um marco na implantação de uma proposta de Política de Recursos Humanos para a UFBA, formulada através de um processo de cerca de dez anos de duração.

A Matriz das Dimensões da Avaliação, no que diz respeito às políticas de pessoal, indica para análise temas relacionados ao corpo docente e ao corpo técnico-administrativo, com destaque para o perfil dos docentes e dos técnico-administrativos, bem como para as condições institucionais relacionadas aos dois grupos de profissionais. Na perspectiva da Avaliação Institucional as duas Pró-Reitorias participaram em suas respectivas áreas de atuação.

4.5.1 PERFIL DOCENTE

Segundo a Matriz das Dimensões da Avaliação, o perfil dos docentes das Instituições de Ensino Superior é definido por: titulação, publicações e produções. Os dois itens a seguir apresentam a discussão e análise desses traços do perfil dos docentes da UFBA.

4.5.1.1 Titulação dos docentes

As políticas de qualificação docente, que refletem a titulação, adotadas pela UFBA, com apoio de órgãos financiadores externos, têm sido voltadas essencialmente para a formação de mestres e doutores.

O quadro a seguir apresenta a evolução do pessoal docente por titulação e por classe no período 1999/2004.

Tabela 01. Evolução do Pessoal Docente por Titulação *
UFBA - 1999/2004

Ano	Graduados	%	Especialistas	%	Mestres	%	Doutores	%	Total
1999	311	18,4	205	12,1	684	40,4	491	29,0	1.691
2000	275	16,3	185	11,0	672	39,9	552	32,8	1.684
2001	260	15,6	166	10,0	656	39,4	585	35,0	1.667
2002	219	12,9	153	9,0	625	36,8	700	41,3	1.697
2003	195	11,6	149	8,9	584	34,7	753	44,8	1.681
2004	173	10,2	129	7,6	544	32,2	845	50,0	1.691

Fonte: SPE/CPD

* Não inclui os Docentes Temporários (Substitutos)

Tabela 02. Evolução do Pessoal Docente por Classe *
UFBA - 1999/2004

Ano	Titular	%	Adjunto	%	Assistente	%	Auxiliar	%	Total
1999	14	0,8	942	55,7	518	30,6	217	12,8	1.691
2000	117	7,0	882	52,4	511	30,3	174	10,3	1.684
2001	115	6,9	912	54,7	492	29,5	148	8,9	1.667
2002	113	6,7	977	57,6	480	28,3	127	7,5	1.697
2003	110	6,5	1.021	60,7	442	26,3	108	6,4	1.681
2004	104	6,5	1.068	63,2	419	24,7	108	5,9	1.691

Fonte: SPE/CPD

* Não inclui os Docentes Temporários (Substitutos)

A adoção de políticas de qualificação e a decisão de abrir vagas de concurso preferencialmente para professores titulados e com regime de trabalho integral, em Dedicação Exclusiva, fizeram com que a UFBA tivesse em 2005 um quadro altamente qualificado atuando em tempo integral, com mais de 80% dos seus 1.697 professores pós-graduados na modalidade stricto sensu, sendo que mais de 50% têm doutorado e mais de 80% de titulares e adjuntos em regime de DE, o que é possível verificar nas tabelas apresentadas a seguir:

Tabela 03. Docentes do magistério superior / Titulação
2005

Titulação	Regime Trabalho			40h	%	20h	%	Total	%
	DE	%							
Doutor	765	63,4	58	30,4	77	25,7	900	53,0	
Mestre	342	28,4	64	33,5	107	35,7	513	30,2	
Especialista/Aperfeiçoamento	51	4,2	34	17,8	40	13,3	125	7,4	
Graduado	48	4,0	35	18,3	76	25,3	159	9,4	
TOTAL	1.206	100,0	191	100,0	300	100,0	1.697	100,0	

Fonte: Superintendência de Pessoal / Sistema Integrado de Pessoal (SPE/SIP)

**Tabela 04. Docentes do magistério superior / Classe
2005**

Classe	Regime Trabalho		40h		20h		Total	%
	DE	%		%		%		
Titular	101	8,4	1	0,5	1	0,3	103	6,1
Adjunto	869	72,0	113	59,2	130	43,3	1.112	65,5
Assistente	200	16,6	60	31,4	120	40,0	380	22,4
Auxiliar	36	3,0	17	8,9	49	16,4	102	6,0
TOTAL	1.206	100,0	191	100,0	300	100,0	1.697	100,0

Fonte: SPE/SIP

Convivendo com esse aspecto favorável, está a necessidade de contratação de professores substitutos, no total de 418 (março/06), por força de anos sem autorização para concurso público e/ou liberação em número sempre aquém das necessidades criadas com aposentadorias e crescimento Institucional. A tabela abaixo mostra a evolução do número de professores temporários (substitutos) no período de 1998/2004.

**Tabela 05. Evolução do Número de Professores Temporários
UFBA - 1998/2004**

Ano	Contratações
1998	418
1999	485
2000	505
2001	440
2002	504
2003	598
2004	577

Fonte: SUPAC/SPE

Sobre a qualificação docente a PROGRAD (interface com a Dimensão 2) faz uma observação no sentido de destacar que a grande maioria dos docentes da UFBA não recebeu qualquer formação pedagógica, seja na graduação seja em programas de formação continuada, e têm ocorrido poucas iniciativas nesse sentido. Deste modo, faz-se necessário implementar programas de formação continuada na área pedagógica, contudo, segundo opinião do gestor/avaliador, de modo geral, há uma atitude por parte dos professores de não reconhecimento da importância da aquisição de conhecimentos e competências na área pedagógica, valorizando-se apenas o domínio de conteúdos como condição suficiente para uma atuação docente qualificada..

Ainda, a PRPPG observa que os investimentos na qualificação docente têm refletido na ampliação do ensino de pós-graduação e crescimento significativo das atividades de pesquisa da UFBA, projetando-a com destaque no cenário nacional (interface com a Dimensão 2).

4.5.1.2 Publicações e produções

Quanto à produção científica, um outro traço do perfil docente, a situação mostra-se regular, atingindo a UFBA uma média de 0,75 artigo/docente/ano, o que a posiciona na média nacional, contudo, distante das universidades mais competitivas, que exibem um indicador de no mínimo, 1,3 artigo/docente/ano. Por outro lado, é importante notar que a produção científica não é homoganeamente distribuída entre os pesquisadores das diferentes áreas, existindo ainda um número importante deles que não atingem, por exemplo o patamar de 0,5 artigo/ano em revista indexada. Além de artigos a produção dos docentes inclui: apresentação de trabalhos em eventos, livros e capítulos de livro, textos em jornais ou revistas e outros. A tabela a seguir apresenta os tipos de produção e sua quantificação no período 2002/2004.

**Tabela 06. Tipos de produção científica de docentes / UFBA
Triênio 2002, 2003 e 2004.**

Produção Científica	2002	2003	2004
Trabalhos em Eventos	3.942	4.173	3.263
Artigos Publicados	1.808	1.889	1.740
Livros e Capítulos de Livro	596	511	474
Textos em jornais ou revistas	358	294	177
Demais tipos de produção	312	372	217

Entre as diferentes áreas do conhecimento, a das Ciências da Saúde perfaz 45% do total da produção científica na forma de artigos, tendo percentual próximo para os outros tipos de produção, constituindo-se a mais produtiva da UFBA, seguida pelas Ciências Humanas, com 12,3%, e pelas Ciências Exatas e da Terra, com 12,1%. As Engenharias apresentam o percentual mais baixo, com 3% da produção na forma de artigos científicos.

Tabela 07. Quantificação da produção de artigos publicados em revistas com corpo editorial, por área do conhecimento UFBA - Triênio 2002-2004

Área de Conhecimento	2002	2003	2004
Ciências da Saúde	870	821	762
Ciências Humanas	256	215	199
Exatas e da Terra	196	232	230
Ciências Sociais e Aplicadas	164	208	158
Ciências Biológicas	152	172	146
Ciências Agrárias	124	192	182
Engenharias	46	49	63
Total	1808	1889	1740

4.5.2 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DOCENTES

A discussão das condições institucionais para os docentes envolve: o regime de trabalho, o plano de carreira, as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização.

4.5.2.1 Regime de trabalho dos docentes

São três as categorias do regime de trabalho do pessoal: parcial – 20 horas/semanais; integral - 40 horas/semanais; dedicação exclusiva. A tabela a seguir apresenta a evolução do pessoal docente por regime de trabalho, no período 1999/2004.

Tabela 08. Evolução do Pessoal Docente por Regime de Trabalho * UFBA – 1999/2004

Ano	Parcial 20 horas	%	Integral 40 horas	%	Dedicação Exclusiva	%	Total
1999	394	23,3	223	13,2	1.074	63,5	1.691
2000	372	22,1	205	12,1	1.107	65,8	1.684
2001	352	21,1	209	12,6	1.106	66,3	1.667
2002	336	19,8	204	12,0	1.157	68,2	1.697
2003	326	19,4	203	12,1	1.152	68,5	1.681
2004	317	18,7	192	11,4	1.182	69,9	1.691

Fonte: SPE/CPD

* Não inclui os Docentes Temporários (Substitutos)

Os dados mostram o crescimento do grupo em dedicação exclusiva (6,%) e decréscimo dos grupos em regime de tempo parcial (4,6%) e em regime integral de trabalho (1,8%).

4.5.2.2 Plano de carreira dos docentes

O Projeto de Lei 6.368 / 2005, cujo propósito era o de alterar a estrutura do plano de carreira e a remuneração dos profissionais do magistério superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, segundo a Lei N° 7.596/1987, que esteve em discussão na Câmara desde o início de 2006 corria o risco de não ser aprovado em virtude da iminência do fim do prazo para concessão de reajustes a servidores públicos em ano eleitoral. Esta situação levou o Governo a editar a Medida Provisória N° 295, de 29 de maio de 2006 (publicada no DOU de 30/05) que manteve o conteúdo da versão original do PL 6.368/05, com algumas modificações de redação.

Sobre o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos dos Docentes das Instituições Federais de Ensino, de que trata a Lei 7.596/1987, foi aprovado pelo Decreto N° 94.664/1987. O anexo a este Decreto define que o corpo docente das IFEs deve ser constituído por integrantes das carreiras do Magistério Superior e do Magistério de 1º e 2º Graus (atualmente Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), por Professores Visitantes e Professores Substitutos.

Trazendo para a discussão outras informações do citado Decreto, registra-se que a carreira do Magistério Superior compreendia as classes de: Professor Titular, Professor Adjunto, Professor Assistente; Professor Auxiliar, enquanto a carreira de Magistério de 1º e 2º Graus (Educação Básica– Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) as classes A, B, C, D, E, bem como, a de Professor Titular. Para os dois grupos de docentes cada classe integra quatro níveis, designados 1,2,3 e 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível.

Uma das alterações da estrutura da Carreira do Magistério Superior introduzida pela MP 295/06 diz respeito à criação de uma nova classe, ficando a carreira assim constituída: Professor Titular, Professor Associado, Professor Adjunto, Professor Assistente, Professor Auxiliar.

Esta MP define que o acesso à nova classe de Professor Associado só será concedido através da progressão funcional, sendo exigidos como

requisitos mínimos para a progressão os que se seguem: (a) que o docente esteja, no mínimo, há dois anos no último nível da classe de Professor Adjunto; (b) que possua o título de Doutor ou Livre-Docente; (c) que seja aprovado em avaliação de desempenho acadêmico.

Com relação às classes que já existiam – Titular, Adjunto, Assistente, Auxiliar - continuam em vigência as normas anteriormente definidas. O ingresso podendo ser feito para o nível 1 de qualquer uma dessas classes, via habilitação em concurso público de provas e títulos, atendendo exigências específicas de titulação, respectivamente, título de Doutor ou de Livre-Docente, Grau de Mestre, diploma de Graduação. Enquanto, para o ingresso na classe de Professor Titular, que deve ocorrer unicamente mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, fica aberta a concorrência entre portadores do título de Doutor ou de Livre-Docente, Professores Associados (em substituição aos Adjuntos) , bem como, pessoas de notório saber, reconhecido pelo Conselho Superior competente da IFE.

Também, para as classes - Adjunto, Assistente, Auxiliar – além do ingresso por concurso público, poderá ocorrer a progressão funcional exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, tanto de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe, como de uma para outra classe.

Além de alterar a estrutura da carreira, a MP 295/06 também modificou a remuneração dos docentes do magistério superior, produzindo efeitos financeiros, a partir de: (a) 1º de janeiro de 2006, relativamente aos percentuais incidentes sobre o valor do vencimento básico, de acordo com a titulação; (b) 1º de maio de 2006, segundo a nova estrutura da carreira de magistério superior e os novos valores de vencimento básico da carreira de magistério superior, (c) a partir de 1º de julho de 2006, valor do ponto da gratificação de estímulo à docência na carreira de magistério superior.

Quanto aos docentes da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio - integrados às IFEs, também a MP 295/ 06 modifica a estrutura de classes, os requisitos para o ingresso e os critérios de progressão da Carreira do Magistério de 1º e 2º graus.

4.5.2.3 Políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização

Até 2003, a qualificação do corpo docente desta Instituição estava regulamentada pelo Plano Emergencial de Qualificação de Docentes – PEQD, criado em dezembro de 1996 pela Portaria Nº 2.088/96. Em 2002, seu corpo docente era formado por 1.697 professores, sendo que 41,2% eram doutores, 36,8% eram mestres, 9%, especialistas e 12,9%, graduados. Naquele momento encontravam-se em doutoramento em outras IES do país, 61 docentes (3,59 % do total de docentes), com bolsa do Programa de Qualificação de Docentes e Técnicos – PICDT. Em 08/2002 este programa da CAPES foi desativado, sendo, entretanto mantidos os docentes que já se encontravam em qualificação. Aquela agência lançou então o Programa de Qualificação Institucional (PQI), que tem como premissa a execução de projetos consubstanciados em ações de cooperação externa, em pesquisa e pós-graduação, com vistas à formação de docentes das instituições envolvidas.

Em 2003, houve um incremento de 3.6% do número de doutores da instituição, registrando-se um decréscimo de 4% do número de docentes graduados. Em novembro de 2003, foi aprovada a Resolução CONSEPE 04/03, que passou a reger a formação e o aprimoramento docente na UFBA. No decorrer de 2004, a Comissão de Qualificação Docente, criada por essa resolução, analisou cerca de 80 processos de afastamento de docentes, dos quais aproximadamente 70% referentes à qualificação na própria instituição. Considerando este elevado percentual, a PRPPG elaborou o Programa de Qualificação Docente - PROQUAD, que prevê uma qualificação complementar na forma de estágios “sanduíche” no país, de modo a minorar os efeitos da endogenia. A notar que o Programa de Doutorado com Estágio no Exterior-PDEE/CAPES também já vinha colaborando nesse mesmo sentido.

A política de capacitação docente da UFBA inclui outros programas, a seguir apresentados:

Programa de Capacitação para o Ensino Superior (PROCES) - O PROCES é um programa institucional de bolsas estudantis, criado pelas Portarias 040/98 e 467/99, cujo objetivo é o aperfeiçoamento da formação de estudantes em cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFBA para o

exercício da docência em nível superior, através do seu envolvimento em atividades de ensino na graduação da própria UFBA. Durante o período em tela, este programa foi financiado pela quota de bolsas de DS-CAPES da PRPPG, contando também, até 2004, com o apoio da FAPESB. A seleção e acompanhamento dos projetos didáticos e dos bolsistas selecionados, bem como a avaliação do desempenho dos mesmos, é atribuição de uma Comissão Supervisora montada pela PRPPG, contando com representantes de diversas áreas do conhecimento. Participam do PROCES alunos sem vínculo empregatício, matriculados regularmente nos cursos de Pós-Graduação da UFBA, através de projetos com características teórica e metodologicamente inovadoras. Este programa envolve também os Departamentos que interagem com os Programas de Pós-Graduação e que atendem aos requisitos do PROCES. Em 2002, o PROCES dispôs de 25 bolsas; em 2003, 16 bolsas e em 2004, 20 bolsas. No julgamento das propostas submetidas a este programa, recomenda-se que o projeto seja compatível com o conteúdo da tese ou dissertação a ser elaborada pelo candidato.

Programa de Absorção Temporária de Doutores (PRODOC) - O estímulo à migração e fixação de novos doutores tem se dado através do Programa de Apoio a Projetos Institucionais com Participação de Recém Doutores/PRODOC da CAPES, além de programas similares apoiados pelo CNPq e pela FAPESB (bolsas DCR). Em 2002/2003, a UFBA abrigou 12 recém-doutores nos seguintes programas: Ciências Agrárias, Engenharia Química, Física, Geofísica, Química, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação e Cultura Contemporânea, Filosofia, História, Letras e Lingüística, Música e Psicologia.

Em 2004, este número manteve-se estável, sendo que, dos 12 bolsistas PRODOC/CAPES, quatro solicitaram desligamento dos respectivos Programas (dois por terem recebido propostas de trabalho no Exterior e dois por terem ingressado mediante concurso público em outras IES). Apenas um bolsista foi absorvido pela instituição através de concurso, na Escola de Agronomia. As 5 bolsas liberadas, não puderam ser destinadas a outros candidatos devido a uma limitação imposta pelas normas do PRODOC, o que acarretou problemas para os Cursos que perderam seus bolsistas. Se uma parte do problema foi

solucionada com a permissão de substituição de bolsista a partir do Edital 2004, a outra, remete à necessidade de a Instituição priorizar a criação de mecanismos internos que favoreçam a incorporação definitiva de novos doutores em seu corpo docente, a exemplo da priorização de vagas para concursos em áreas estratégicas e onde a qualificação ainda é limitada.

4.5.3 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E AS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Para a discussão deste item da Dimensão 5, os indicadores propostos na Matriz de Avaliação dizem respeito ao perfil, ao plano de carreira e à capacitação dos profissionais técnico-administrativos.

4.5.3.1 Perfil técnico-administrativo (formação e experiência)

A qualificação profissional tem sido uma preocupação da comunidade da UFBA, que tem tido grande dificuldade em priorizar políticas que causem algum impacto sobre os problemas relacionados com a formação dos servidores técnico-administrativos. Nas discussões, o déficit de profissionais e a ausência de qualificação específica para o apoio às atividades acadêmicas emergem como fragilidades inquestionáveis. A tabela 09 expõe a situação.

Tabela 09. Evolução do Pessoal Técnico e Administrativo por Nível UFBA – 1999/2004

Ano	Superior	%	Intermediário	%	Auxiliar	%	Total
1999	887	26,2	2.092	61,8	405	12,0	3.384
2000	872	26,2	2.058	61,8	402	12,0	3.332
2001	859	26,2	2.048	62,4	376	11,4	3.283
2002	856	26,6	1.997	62,2	358	11,2	3.211
2003	894	27,6	1.991	61,6	348	10,8	3.233
2004	970	27,4	2.239	63,1	338	9,5	3.547

Fonte: Superintendência de Pessoal (SPE) e Centro de Processamento de Dados (CPD)

Para os servidores técnico-administrativos, diferentemente do que ocorreu com os docentes, constata-se, através de consultas realizadas em documentos e relatórios de gestão dos últimos 10 anos, a oferta de cursos e treinamentos isolados e pontuais, frutos de iniciativas dos dirigentes de unidades ou de órgãos da administração central, podendo ser citado o Plano de Capacitação de Pessoal da Pró-Reitoria de Planejamento/Superintendência de Pessoal, de setembro de 1996, viabilizado, em parte, pela Divisão de

Seleção e Aperfeiçoamento da Superintendência de Pessoal e, posteriormente, pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP), através do Núcleo de Desenvolvimento de Talentos Humanos, e pelo Programa de Capacitação para o Pessoal Técnico Administrativo das Universidades Públicas do Estado da Bahia (PROCAP), com financiamento da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), através do Centro de Apoio a Desenvolvimento Científico e Tecnologia do Estado da Bahia (CADCT).

O reconhecimento da importância do servidor técnico-administrativo no processo de resgate da eficácia da Universidade levou a Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas a priorizar a formulação do Programa de Qualificação dos Servidores da UFBA – PROQUALI (2004 – 2006), visando o desenvolvimento das habilidades necessárias ao desempenho profissional e de valores e atitudes focadas no crescimento integral do servidor como agente responsável pelo processo de transformação e qualificação da Universidade. Para sua concretização foram feitas gestões junto a instâncias como a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, a Secretaria do Ensino Superior do MEC, a Secretaria do Trabalho e Ação Social / Plano Nacional de Qualificação, pleiteando o seu financiamento, sem obter sucesso.

Os dados relativos aos servidores técnico-administrativos demonstram um efetivo de 3.252 servidores, assim distribuídos nos níveis da carreira e de escolaridade:

**Tabela 10 .Servidores Técnico-Administrativos por Nível
2005**

Nível	N	%
Apoio	321	9,9
Intermediário	2.038	62,7
Superior	893	27,4
TOTAL	3.252	100,0

Fonte: SPE/SIP – Dez/2005

**Tabela 11. Servidores Técnico-Administrativos / Escolaridade
2003**

Grau de Escolaridade	N	%
Alfabetizado sem Cursos Regulares	116	3,6
E. Fundamental Incompleto – 5ª a 8ª Série Incompleta	234	7,3
E. Fundamental Completo – Até a 8ª Série Completa	259	8,0
Ensino Médio Completo ou Técnico Profissionalizante	1.318	40,8
Graduado	1.239	38,4

Especialização	14	0,4
Mestrado	23	0,7
Doutorado	30	0,9
TOTAL	3.233	100,0

Fonte: SIP/SPE – Dez/2003

A diferença no total das duas tabelas decorre dos dados terem sido levantados em relação a dois anos, 2003 e 2005. Este fato resulta de problemas técnicos de alimentação do Sistema Integrado de Pessoal (SIP) que, face ao enquadramento dos servidores no novo Plano de Carreira, nem todos os dados foram atualizados. Entretanto, considerando que a diferença é pouco significativa e resultante de admissões recentes e aposentadorias, é quase certo que os dados do perfil não tenham tido alterações importantes e que, portanto, podem ser utilizados para análise da situação.

Merece destacar nos dados acima: a existência de 18.9% de servidores com escolaridade igual ou inferior ensino fundamental; a supremacia de servidores dos níveis de apoio e intermediário em mais de 70%, em relação aos de nível superior; o percentual de servidores com ensino médio ou técnico profissionalizante (40,8%) é semelhante à aqueles de nível superior; a ocorrência reduzida de servidores pós-graduados; e finalmente a disparidade entre o percentual de servidores nos cargos de nível superior (27,4%) e o de servidores graduados e pós-graduados (40,4%).

O perfil de escolaridade e o pouco investimento na qualificação para o trabalho foram coerentemente discutidos na segunda etapa do enquadramento dos servidores técnico-administrativos da UFBA no novo Plano de Carreira (PCCTAE), em que se constatou o percentual de 70% de habilitados para o incentivo à qualificação, concedido quando o servidor possui educação formal superior à exigida para o cargo, e apenas 40% com direito a progredir por capacitação profissional, isto é, mudança de nível de classificação decorrente de certificação em programa de capacitação institucional.

No sentido de promover mudança nessa realidade, a PRODEP está concluindo a estruturação da Coordenação de Desenvolvimento Humano (CDH) e a elaboração de um Programa de Capacitação, em sintonia com as propostas do PCCTAE, a ser implantado em 2006, contando com algum recurso financeiro do orçamento interno da UFBA reservado para esse fim.

Sobre esta questão é importante destacar que atualmente as ações de capacitação do pessoal técnico-administrativo que dizem respeito à capacitação corporativa são financiadas pela Instituição. A partir do orçamento de 2006, a UFBA está destinando valor específico para essa capacitação (Ver Dimensão 10).

4.5.3.2 Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo

Sobre os planos de carreira, na perspectiva dos profissionais técnico-administrativos as mudanças foram consolidadas, através da Lei 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao Ministério da Educação

Focalizando a situação atual da carreira dos funcionários técnico-administrativos, são indicados a seguir os princípios e as diretrizes (Lei 11.091/2005), enquanto referências da gestão dos cargos. São eles: a natureza do processo educativo; a dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes; a qualidade do processo de trabalho; o reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; a vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições; a investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; o desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; a garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; a avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico; a oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.

Ainda, segundo o que estabelece a citada lei, a estrutura da carreira dos funcionários técnico-administrativos é integrada por cinco níveis de

classificação ¹ (A,B,C,D,E), cada um com quatro níveis de capacitação ² (I,II,III,IV), trinta e nove padrões de vencimento básico³, diferença percentual constante entre os padrões, matriz hierárquica.

A UFBA através da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP), para executar o enquadramento dos funcionários ativos, aposentados e pensionistas que fizeram opção pelo plano, definiu responsabilidades, organizou comissões, estabeleceu procedimentos e prazos, construiu material informativo, divulgou amplamente o processo de enquadramento.

Para produzir as mudanças exigidas foram programadas duas etapas de enquadramento: etapa 1 - enquadramento no nível de classificação correspondente ao cargo, considerando o tempo de serviço público federal; etapa 2 - enquadramento no nível de capacitação, levando em conta os certificados obtidos durante a vida funcional, que tenham relação com o cargo, o ambiente e as cargas horárias estabelecidas.

Concluídas as etapas de trabalho, o enquadramento dos servidores da UFBA no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos foi homologado pelas Portarias 145/2005 de 08 de abril de 2005 e 128/06 de 16 de março de 2006. Os efeitos financeiros decorrentes desses atos passaram a vigorar a partir de 1º de março de 2005 e de 23 de dezembro de 2005, respectivamente.

Ainda estão em curso o planejamento e a execução de medidas relacionadas com o Plano de Carreira dos Servidores, como: a execução do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira, o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e o de Avaliação de Desempenho.

¹ Nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

² Nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso

³ Padrão de vencimento básico: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação

DIMENSÃO 6

4.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

4.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

4.6.1 ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UFBA

Os órgãos colegiados da UFBA incluem a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário – CONSUNI, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, e o Conselho de Curadores.

4.6.1.1 Assembléia Universitária

Reúne-se ordinariamente na abertura dos cursos universitários, quando toma conhecimento do Plano Anual de Ações da Universidade, do Relatório das Atividades do ano anterior e para tratar de assuntos de alta relevância. Como órgão da Administração Superior, é composto pelo corpo docente, dos representantes do corpo discente que integram o Conselho Universitário e de representantes do pessoal técnico-administrativo de cada Unidade Universitária ou Órgão Suplementar.

4.6.1.2 Conselho Universitário - CONSUNI.

Formula as diretrizes políticas e administrativas da Universidade e integra o Colégio Eleitoral.

Compõem o Conselho Universitário: (Art. 24 do Estatuto da UFBA):

- I - o Reitor, que é o Presidente;
- II - o Vice-Reitor;
- III - o(s) Pró-Reitor(es) das áreas de planejamento, orçamento e administração;
- IV - os Diretores das Unidades Universitárias;
- V - um representante do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, eleito pelos seus pares;
- VI - representação estudantil, na proporção estabelecida por lei;
- VII - três representantes da comunidade baiana;

VIII - dois representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade; e

IX - dois representantes dos docentes, eleitos por seus pares de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade".

§ 1º O representante do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão terá mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido uma vez, extinguindo-se porém seu mandato ao deixar de ser membro desse Colegiado.

§ 2º Os representantes da comunidade baiana serão indicados e escolhidos pelos demais componentes do Conselho Universitário, entre aquelas personalidades da sociedade civil que mais se destacaram no apoio às universidades, à ciência, à tecnologia, à cultura e à arte, integrantes, preferencialmente, do mundo do trabalho, dos negócios, artístico, cultural e da rede de organizações não governamentais.

§ 3º Os mandatos dos representantes mencionados nos itens VII, VIII e IX do caput deste artigo serão de dois anos, podendo haver recondução por uma vez.

§ 4º Os representantes de que tratam os incisos V a IX terão suplentes para substituí-los eventualmente.

Art. 25 Compete ao Conselho Universitário:

I - aprovar as políticas gerais da Universidade;

II - aprovar as diretrizes orçamentárias, o planejamento global, a proposta orçamentária e a prestação de contas da Universidade;

III - deliberar sobre a criação, modificação e extinção de Unidades Universitárias e demais órgãos;

IV - fixar normas gerais a que se devam submeter as Unidades Universitárias e demais órgãos, ressalvadas as de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

V - avaliar o desempenho das Unidades Universitárias, dos demais órgãos e serviços da Instituição;

VI - aprovar a variação patrimonial: aquisição, construção, alienação de bens patrimoniais;

VII - deliberar sobre política patrimonial e urbanística dos campi;

VIII - eleger, na última reunião ordinária do ano, dentre os seus membros docentes, dirigentes de Unidades Universitárias, o Substituto Eventual do Vice-Reitor;

IX - eleger, entre seus membros docentes, dirigentes de Unidades Universitárias, os seus representantes no Conselho de Curadores, com os respectivos suplentes;

X - escolher, com mandatos de dois anos, os representantes da comunidade no Conselho Universitário;

XI - elaborar e modificar o Estatuto e Regimento Geral da Universidade, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nos assuntos de sua competência;

XII - elaborar, modificar e aprovar o seu próprio Regimento;

XIII - aprovar o Regimento do Conselho Social de Vida Universitária, da Reitoria, de cada uma das Unidades Universitárias e dos demais órgãos, bem como as modificações propostas;

XIV - julgar os recursos interpostos das decisões do Reitor e das Congregações, inclusive no tocante a concurso público, salvo quando se tratar de matéria relativa a ensino, pesquisa e extensão;

XV - aprovar a concessão de títulos e dignidades universitárias;

XVI - aprovar as diretrizes relativas à retribuição de serviços cobrados pela Universidade;

XVII - aprovar políticas de pessoal e modernização administrativa;

XVIII - aprovar o quadro de pessoal técnico e administrativo;

XIX - aprovar o regulamento do pessoal da Universidade;

XX - deliberar sobre a aceitação de doações e legados que criem encargos financeiros para a Universidade; e

XXI - decidir sobre matéria omissa neste Estatuto e nos diversos Regimentos.

Parágrafo único. Em matéria referente a concurso público para o Magistério Superior não terão voto os representantes do corpo discente, dos corpos técnico e administrativo e os da comunidade.

4.6.1.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE

O CONSEPE é responsável pela coordenação das atividades acadêmicas de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, além de integrar o Colégio Eleitoral. Compõem o CONSEPE: o Reitor, que é seu presidente, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, um representante de cada Unidade Universitária, representantes estudantis na proporção de 1/5 do total de seus membros e um representante dos servidores técnicos e administrativos de nível superior. Está subdividido em três Câmaras: de Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão, com poderes deliberativos, assegurando recurso de suas decisões para o Plenário do Conselho.

"Compõem-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Art. 32 do Estatuto da UFBA)

I - do Reitor, que é seu Presidente;

II - do Vice-Reitor, na forma estabelecida no Regimento Geral da Universidade;

III - de Pró-Reitores;

IV - de um representante docente de cada Unidade Universitária, escolhido pela Congregação;

V - de representação estudantil, na proporção estabelecida em lei e de acordo com as normas previstas no Regimento Geral da Universidade; e

VI - de um representante dos servidores técnico-administrativos, de nível superior, lotado e efetivamente desenvolvendo trabalhos em área, órgão ou

setor eminentemente acadêmico, eleito pelos seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade".

Art. 29 Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:

I - coordenar as atividades acadêmicas;

II - aprovar os planos globais de ensino, pesquisa e extensão;

III - supervisionar a execução dos planos e programas dos cursos e das atividades de pesquisa, artísticas e de extensão, submetendo-os a contínua avaliação;

IV - deliberar sobre questões relativas a ensino, pesquisa e extensão, inclusive em grau de recurso;

V - aprovar o quadro do pessoal docente e o respectivo plano de carreira;

VI - deliberar sobre a distribuição dos cargos do Magistério Superior da Universidade, a ser feita por atos de lotação, baixados pelo Reitor;

VII - fixar, anualmente, o calendário escolar;

VIII - fixar normas e deliberar sobre:

a) recrutamento, seleção, admissão e habilitação de alunos;

b) regime didático;

c) criação, instalação, funcionamento, expansão, modificação e extinção de cursos;

d) recrutamento, seleção, admissão, regime de trabalho e dispensa do pessoal docente;

e) fixação, ampliação e diminuição de vagas nos cursos; e

f) o reconhecimento dos títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros, obtidos em cursos não credenciados;

IX - eleger seus representantes, titulares e suplentes, no Conselho Universitário e no Conselho de Curadores; e

X - elaborar, modificar e aprovar o seu próprio Regimento.x

4.6.1.4 Conselho de Curadores

O Conselho de Curadores é o órgão de deliberação coletiva da Universidade. É sua principal função exercer a fiscalização econômico-financeira da Instituição, além de integrar o Colégio Eleitoral.

"Compõem o Conselho de Curadores:

- I - três representantes docentes, dirigentes de Unidades Universitárias, do Conselho Universitário;
- II - três representantes docentes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III - representação estudantil, na proporção estabelecida em lei;
- IV - um representante da comunidade baiana;
- V - um representante dos servidores técnicos e administrativos, eleito por seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade; e
- VI - três representantes dos docentes, eleitos pelos seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade".

§ 1º O Conselho de Curadores elegerá seu Presidente, dentre os representantes docentes, dirigentes de Unidades Universitárias, do Conselho Universitário.

§ 2º O representante da comunidade será indicado e escolhido pelos demais membros do Conselho de Curadores, entre aquelas personalidades da sociedade civil que mais se destacaram no apoio às universidades, à ciência, à tecnologia, à cultura e à arte, integrantes, preferencialmente, do mundo do trabalho, dos negócios, artístico, cultural e da rede de organizações não governamentais.

§ 3º Os mandatos dos representantes mencionados nos itens I, II IV, V e VI serão de dois anos, podendo haver recondução por uma vez.

§ 4º Os representantes de que tratam os incisos I a VI terão suplentes para substituí-los eventualmente." (art. 30 do Estatuto)

Art. 31 São atribuições do Conselho de Curadores:

I - exercer a fiscalização econômico-financeira na Universidade, mediante:

- a) emissão de parecer sobre a proposta orçamentária e as alterações no orçamento-programa, sugeridas pela Reitoria;
- b) exame, a qualquer tempo, dos documentos da contabilidade da Universidade;
- c) emissão de parecer sobre a prestação de contas do Reitor; a ser submetida à aprovação do Conselho Universitário;
- d) emissão de parecer sobre projetos submetidos pela Reitoria, que envolvam a utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito ou a criação de fundos especiais, assim como doações e legados que criarem encargos financeiros para a Universidade; e
- e) apreciação de quaisquer outros assuntos que importem à fiscalização econômico-financeira.

II - escolher seu Presidente e o representante da comunidade baiana; e

III - elaborar, modificar e aprovar seu próprio Regimento.

4.6.2 REITORIA

A Reitoria é o órgão executivo central da Instituição, dirigido pelo Reitor e Vice-Reitor, que são nomeados pelo Presidente da República entre os indicados em listas tríplexes elaboradas pelo colegiado máximo da instituição. Compete-lhes dar cumprimento às deliberações dos Órgãos da Administração Superior da Universidade, cabendo-lhes a coordenação, a fiscalização e a superintendência das atividades da Instituição. As Pró-Reitorias da UFBA, diretamente ligadas à Reitoria estão sob a responsabilidade dos Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e de Planejamento e Administração.

Art. 33 À Reitoria incumbe a coordenação, fiscalização e superintendência das atividades da Universidade, incluindo:

- I - Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II - Planejamento e Orçamento;
- III - Assistência aos Estudantes;
- IV - Campus e Obras; e
- V - Administração Geral.

Parágrafo único. As atividades discriminadas neste artigo serão exercidas por Pró-Reitorias e órgãos específicos, que funcionarão nos termos do Regimento Geral da Universidade e do Regimento da Reitoria.

Art. 34 O Reitor e o Vice-Reitor serão escolhidos e nomeados de acordo com a legislação vigente e o previsto no Regimento Geral da Universidade.

Art. 35 O Reitor será substituído em suas ausências e impedimentos pelo Vice-Reitor, que também exercerá funções que lhe forem delegadas pelo Reitor.

Parágrafo único. Os mandatos do Reitor e do Vice-Reitor serão de quatro anos, permitida uma única recondução.

Art. 36 Compete ao Reitor:

- I - representar a Universidade;
- II - convocar e presidir a Assembléia Universitária, o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sempre com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- III - nomear e empossar os Diretores e Vice-Diretores;
- IV - escolher, nomear e empossar os Pró-Reitores e demais ocupantes dos cargos da estrutura da Administração Central da Universidade;
- V - dar cumprimento às deliberações dos Órgãos da Administração Superior da Universidade;
- VI - praticar os atos pertinentes ao provimento e vacância dos cargos do Quadro da Universidade, bem como os relativos ao pessoal temporário;

VII - baixar atos de lotação referentes à distribuição dos cargos de Magistério da Universidade, após ouvir o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VIII - supervisionar todos os órgãos, atos e serviços da Universidade, para prover acerca de sua regularidade, disciplina, decoro, eficiência e eficácia;

IX - conferir graus, diplomas, títulos e dignidades universitárias;

X - submeter ao Conselho Universitário propostas de políticas gerais, planejamento global e diretrizes orçamentárias para a Universidade;

XI - apresentar, anualmente, ao Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Curadores, a proposta orçamentária e a prestação de contas da Universidade;

XII - encaminhar ao Conselho de Curadores os projetos que envolvam utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito e criação de fundos especiais, assim como doações e legados que criarem encargos financeiros para a Universidade;

XIII - dar conhecimento à Assembléia Universitária acerca do Relatório Anual de Atividades da Universidade;

XIV - assinar convênios, contratos, acordos e ajustes, inclusive os que incluam intervenção ou participação das Unidades Universitárias ou Órgãos Suplementares;

XV - delegar poderes ao Vice-Reitor, aos Pró-Reitores e demais autoridades universitárias; e

XVI - desempenhar outras atribuições não especificadas neste Estatuto, que estejam compreendidas na área de coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias.

Parágrafo único. As representações judicial e extrajudicial competem à Procuradoria Jurídica da Universidade, na forma da lei.

À Superintendência Administrativa - SAD cabem as funções de administração geral e finanças da UFBA. Cabe à Superintendência de Pessoal - SPE o planejamento, a administração e o desenvolvimento dos recursos humanos da Instituição. A Superintendência Estudantil - SET é o

órgão que cuida do atendimento social dos estudantes da Universidade. As atividades da Superintendência Estudantil estão subordinadas ao Conselho Social de Vida Universitária – CSVU. A Superintendência Acadêmica - SUPAC é o órgão responsável pela coordenação, administração e supervisão das atividades acadêmicas nas áreas de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, em consonância com as Pró-Reitorias e as Unidades Universitárias. A Secretaria Geral de Cursos – SGC está vinculada diretamente à SUPAC e cuida do registro e emissão de documentos da vida acadêmica dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Tanto no que se refere à sua organização formal quanto ao seu efetivo funcionamento os órgãos colegiados da universidade são representativos e independentes com relação à mantenedora. Não há consenso na Universidade com relação à proporção de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes na composição dos órgãos colegiados, que gera sempre acalorados debates. Tampouco há consenso sobre qual deva ser a composição do colégio eleitoral para a eleição dos dirigentes.

Com relação à sua autonomia, não cabe aqui rever a exaustiva discussão em torno do tema, verificada, principalmente por ocasião do projeto de autonomia universitária elaborado pelo MEC no governo passado, bem como, atualmente, por ocasião do projeto de Reforma Universitária.

No caso das IFES, as questões de autonomia relativas às funções de avaliação e acreditação da Educação Superior e a questão de autonomia com relação à mantenedora se referem ao Ministério da Educação.

No caso da UFBA, que é uma autarquia federal, colocam-se questões jurídicas, inclusive constitucionais, pois a ela se aplicariam tanto as normas relativas às universidades quanto aquelas relativas às autarquias, normas essas nem sempre coerentes entre si. Em termos concretos, essa ausência de autonomia se reflete em:

- 1) Do ponto de vista financeiro, a Universidade não dispõe de autonomia nem sobre o montante dos recursos, nem sobre a sua alocação,

além de estar submetida às exigências legais referentes a todos os órgãos públicos.

2) Do ponto de vista político-administrativo, a escolha final do Reitor compete à mantenedora, dentre uma lista tríplice elaborada pelos Conselhos Superiores, o que caracteriza uma autonomia relativa.

3) Do ponto de vista da contratação de pessoal, em termos quantitativos, e de reforma patrimonial, a Universidade não dispõe de autonomia.

A universidade dispõe de plano de gestão, coerente, e a administração é adequada ao cumprimento dos seus objetivos, dentro das limitações impostas por limitações e entraves de natureza financeira e burocrática. Não se observa, no entanto, uma gestão estratégica que permita antecipar problemas e soluções de forma sistematizada.

Já no que toca à estrutura organizacional, extremamente descentralizada, embora os planos da Administração Central representem sinalizadores relevantes, boa parte da execução das atividades se dá no âmbito das unidades acadêmicas, que gozam de grande autonomia de gestão.

Nas unidades acadêmicas há três instâncias colegiadas: a Congregação, as plenárias dos Departamentos e os Colegiados de Cursos.

DIMENSÃO 7
4.7 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

4.7 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

A avaliação da infra-estrutura da universidade foi realizada com a colaboração direta da PROPLAD/Assessoria de Planejamento Administrativo e Físico, da PRPPG, da Prefeitura do Campus Universitário (PCU), da Biblioteca Central, focalizando, sobretudo as condições da infra-estrutura física e acadêmica, com destaque para o espaço físico, o sistema de bibliotecas e o sistema de infra-estrutura de laboratórios.

4.7.1 INSTALAÇÕES GERAIS: ESPAÇO FÍSICO

O PDI da UFBA (2004-2008), no que concerne à infra-estrutura física, visando atender à expansão da área acadêmica, define políticas institucionais de recuperação, expansão, melhoria e modernização dos *Campi* Universitários, destacando: a continuidade do programa de manutenção corretiva predial; a conclusão da construção do Pavilhão de Aulas da Federação III; a restauração de imóveis de valor histórico; a continuação da instalação de equipamentos destinados a permitir pleno atendimento aos portadores de necessidades especiais (instalação de elevadores, rampas, sanitários, telefones públicos, sinalização, vagas especiais em estacionamentos, bancadas de laboratórios etc.); a renovação e ampliação do parque de servidores e estações de trabalho (microcomputadores), compatibilizando suas configurações com as especificações e demandas de cada área de conhecimento; a consolidação dos *Campi* Universitários com expansão da área construída.

4.7.1.1 A PCU e o espaço físico da UFBA

Na perspectiva da avaliação institucional, a Prefeitura do Campus Universitário, que tem como competência e responsabilidade as ações de

construção e reforma, manutenção e conservação dos espaços e da planta física desta instituição, dimensiona seu campo de atuação e aponta suas dificuldades para a realização de obras e projetos.

A Universidade Federal da Bahia integrada por dois *Campi*¹ o do Canela, e o de Ondina/Federação e por unidades dispersas na malha urbana da cidade do Salvador possui uma área edificada de 285.413,00 m² (duzentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e treze metros quadrados). Sua área de terrenos totaliza 768.516,00 m² (setecentos e sessenta e oito mil quinhentos e dezesseis metros quadrados), assim distribuídos: Campus Canela com 150.000,00m² (cento e cinquenta mil metros quadrados), Campus Ondina/Federação com 570.000m² (quinhentos e setenta mil metros quadrados) e unidades dispersas com 48.516,00m² (quarenta e oito mil e quinhentos e dezesseis metros quadrados).

Para realizar suas ações em todo espaço físico da UFBA, a Prefeitura do Campus possui uma equipe de 117 (cento e dezessete) funcionários, distribuídos da seguinte forma:

- Administrativo - 27 funcionários - Eng., Arq., Adm., Ag. Adm., Contador
- Manutenção – 73 funcionários - 10 Eng., Arq., Téc. / 63 - Operacional
- Obras - 8 funcionários - Engenheiros e Arquitetos
- Transporte: 4 funcionários
- Segurança: 5 funcionários

Deste efetivo, muitos estão em desvio de função, outros afastados pelo Serviço Médico ou com limitações e um grande percentual com a faixa etária muito alta.

Com relação aos recursos financeiros, os valores recebidos no exercício de 2005 foram da ordem de 718 mil reais (ver quadro abaixo), distribuídos ao longo do ano, ou seja, em média 59 mil reais por mês para atender a toda a UFBA.

Tabela 01. Resumo dos recursos provisionados - 2005

Obras – 44.90.51	R\$ 0,00
Serviços P.J. - 33.90.39	R\$ 371.813,59
Materiais – 33.90.30	R\$ 341.073,50
Equipamentos – 44.90.52	R\$ 6.003,67

¹ Com a criação da Universidade do Recôncavo, a UFBA repassou a esta instituição a administração do Campus de Ciências Agrária, com 19.930.610,00 m² (dezenove milhões novecentos e trinta mil e seiscentos e dez metros quadrados) de área de terrenos.

Restituições – 33.90.93	R\$ 0,00
Exercícios Anteriores – 44.90.92	R\$ 0,00
Adiantamento para locomoção – 33.90.33	R\$ 300,00
Emenda parlamentar	R\$ 0,00
Total	R\$ 718.893,76

Considerando a área de terreno da UFBA (768.516,00 m²), foi realizado um gasto de 1,07 R\$/m². Este valor foi insuficiente para atender à demanda, uma vez que o custo de uma reforma de padrão médio está em torno de 400,00 R\$/m²

As atividades de manutenção e correção são assumidas pela Gerência de Manutenção (SEMAN) da PCU que procura atender às solicitações, o melhor e mais rapidamente possível, considerando a situação de pessoal e de recursos financeiros. Apesar das dificuldades, os números expressos abaixo indicam que foram atendidos 69,16% dos serviços solicitados, ao longo do exercício de 2005.

Tabela 02. Atendimento por “Ordem de Serviços”

Ordem de Serviços	Solicitada	Pendente	Atendida
Projeto água-pura	151	14	137
Carpinteiro	342	135	207
Eletricista	759	283	475
Encanador	588	163	425
Jardineiro	116	7	109
Pedreiro	204	80	124
Pintor	84	29	55
Refrigeração	72	10	62
Serralheiro	99	35	64
Vidraceiro	88	16	72
TOTAL	2.503	772	1.731
Percentual de atendimento %	100	30,84	69,16

A PCU executou em 2005 serviços por administração direta e indireta. Na primeira modalidade, utilizando a mão-de-obra do seu próprio quadro de funcionários, foram realizadas reformas, recuperações e construções:

- Reformas na Maternidade Climério de Oliveira - fiscalização da pintura geral na administração e nas enfermarias; reforma do arquivo; recuperação da cobertura das enfermarias;
- Reforma do Biotério (10^o andar); pintura dos consultórios do Prof. Pinheiro (no térreo);
- Substituição de tubulação na Escola de Odontologia;
- Reforma da sala da congregação em fase de conclusão na Escola de Direito;
- Conclusão de sanitários na Editora;
- Reparo na Creche;

- Organização dos eventos em R1, R2, R3, Faculdade de Direito e Centro de Convivência;
- Recuperação da pavimentação em pedra portuguesa na Galeria Canizares;
- Fechamento em alvenaria e tubos na Biblioteca da Escola de Belas Artes;
- Instalações - elétrica, lógica e telefônica - para a diretoria e secretaria do Instituto de Biologia;
- Instalação elétrica - Laboratório de Alimentos na Faculdade de Farmácia;
- Manutenção corretiva de 36 unidades de ensino da UFBA e das Redes Estadual e Municipal, onde foram realizadas as provas do Vestibular da 1ª etapa de 2005 e na 2ª etapa 16 unidades;
- Execução de 100m² de piso em cimento na Escola de Dança;
- Execução de 40m² de piso em concreto na Escola de Farmácia;
- Recuperação de esgoto secundário e primário no Instituto de Geociências;
- Recuperação do algeroz da Faculdade de Comunicação;
- Recuperação de peitoril no Instituto de Matemática;
- Construção de passarela no Centro de Processamento de Dados;
- Recuperação de esgoto primário no Centro de Convivência;
- Impermeabilização de parte do algeroz no Hospital de Medicina Veterinária;
- Execução de sistema de aterramento para os elevadores na Faculdade de Economia;
- Execução de nova alimentação elétrica e de lógica para a SPE;
- Execução de circuito para iluminação parcial da trilha;
- Execução de circuitos independentes para 35 aparelhos de ar condicionado no Instituto de Letras.

Quanto aos serviços executados, em 2005, por administração indireta destacam-se os seguintes:

- Substituição da estrutura de madeira do salão de recreio e recuperação de forro – Creche;
- Execução de nova alvenaria de pedra para contenção do talude onde ocorreu o desmoronamento do terreno – Creche;
- Recuperação de sala atingida pelo desmoronamento do terreno – Creche;
- Impermeabilização do reservatório inferior e substituição do sistema de recalque de água na Faculdade de Farmácia;
- Revisão da cobertura com substituição de telhas na Faculdade de Comunicação;
- Reparos gerais na diretoria e secretaria com substituição de divisória e do forro no Instituto de Biologia;
- Reforma em dois sanitários para atender a deficientes físicos na Biblioteca Central;
- Construção de 04 sanitários para eventos na Escola de Medicina Veterinária;

- Construção de depósito de alimento na Divisão de Materiais (em andamento);
- Construção de rede de esgoto em um laboratório – Instituto de Biologia;
- Substituição/construção de 06 canaletas no Centro de Esporte;
- Construção de sala para carpintaria e almoxarifado da PCU.

Tabela 03. Atendimentos por especialidade

Especialidade	Atendimento
Carpintaria	373
Eletricidade	598
Hidrossanitária	704
Serviço pedreiro	153
Pintura	122
Serralheria	132
Vidraçaria	127
Refrigeração	25
Total	2.234

Ainda, a PCU através de sua Gerência de Obras e Fiscalização realizou planejamento físico, elaboração de planilhas orçamentárias, emissão de laudos de vistorias técnicas e fiscalização de obras e serviços.

Serviços Executados por Fiscalização:

- Fiscalização da Obra de Pequenos Reparos das Residências Universitárias e Creche;
- Fiscalização da Obra de FFCH - NEIM – Reforma e ampliação do prédio do NEIM;
- Fiscalização da Obra de FFCH - Mestrado de Psicologia – Reforma e Conclusão da Ampliação;
- Fiscalização da Obra FFCH – Recuperação Estrutural do Prédio Pré-Moldado de Psicologia;
- Fiscalização da Obra do SMURB – Impermeabilização da Laje de Piso;
- Fiscalização da Obra do CCV/ RU – Obra de Reforma do RU;
- Fiscalização da Obra do ICS – Obra de Reforma da Cobertura do ICS;
- Fiscalização da Obra da Pintura das salas de aulas do ICS;
- Fiscalização da obra de Reforma do SPE (Superintendência de Pessoal) – Campus de Ondina;
- Fiscalização da Obra de Reforma do Antigo prédio do DEMEC para Instalação do CEAO – Centro de Estudos Afro-Oriental – UFBA, Largo 02 de Julho;
- Fiscalização da Obra de Construção da Subestação Abrigada da Faculdade de Dança – Campus de Ondina;
- Fiscalização da Obra de Reforma da Antiga Casa de Máquinas da FACOM para Instalação de Laboratórios, Campus de Ondina;
- Fiscalização de Serviços de Impermeabilização da Fachada Lateral do Edifício do CEAO, Largo 02 de Julho;

- Fiscalização da Obra de Reforma com Ampliação para Instalação de Consultórios e Laboratório de Fluidoterapia no Hospital de Medicina Veterinária, Campus de Ondina.

Confecção de Planilhas Orçamentárias:

- Orçamento do HMV – Reforma e Ampliação das Lavanderias;
- Orçamento para Escola de Dança – Recuperação de Placas Pré-Fabricadas de Concreto Armado da Platibanda;
- Orçamento para CICTI – Reforma e Ampliação do CPD para instalação do CICTI
- Orçamento para UCCV – Conclusão da Obra do RU;
- Orçamento para Instalação do Campus Universitário Anísio Teixeira - UFBA - em Vitória da Conquista – BA;
- Orçamento para Instalação do Campus Universitário Professor Edgard Santos - UFBA - em Barreiras – BA;
- Orçamento para Fornecimento e Instalação de Esquadrias Acústicas no 3º pavimento do CEAO – UFBA – Largo 02 de Julho – SSA/ BA;
- Orçamento para pintura das fachadas da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia – Campus do Canela;
- Orçamento para pintura geral da Faculdade de Dança da UFBA – Campus de Ondina;
- Elaboração de projeto elétrico para o NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher) na Faculdade de Filosofia – São Lázaro;
- Quantitativo de materiais para conclusão da 1ª etapa da obra do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher) na Faculdade de Filosofia – São Lázaro;
- Quantitativo de material para pintura geral das fachadas e esquadrias de madeira do ICS - Campus do Canela.

Outras Atuações

- SPE – Vistorias para recebimentos provisório e definitivo da Obra de Reforma do SPE;
- Escola de Dança – Vistoria para recebimento provisório da Obra Construção da Sub-Estação da Escola de Dança;
- Inspeção técnica no antigo auditório do Instituto de Química, visando o levantamento dos problemas existentes;
- Inspeção técnica na Pró-Reitoria de Extensão no Garcia, visando o levantamento dos problemas existentes, elaboração de relatório técnico fotográfico, levantamento do material restante da 1ª etapa da obra, apontado as soluções para as deficiências;
- Inspeção técnica no 4º pavimento do antigo ISC, visando o levantamento dos problemas existentes, elaboração de relatório técnico fotográfico, levantamento do material restante da 1ª etapa da obra apontado as soluções para as deficiências, de maneira que seja possível a transferência da Pró-Reitoria de Extensão para estas instalações;
- Inspeção técnica nas residências Universitárias R1, R2 e R3, visando o levantamento dos problemas existentes e elaboração de relatório técnico fotográfico, apontado as soluções para as deficiências;

- Vistorias técnicas nas obras orçadas e verificação de problemas diversos nas dependências da universidade;
- Cronograma Físico-Financeiro para Reforma do Pavilhão Administrativo do Campus da UFRB em Cruz das Almas – BA;
- Cronograma Físico-Financeiro para Recuperação da Infra-Estrutura do Campus da UFRB em Cruz das Almas – BA;
- Cronograma Físico-Financeiro para Reforma do Prédio Existente do Campus de Santo Antônio de Jesus – BA;
- Reuniões técnicas com os administradores das unidades visando a compatibilização dos orçamentos com as verbas disponíveis;
- Reuniões técnicas com os projetistas da PROPLAD visando a compatibilização e melhoria de projetos.

Quanto à situação do Setor de Obras e Serviços de Engenharia registra-se que este vem tendo incremento de RH e conta com computadores melhores e um novo Sistema de Orçamento o que tem possibilitado a agilização no cumprimento das demandas de serviços do setor, tais como: Teleufba e o Projeto Aguapura.

Em 2005, foram desenvolvidas pela equipe Teleufba, as seguintes atividades:

- Atendimentos técnicos - foram atendidas 584 ordens de serviço referentes à instalação e manutenção de rede interna de telefonia nas unidades da UFBA.
- Ampliação de rede primária e secundária - Lançamento de cabos subterrâneos para interligação de unidades ao sistema Teleufba.
- Unidades interligadas ao sistema Teleufba - Escola de Administração, Hospital Veterinário, Escola de Medicina Veterinária, Biotério e SPE (ampliação).

Tabela 04. Configuração da rede de telefonia da UFBA

CENTRAL	UNIDADE / ÓRGÃO	RAMAIS INSTALADOS	RAMAIS PROGRAMADOS
REITORIA	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	64	64
	HUPES	7	55
	ISC	63	112
	PAC	6	10
	NUTRIÇÃO	48	50
	SGC	16	16
	SUPAC	16	16
	REITORIA	95	140
	ENFERMAGEM	32	36
	PROJUR	16	16
	ECONOMIA	48	65
	CONTABEIS	32	35
	SUB-TOTAL		443
ONDINA	PCU	28	40

	SAD	17	52
	DCA	8	12
	SPE	33	36
	DSA	6	12
	BIBLIOTECA	32	32
	DIV. MATERIAIS	14	16
	CPD	70	70
	EDUFBA	9	16
	ISP	11	32
	LETRAS	53	53
	FACOM	32	32
	MATEMATICA	64	64
	PAF I e II	11	16
	BIOLOGIA	61	62
	DANÇA	15	32
	FISICA	96	100
	SUB-TOTAL	560	677
GEOCIÊNCIAS	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	140	150
POLITÉCNICA	POLITÉCNICA / NST / NUMEP	200	450
	TOTAL	1.343	1.892

Tabela 05. Unidades a serem interligadas a Teleufba

CENTRAL	UNIDADE / ÓRGÃO	RAMAIS EXISTENTES	RAMAIS A SEREM INSTALADOS	CABO EXISTENTE (PARES)	CABO FUTURO (PARES)
REITORIA	ESCOLA DE BELAS ARTES		35		
	ESCOLA DE TEATRO		35		
	SERVIÇO DE SELEÇÃO		20		
	SUPERINTENDÊNCIA ESTUDANTIL		21		
	CPPD		8		
	RESIDÊNCIA CANELA		2		
	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO		80		
	FACULDADE DE DIREITO		41		
	CRECHE		17		
	FACULDADE DE MEDICINA		53		
	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE		67		
	ESCOLA DE MÚSICA		35		
	CETAD		20		
	FACULDADE DE ODONTOLOGIA		54		
	INSTITUTO DE CIÊNCIA E INFORMAÇÃO		34		
	PRPPG		43		
	HOSPITAL PEDIÁTRICO		55		
	HUPES	7	666	400	
		SUB-TOTAL		1.288	
ONDINA	FARMÁCIA		76		
	VETERINÁRIA / BIOTÉRIO		54		
	HOSPITAL VETERINÁRIO		50		
	FFCH / NEIM*		36		
	QUÍMICA		99		

	SUB-TOTAL		315		
POLITÉCNICA	ARQUITETURA		55		
	CRH		35		
	SERVIÇO MÉDICO		38		
	DCE		5		
	SUB-TOTAL		133		
	ESCOLA DE AGRONOMIA		67		
	CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS		18		
	MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA		137		
	MEMORIAL DE MEDICINA / MAE / MAB		19		
	MUSEO DE ARTE SACRA		18		
	SUB-TOTAL		259		
	TOTAL		1.995		

Quanto ao Projeto AGUAPURA sua finalidade é avaliar, detectar e sanar possíveis perdas ou vazamento de água, tornando mais eficientes os sistemas para evitar o consumo excessivo de água. Conseqüentemente, reduzir o custo das contas. As Unidades atendidas com varredura e correções no sistema foram:

- Biblioteca Central
- Instituto de Biologia
- Faculdade de Direito
- Hospital de Medicina Veterinária
- Faculdade de Odontologia
- Escola de Medicina Veterinária
- Faculdade de Educação
- Escola Politécnica
- R-1
- R-3
- Pavilhões Administrativos: PCU, ISP, DCA, SAD, SPE, CDH.
- Faculdade de Farmácia
- Escola de Administração
- Instituto de Matemática
- PAF I
- Reitoria
- Centro de Processamento de Dados

Os serviços mais relevantes prestados, os problemas encontrados e sanados estão listados a seguir:

- Troca de reparo em válvulas de vasos sanitários que estavam isolados por falta de reparo;
- Substituição, em grande quantidade, de vasos sanitários econômicos e torneiras automáticas nas diversas Unidades;
- Substituição dos vedantes das torneiras com vazamento;

- Substituição de torneiras convencionais por torneiras de fechamento automático;
- Conserto de um vazamento em tubulações internas e externas;
- Inspeção para descobrir vazamentos;
- Conserto de descarga, troca de rabicho de lavatórios e conserto de torneiras de lavatórios que estavam folgadas;
- Troca de reparos e vedantes em Registros de Pressão e de Gaveta;
- Substituição de torneira-bóia de alguns reservatórios superiores e inferiores;
- Substituição de colunas de água, que se encontravam enferrujadas, causando vazamentos;
- Sanados vazamentos em reservatórios superiores, devido a pequenas rachaduras;
- Instalação e/ou substituição de hidrômetros;
- Instalação de válvulas de retenção em tubulações de entrada direta;
- Instalação de Registros de Gaveta na rede de abastecimento dos reservatórios inferior e superior;
- Instalação de hidrômetro nas cantinas.

4.7.1.2 A avaliação institucional do espaço físico

Para realizar a avaliação institucional do espaço físico, a PCU construiu um instrumento, a “Matriz de Avaliação” (Anexo 1), focalizando os seguintes itens: (a) área interna - estrutura, revestimento, pavimentação interna, cobertura, impermeabilização, esquadrias, rede elétrica, subestação elétrica, hidrossanitária, telefonia, lógica, pintura, elevadores; (b) área externa - iluminação pública, acesso, passeios, sinalização, fechamento, urbanização, limpeza. A avaliação foi realizada utilizando-se uma escala de 1 a 5 (1 - ruim, 2 – satisfatório, 3 – regular, 4 – bom, 5 – ótimo).

A seguir, são apresentados e discutidos os itens de avaliação que integram a matriz da situação da infra-estrutura da UFBA.

- **Estrutura**

Alguns dos prédios tiveram recuperadas as suas estruturas que estavam parcialmente comprometidas devido à oxidação das ferragens, com isto, expulsando o material de cobertura das mesmas, deixando a edificação esteticamente prejudicada mas sem maiores riscos, em curto prazo.

A Escola Politécnica, a Faculdade de Arquitetura e o Hospital de Medicina Veterinária foram as unidades que tiveram maior atenção devido a seu estado avançado de desgaste. Contudo, muitos outros prédios receberam o tratamento adequado em pontos localizados.

- **Revestimento**

Revestimento refere-se a rebocos, massa única e cerâmica (azulejos, lajotas, etc) carentes de reparos devido às intempéries, maus tratos (vandalismo) e mesmo ao tempo de uso.

São áreas enormes que necessitam de revestimento, contudo, são serviços pontuais de correção. A UFBA está necessitando desta intervenção.

- **Pavimentação Interna**

Refere-se ao piso da parte interna da edificação, que pode ser: em madeira (tabuado, tacos, parquet), cerâmica (lajota), alta resistência (durbeton), vinílico (paviflêx, plurigoma) ou simplesmente o piso cimentado ou de concreto.

Tendo em vista que inúmeras construções da Universidade são antigas, as pavimentações internas são com tabuados, tacos ou parquet. Em muitas unidades como: Escola de Belas Artes, Faculdade de Filosofia, Pró-Reitoria de Extensão, Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus a pavimentação interna encontra-se desgastada com o tempo, necessitando substituição total ou parcial.

- **Cobertura**

Os recursos da emenda parlamentar (2000) foram aplicados principalmente na recuperação das coberturas. Contudo, outros fatores que desequilibram e interferem acentuadamente na manutenção são os seguintes: falta de manutenção (limpeza) das calhas; falta de desobstrução (limpeza) constante dos dutos de coleta das calhas²; falta de substituição de telhas quebradas ou furadas³; áreas cobertas expostas ao tempo⁴.

A pontuação atribuída a este item, na matriz de avaliação (Anexo 1), levou em conta a situação da construção da cobertura no tocante ao madeiramento, telhas, parafusos e vedações, não considerando os vários fatores que eventualmente ocorrem, como os mencionados acima.

- **Impermeabilização**

² Nos prédios onde existe a proximidade de árvores, os dois primeiros itens são fundamentais.

³ A proximidade de árvores faz com que as pessoas utilizem madeiras, pedras e objetos pesados para derrubar frutos como: cajá, abacate, manga, tamarindo, etc. causando prejuízos e criando verdadeiros buracos nas telhas de cerâmicas e de fibro-cimento. Também, com a expansão da cidade, altos prédios têm sido construídos muito próximos às baixas edificações da UFBA. A queda de diversos materiais, dos edifícios vizinhos às vezes, quebram as telhas.

⁴ Ultimamente, com a mudança do clima, em Salvador tem ventado muito. Ventos com força o suficiente para deslocar e até arrancar telhas.

Na mesma linha, este item foi tratado de forma paralela com as coberturas. Pois um complementa o outro, ou seja: Os telhados deságuam em calhas que devem ser impermeabilizadas, as platibandas e algerozes, pequenas lajes e inclinações recebem tratamento. Portanto, vários prédios, principalmente os do Campus de Ondina, além de outros no Campus Canela, receberam esta intervenção.

- **Esquadrias**

Como os recursos são escassos, não puderam ser revisadas todas as esquadrias (portas e janelas) de ferro, madeira ou alumínio. Todavia, como os prédios são, em sua maioria, velhos necessitam de imediatos reparos. Até mesmo pelo alto grau de segurança.

- **Rede elétrica**

Os circuitos elétricos da UFBA estão sobrecarregados, considerando que a maioria de suas construções aproxima-se de 60 anos e que os investimentos não são suficientes para adaptá-los a cada ampliação, melhoria dos laboratórios, salas, refrigeração dos ambientes, informatização, etc. Também, a “auto-independência” de alguns setores em promover reformas e acréscimo de equipamentos (computadores, ar condicionado, air-split e equipamentos diversos) sem a solicitação de tais serviços à Prefeitura do Campus, tem sobrecarregado ainda mais os circuitos, causando colapso no sistema.

Este é um item que deveria ser tratado com maior interesse, pois existe uma real condição para que aconteça curto-circuito o que pode levar a queima de algum equipamento até promover um incêndio.

- **Subestação elétrica**

Este item tem relação direta com a rede elétrica, pois é a subestação que fornece e distribui a energia para os circuitos. Estando a subestação sobrecarregada, ou seja, sem folga, além de aquecer os cabos que podem causar incêndio, constantemente irão desligar a energia dos circuitos, através dos disjuntores de proteção.

- **Hidrossanitária**

Nas construções da UFBA ainda existem tubulações em ferro galvanizado e manilhas de cerâmica. Em relação a ambos os casos, há registros de ocorrências de vazamentos, desperdiçando água potável (aumento

de consumo) ou causando mau cheiro. O fato é que necessitam ser substituídas e readequadas as normas e as dimensões.

- **Telefonia**

Foi criado o sistema Teleufba com a finalidade de adequar as centrais telefônicas e toda a rede interna da UFBA, bem como as instalações internas de cada unidade.

Com a licitação em vigor, conforme contrato, a empresa Telemar (vencedora) forneceu quatro funcionários para juntar-se aos outros cinco da PCU para agilizar os serviços programados. Em paralelo, a Telemar vem fazendo o lançamento de toda a rede interna da UFBA, ou seja, a interligação das centrais até os prédios.

No interior de cada um dos prédios têm sido reavaliadas as situações individuais, sendo necessários recursos para as reestruturações.

- **Lógica**

A demanda tem aumentado demasiadamente. Com a tecnologia avançando e as pessoas adequando-se a este avanço, os pedidos de ampliação das redes são inúmeros. No entanto, a equipe para executar estes serviços ainda é insuficiente, registrando-se a necessidade de pessoal de apoio.

- **Pintura**

Como os recursos são escassos para a manutenção propriamente dita, não há sobra para o que chamamos de lavagem dos prédios. A estética é o que embeleza os prédios, além de proteger as alvenarias e o seu interior.

- **Elevadores**

Com a entrada da empresa ENGELTECH para prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de todos os vinte e quatro elevadores da UFBA não têm sido registradas queixas a respeito deste item. Somente casos pontuais e que são rapidamente sanados.

- **Iluminação Pública**

Como a Prefeitura do Campus não possui equipamentos apropriados para oferecer a manutenção da iluminação com os altos postes, a instituição depende da empresa concessionária de energia e de seus terceirizados. Há necessidade de se fazer uma licitação para este tipo de manutenção e para a complementação das áreas de sombreamento.

- **Vias de acesso**

No Campus Ondina, área interna e fechada, a pavimentação está razoável. Somente alguns pontos isolados é que necessitam de recuperação, como na entrada do pórtico e o outro no acesso ao Instituto de Química, são os mais desgastados.

- **Passeios**

Normalmente cimentado, necessitam de manutenção em sua maioria. Além de trechos a serem refeitos ou executados, pois não existem.

No entorno do Campus de Ondina, o passeio externo necessita de urgente recuperação. Pois além dos usuários da Instituição, o público transita constantemente e os deficientes físicos sofrem com a pavimentação e acessibilidade.

Já no Campus do Canela e nas unidades dispersas, por estarem contidos na malha urbana e sem fechamento, os passeios são desgastados mais rapidamente devido a uma maior frequência de usuários e falta de manutenção.

- **Sinalização**

O sistema de sinalização é precário em toda a UFBA, tendo ocorrido uma melhora substancial recentemente, quando foram instaladas placas indicativas em cada um dos prédios, informando sua função. Contudo, outras são necessárias, tais como: indicação de acesso, informativos, placas de trânsito.

- **Fechamento**

A Universidade Federal da Bahia está distribuída basicamente em três áreas, denominadas de Campus Ondina/Federação, Campus Canela e Unidades Dispersas.

I - Campus Ondina/Federação - esta área é totalmente fechada, possuindo portaria de acesso, vigilância extensiva, controle natural de acesso das pessoas que trabalham ou utilizam serviços da Instituição. Existe uma vigilância mais eficiente e rotativa. Contudo, há necessidade de recuperação dos diversos tipos de fechamento: alambrados (estacas de concreto e telas metálicas), muro em alvenaria de bloco revestido, gradil metálico e arame farpado.

II - Campus Canela - concentrado em uma grande área, este Campus não é fechado, muito embora seja possível a execução do fechamento.

Esta questão para ser resolvida requer, além de recursos financeiros, de um trabalho de conscientização dos usuários, uma vez que a comunidade universitária e a sociedade estão habituadas com os acessos livres e os estacionamentos comunitários, dentre outras facilidades.

Em algumas localizações, os prédios públicos confundem-se com os residenciais e comerciais, sem controle de acesso e sem a presença de uma vigilância mais efetiva, deixando o patrimônio a descoberto e seu corpo funcional desprotegido.

Foi iniciado o fechamento de uma área entre o viaduto próximo ao Pavilhão de Aulas do Canela – PAC até a Faculdade de Direito, mas o recurso não foi suficiente, estando a obra interrompida em frente à Faculdade de Educação.

III - Unidades Dispersas - esta denominação decorre da dispersão dos prédios, ou seja, de estarem localizados em outras partes da cidade, distantes do Campus do Canela e do Campus Ondina/Federação. São edificações misturadas a outros prédios privados, contudo, têm áreas fechadas e protegidas, com vigilância interna, inclusive. Deste modo, não necessitam de maiores intervenções neste sentido, apenas a manutenção convencional.

- **Urbanização**

Por se tratar de uma área muito extensa, com topografia acentuada, envolvendo encostas, depressões e muitas árvores de grande porte, além da falta de equipamentos adequados e de pessoal do quadro funcional a urbanização da UFBA é bastante precária. A PCU tem solicitado o apoio da Prefeitura Municipal, Setor de Parques e Jardins, quando necessita realizar a erradicação de árvores, podas, desmatamento e serviços afins.

- **Limpeza**

Como a UFBA não dispõe do serviço de limpeza de sua área externa como a varrição e a coleta de expurgo, também tem buscado a cooperação da Prefeitura Municipal, através da empresa de limpeza urbana. A LIMPURB tem assumido a limpeza das áreas do Campus Canela e das Unidades Dispersas bem como a coleta do material, diariamente, inclusive no Campus Ondina, que é limpo com pessoal da Prefeitura do Campus de forma superficial, pois não há disponibilidade de funcionários para isto.

- **Grau de deterioração do Campus Ondina/Federação, Campus Canela e Unidades Dispersas**

Os resultados da avaliação indicam que a planta física da UFBA registra altos índices de deterioração: Campus Canela - 67% do total das instalações com 45% de grau de deterioração; Campus Ondina/Federação – 49% do total das instalações com 50% de grau de deterioração; Unidades isoladas – 85% do total das instalações com 80% de grau de deterioração (Ver Figuras - Anexo 1). Todas, portanto, necessitando de intervenção imediata com atividades de manutenção, para resgatar as condições técnicas e capacidade operacional.

Outras áreas necessitam de adequação e/ou conclusão de suas instalações, para uma plena utilização, como: A conclusão do Pavilhão de Aulas da Federação – III, adequação do Centro de Convívio Universitário, conclusão das etapas da Biblioteca Unificada de Saúde, dentre outros.

Quanto à ampliação da área física, existem demandas da comunidade universitária identificadas pela Coordenação de Planejamento Físico, constando de novas edificações ou readaptação do espaço.

As informações e os dados apresentados atestam que a Prefeitura do Campus tem uma percepção geral e real da situação da infra-estrutura física da Universidade Federal da Bahia. Assim como, tem pleno conhecimento da sua função como órgão e das obrigações de seus funcionários. No entanto, para que este potencial possa produzir criando uma visibilidade para todos é necessário que se façam investimentos, (mesmo que não seja o ideal, mas pelo menos o mínimo necessário, considerando os limites financeiros da Instituição). O que não se pode, é julgar e condenar, avaliando-se apenas as condições que hoje existem. Somente aparecerão pontos negativos.

A reposição de pessoal em alguns níveis (serventes e profissionais) é fator importante para a correção e produção em atendimento à demanda crescente de serviços em relação ao quadro atual.

4.7.1.3 Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

Quanto à acessibilidade sem barreiras físicas às edificações e aos *Campi*, no conjunto das edificações das Unidades de Ensino e Pavilhões de Aula, existe acessibilidade em 55% (cinquenta e cinco por cento) para o

pavimento térreo, 52%(cinquenta e dois por cento) para os demais pavimentos, 65% (sessenta e cinco por cento) para as bibliotecas, 25%(vinte e cinco por cento) para as instalações sanitárias e 6%(seis por cento) para vagas e sinalização em estacionamento.

Nas edificações dos Órgãos da Administração e Suplementares a situação é grave. Apenas a Biblioteca Central possui sanitários para deficientes físicos. Quanto à acessibilidade registra-se que 40% (quarenta por cento) das edificações atendem nos pavimentos térreos e para os demais pavimentos, apenas 32% (trinta e dois por cento). As vagas nos estacionamentos e sinalização em 5% (cinco por cento), Hospital Universitário Prof. Edgard Santos e no Centro de Processamento de Dados.

4.7.1.4 Instalações acadêmico-administrativas

Gabinetes de professores - são 9 (nove) as Unidades Universitárias que não atendem satisfatoriamente quanto à quantidade necessária de gabinetes de professores. Casos extremos são, a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Arquitetura que não possuem gabinetes. As Escolas de Dança e Teatro, e a Faculdade de Ciências Contábeis, cujos gabinetes comportam respectivamente 5(cinco), 2(dois) e 7(sete) professores, apenas. Ainda, com número insuficiente de gabinetes a Faculdade de Educação, o Instituto de Saúde Coletiva, o Instituto de Ciências da Informação, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e o Instituto de Ciência da Saúde.

Órgãos da Administração Central - funcionando em 18(dezoito) prédios entre, pequenas residências unifamiliares adaptadas, antigas baias de animais reformadas e no prédio da Reitoria, com problemas de insalubridade (o subsolo da Reitoria), rachaduras e fissuras preocupantes (em algumas antigas residências), de espaço físico e de localização – parte dos órgãos estão no Campus Federação / Ondina, outros no Campus Canela e alguns dispersos na malha urbana da cidade. É urgente uma solução que equacione o problema da dispersão física e das condições de trabalho no espaço físico utilizado pelos órgãos da administração central.

4.7.1.5 Outras instalações

Espaços de Lazer e Vivência - os espaços de lazer estão restritos a 2(duas) unidades e os de vivência atingem quase 50%(cinquenta por cento) das Unidades de Ensino e Pavilhões de Aulas

Salas de Vídeo Conferência - existentes apenas em 2(duas) Unidades de Ensino, na Faculdade de Medicina e no Instituto de Ciências da Saúde e em 1(um) Pavilhão de Aulas - Federação I.

Centro de Esportes e Educação Física - construção de cobertura para as quadras poliesportivas, de piscina semi-olímpica (numa 1ª etapa), de um ginásio de esportes; recuperação e adequação da pista de atletismo e do campo de futebol. Estas obras são indispensáveis para a realização, nestes espaços, de atividades de ensino, pesquisa e extensão, atualmente bastante prejudicadas, além de várias práticas inexistentes. Orçamento da 1ª etapa: R\$ 2.504.902,53.

Pavilhão de Aulas Federação III (PAF III) – a conclusão desta obra é de caráter urgente, para atender às necessidades de salas de aulas teóricas dos cursos de Farmácia, Letras, Química, Física, Biologia, Dança e Medicina Veterinária, pois, os Pavilhões de Aulas I e II, já não atendem à demanda existente. O orçamento para a conclusão da obra deste Pavilhão é de R\$ 4.494.183,92.

Pavilhão de Estudos e Pesquisas em Petróleo - construção da 2ª etapa (em andamento) valor do contrato: R\$ 223.183,53. Conclusão da obra – Orçamento: R\$ 1.673.153,40.

Residências Universitárias - instaladas em dois antigos palacetes (a Residência 1-R1 e a Residência 3-R3 e em uma residência classe A (Residência 2- R2), comportam respectivamente 90(noventa), 94(noventa e quatro) e 36(trinta e seis) estudantes. A manutenção destas edificações tem custo alto, devido às características construtivas das mesmas e atualmente o espaço físico disponível é insuficiente, existindo uma demanda reprimida de mais de 100(cem) vagas.

Fazendas Experimentais (*Campi Rurais*) - A UFBA detêm por cessão gratuita três áreas, em três municípios do Estado da Bahia, para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e de pesquisa no meio rural, da Escola de Medicina Veterinária.

Fazenda Experimental em Entre Rios

Área Terreno: 3.604.455,00m²

Área Construída: 1.749,00m²

Fazenda Experimental em Humildes

Área Terreno: 1.001.266,18m²

Área Construída: 916,00m²

Fazenda Experimental em Oliveira dos Campinhos

Área Terreno: 326.155,00m²

Área Construída: 2.856,00m²

As três fazendas possuem instalações de laboratórios, salas de aulas teóricas, administração e alojamentos. Há necessidade da utilização permanente de ônibus próprio da escola para locomoção dos alunos.

A Prefeitura do Campus ao avaliar a situação da infra-estrutura física da Universidade Federal da Bahia, assumiu plenamente suas funções e atribuições, bem como deveres e obrigações de seus funcionários. Também, destacou que o potencial deste órgão só pode ser realmente visto por todos, se forem feitos investimentos. Não se pode julgar e condenar, sem avaliar as reais condições de trabalho.

A reposição de pessoal, em alguns níveis (serventes e profissionais), é fator importante para a correção do atendimento e produção, face à demanda crescente de serviços em relação ao quadro atual.

Considerando também importante investir nos recursos humanos, os gestores da PCU sugerem:

Cursos para a área de Engenharia e Arquitetura

- Fiscalização e Controle de Obras e Serviços de Engenharia
R\$ 12.000,00
- Orçamento – utilizando programa de informática
R\$ 9.000,00
- Auto-Cad Projetos Arquitetônicos e de Engenharia
R\$ 15.000,00

- Windows, Word, Excel, etc...
R\$ 6.000,00

Custo estimado: R\$42.000,00

Cursos para a área Administrativa

- Licitação e Contratos
R\$ 9.000,00
- Gestão de arquivos
R\$ 4.000,00
- Gestão de almoxarifado
R\$ 2.000,00
- Windows, Word, Excel, etc...
R\$ 5.000,00

Custo estimado: R\$ 20.000,00

Para a realização dos cursos deve-se utilizar a capacidade instalada da UFBA (Faculdade de Arquitetura, Escola Politécnica, Escola de Administração, Centro de Processamento de Dados, Instituto de Ciências da Informação - Biblioteconomia) e convênios com CREA, CRA, SINDUSCON, IAB, etc...

Acervo Técnico (aquisição/assinaturas)

- Livros R\$ 9.000,00
- Revistas Construção Norte/Nordeste R\$ 300,00
- Arquitetura e Construção (anual) R\$ 250,00
- Boletim de Licitações e Contratos (anual) R\$ 2.400,00
- Periódicos e Diários: Diário Oficial, etc. (anual) R\$ 320,00

Custo estimado: R\$ 12.270,00

Equipamentos

- Micros (R\$ 1.600,00) (5)
R\$ 8.000,00
- Micros (R\$ 2.100,00) (5)
R\$ 10.500,00
- Impressoras (R\$ 500,00) (7)
R\$ 3.500,00
- Câmara Foto/Digital (R\$ 1.000,00) (2)
R\$ 2.000,00
- Gravador de DVD (R\$ 300,00) (6)
R\$ 1.800,00
- Moto serra (R\$ 1.500,00) (2)
R\$ 3.000,00
- Roçadeira costal (R\$ 675,00) (4)
R\$ 2.700,00
- Pulverizador costal (R\$250,00) (2)
R\$ 500,00

- Carro de mão (R\$80,00) (10)
R\$ 800,00
- Andaime metálico/tubular (R\$40,00) (100)
R\$ 4.000,00

Custo estimado: R\$36.800,00

Mobiliário

- Mapotecas (03)
- Mesas de escritório (15)
- Cadeiras de escritório (20)
- Estantes (08)
- Armários (08)
- Arquivos (07)

OBS: O mobiliário da PCU ficou bastante comprometido na enchente março/99 e outras pequenas que ocorreram, posteriormente. Além do tempo de uso.

Veículos

- Caminhão caçamba (5m3) (01)
R\$85.000,00
- Caminhão com muck (01)
R\$150.000,00
- Micro trator com roçadeira (01)
R\$20.000,00
- Kombi fechada (02)
R\$44.000,00
- Veículo pequeno (Gol, Celta..) (02)
R\$36.000,00
- Retro-escavadeira sobre pneus (01)
R\$190.000,00

Custo estimado: R\$525.000,00

Recuperação, atualização e digitalização da documentação gráfica da planta física dos *campi*.

Pessoal e material

- Coordenação – necessitando de profissional arquivista
- Estagiário(s) de Biblioteconomia

Custo estimado R\$30.000,00

Custo estimado final: R\$688.970,00

4.7.2 BIBLIOTECAS : ESPAÇO FÍSICO E ACERVO

O Sistema de Bibliotecas (SIBI/UFBA) reconhecido pelo Conselho Universitário em março/2006, até o momento não foi institucionalizado através

de um instrumento legal. Contudo, vem funcionando segundo o formato proposto: 01 Biblioteca Central Universitária Reitor Macedo Costa, 22 bibliotecas de Unidades Universitárias e 05 bibliotecas de Órgãos Suplementares, coordenadas pela Biblioteca Central. Tem como missão prestar serviços de informação técnico-científica à comunidade acadêmica da UFBA, dando apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como prestar serviços à comunidade externa não vinculada à UFBA.

A Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia teve como núcleo inicial o Serviço Central de Informações Bibliográficas. Em 1968, com a Reforma Universitária a Biblioteca Central foi institucionalizada como Órgão Suplementar, vinculado diretamente à Reitoria, com a finalidade de coordenar tecnicamente as bibliotecas das Unidades/Órgãos da UFBA, além de centralizar, promover e assegurar serviços de documentação e informação bibliográfica, necessários ao ensino, à pesquisa e à extensão na Universidade. Até ser transferida para um prédio próprio no Campus Federação/Ondina, a Biblioteca Central esteve instalada em várias dependências da Universidade.

Seu acervo inicial foi constituído com publicações na área de Humanidades, e, sobretudo, de Obras de Referência.

Considerando as prerrogativas de racionalização e otimização de recursos; a qualificação dos serviços prestados aos programas de ensino, pesquisa e extensão; a estrutura organizacional capaz de propiciar ações multidisciplinares, decisões colegiadas e formação de equipes transorganizacionais e, sobretudo, o modelo de gestão recentemente proposto, a administração central iniciou um trabalho de incorporação de acervos à Biblioteca Central, começando pelo acervo do Instituto de Letras e da Faculdade de Comunicação, levando-se em conta o aspecto geográfico-localização no Campus de Ondina.

Em 2002, foram integradas as Bibliotecas da Escola de Dança, Instituto de Biologia, Instituto de Matemática e Faculdade de Farmácia. Hoje, a Biblioteca Central conta com 07 (sete) acervos organizados e disponibilizados no banco de dados da UFBA, sendo também oferecidos produtos e serviços informacionais para todas as comunidades destas unidades.

As instalações físicas das bibliotecas do SIBI, na sua grande maioria, são insatisfatórias, para o fluxo das atividades, bem como para o

armazenamento de acervos de impressos e, principalmente, para os multimeios que, devido sua fragilidade, requerem especial atenção, como ambientes refrigerados e maior segurança físico-ambiental.

A acessibilidade a estas instalações é totalmente imprópria para os portadores de deficiência física e visual. Todos os prédios não atendem às políticas e normas estabelecidas pelo MEC, quanto a esses potenciais usuários. Apenas a Biblioteca Central, em 2006, passou a contar com 02 (dois) banheiros para esses usuários e desde 2002 dispõe de elevador.

Também o mobiliário, constituído na sua totalidade por peças antigas, é impróprio para os portadores de deficiência física, sem nenhum estudo para modificar estantes, mesas, cadeiras, cabines, mesas de computadores, etc.

O acesso ao acervo ainda é limitado, em algumas bibliotecas, em função da falta de recursos (sistema de segurança anti-furto). A Biblioteca Central, tem seu acesso livre ao acervo, pois conta com um número de pessoal auxiliar qualificado e equipamento de segurança anti-furto em todos os seus acervos.

A Biblioteca Universitária de Saúde, projeto de uma biblioteca de ponta, a ser instalada no Campus do Canela, deve ser constituída pela integração do acervo de 06 (seis) Bibliotecas de Unidades Universitárias e 01 de Órgão Suplementar: ISC, NUT, ENF, MED, ODO, ICS, HUPES.

Dados Estatísticos / Gerenciais do SIBI/UFBA

- 01 Biblioteca Central
- 27 Bibliotecas Setoriais

Espaço Físico e Acervo

- Total da área construída (m²) – 178.084.46
- Total da área destinada para o acervo do SIBI (m²) – 5.893.00⁵
- Acervo bibliográfico adquirido em 2005 (compra/doação/permuta)⁶
- Livro/Exemplares - 10.699
- Periódicos/títulos (nacionais e estrangeiros) – 3.514
- Materiais especiais – 1416

4.7.2.1 Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo

⁵ O total da área não representa a realidade, a maioria das bibliotecas do SIBI não possui este dado.

⁶ Compra com recursos próprios da UFBA no valor de R\$ 150.000,00/ano e das Unidades e Órgãos com recursos provenientes de Projeto e Convênios.

A área destinada para o acervo das bibliotecas do SIBI, na sua maioria, encontra-se adequada dentro das especificações técnicas para guarda de acervo bibliográfico, utilizando mobiliário adequado, como estantes de aço. O acesso ao acervo nas bibliotecas que possuem infra-estrutura como: pessoal, equipamentos de segurança anti-furto, é de livre acesso, permitindo ao usuário maior contato com o acervo.

Área destinada para uso individual (m²) – 2.540,69⁷

Área destinada para uso coletivo (m²) – 18.619,20⁸

A maioria das bibliotecas do SIBI não possui cabines individuais para estudo, e sim, mobiliários em forma de cabines. Os espaços coletivos para estudo possuem móveis em número suficiente para atendimento ao usuário.

4.7.2.2 Informatização das bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas adquiriu através de compra o software Pergamum em substituição ao Ortodocs. O novo software é um sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em parceria com a Divisão de Biblioteca e Documentação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O sistema em Delphi, utiliza banco de dados relacional SQL. O novo software gerencia, armazena, organiza e dissemina toda e qualquer informação pertinente ao acervo bibliográfico, com o objetivo de atender aos interesses e necessidades de informações dos usuários. O Pergamum oferece os seguintes serviços:

Cadastro de Material

- controle e manutenção de livros, fitas, mapas, CDs, etc.;
- controle de assinaturas e renovação de periódicos;
- indexação de artigos de periódicos;
- cadastro de vários tipos de autores, títulos e editoras;
- pré-catalogação no setor de aquisição;

⁷ Dado estimado.

⁸ Dado estimado.

- remissivas;
- kardex;
- consulta ao topográfico;
- emissão de etiquetas (empréstimo, bolso, lombada, código de barras;
- controle de inventário.

Cadastro de Usuários

- controle da situação dos usuários;
- controle de visitantes

Controle de Empréstimo

- empréstimo e devolução on-line;
- emissão dos recibos de empréstimo e devolução para comprovação do processo;
- reservas de material bibliográfico;
- controle de usuários em débito;
- consulta de material emprestado;
- consulta de histórico dos usuários;
- estatísticas diárias de empréstimo.

Consultas

- Consulta on-line do material existente no acervo;

Relatórios

- levantamento do acervo bibliográfico por área do conhecimento;
- relação do acervo por biblioteca;
- estatísticas por período desejado de empréstimo;
- estatísticas por período das aquisições da biblioteca;
- boletim bibliográfico

4.7.2.3 Bibliotecas: Serviços - 2005

- Empréstimo/aluno – 333.116
- Empréstimo/professor - 5.584
- Empréstimo/funcionário - 3.278
- Freqüência - 433.859
- Consulta – 206.404
- Usuários inscritos – 29.124
- Comutação bibliográfica – 6.612

Além dos serviços citados acima são oferecidas visitas guiadas e os treinamentos para recursos humanos e usuários:

- Treinamento Scifinder Scholar – Base de Dados Chemical Abstract
- Programa de Orientação e Treinamento de usuários de Bibliotecas (apresentado a todos os calouros do semestre)
- Projeto PROLE – Programa de Licenciaturas Especiais – Biologia, Química, Geografia, Letras e Matemática
- Treinamento do SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas Científicas
- Programa de Treinamento em Base de Dados para toda a comunidade acadêmica.

4.7.2.4 Serviços (condições, abrangência e qualidade)

O Sistema de Bibliotecas da UFBA oferece à comunidade interna e externa serviços que atendem as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Quanto ao Ensino o acervo do SIBI contempla a bibliografia básica dos cursos de graduação, realizando a compra de material bibliográfico, através de indicações de títulos dos professores da UFBA.

Quanto à Pesquisa, através do portal de Periódicos da CAPES, é disponibilizada a Base de Dados de instituições brasileiras e estrangeiras com referência e resumos de periódicos nacionais e estrangeiros para atendimento da pesquisa acadêmica da comunidade interna e externa incluindo a pesquisa por assunto.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFBA (BDTD) foi integrada ao Consórcio Brasileiro de Teses e Dissertações, mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência de Tecnologia – IBICT. Com o objetivo de registrar e disseminar as teses e dissertações elaboradas e defendidas no âmbito dos programas de pós-graduação da UFBA, facilitando o acesso da produção acadêmica, às comunidades científicas nacionais e internacionais.

Quanto a Extensão, a Biblioteca Central através do Projeto Biblioteca Solidária contribui com o programa de política de inclusão social, através de doações para formação de acervos e salas de leitura em bibliotecas de associações de grupos sociais e de escolas municipais e estaduais da capital e do interior do estado, com o objetivo de incentivar a leitura e abrir espaços para

troca de informações. Como ação efetiva em dezembro de 2005, foram inaugurados os acervos da Biblioteca Raquel Maria Alves dos Santos da Escola Polivalente, no município de Santo Amaro da Purificação e da Biblioteca do Colégio Municipal Reitor Edgar Santos, em parceria com a Secretaria Municipal de Salvador, Fundação Gregório de Mattos e Arquivo Público de Salvador. A finalidade do Projeto é multiplicar o saber, doando publicações não pertinentes ao acervo de bibliotecas universitárias e de obras e periódicos com um número excessivo de exemplares e publicações oficiais.

O Mezanino Virtual da Biblioteca Central, oferece o serviço de inclusão digital à comunidade interna e externa na busca de informações através da Internet, registrando uma busca de mais de 800 usuários/dia.

4.7.2.5 A Biblioteca Central Reitor Macedo Costa: serviços e produtos próprios.

O acervo da Biblioteca Central concentra-se nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, além de incorporar os acervos das bibliotecas setoriais de Letras, Comunicação, Biologia, Matemática, Farmácia, Dança reunidos em uma só Seção, com livre acesso às estantes.

Embora o público-alvo seja a comunidade da UFBA, A Biblioteca Central atende à comunidade externa, proporcionando-lhe não só a consulta aos seus acervos como aos demais serviços, com exceção do empréstimo domiciliar. Os serviços oferecidos são os seguintes:

- **Atendimento ao usuário**

Orientação individualizada ao usuário na busca de informações e na utilização do acervo

- **Consulta ao acervo**

Consulta local de livros, dicionários, enciclopédias, catálogos, indicadores, guias, bibliografias, índices, “abstracts”, dentre outros.

- **Treinamento de usuários**

Para acessar bases de dados da UFBA e demais bases nacionais e internacionais, do Portal de Periódicos da CAPES e outras bases de acesso público disponíveis na Internet.

- **Programa de Orientação e Treinamento de Usuários de Bibliotecas**

Destinado aos novos alunos que entram na Universidade e tem por objetivo dar uma visão geral do funcionamento das bibliotecas e dos serviços oferecidos.

- **Levantamento bibliográfico**

Os bibliotecários da Seção de Referência executam e orientam levantamentos bibliográficos sobre temas de interesse do usuário, em base de dados “on-line”.

- **Serviço de Pergunta/Resposta – Atendimento personalizado**

Respostas a questões de referência de caráter mais imediato “in loco”, por telefone (3263 6071) ou correio eletrônico através do e-mail:bceref@ufba.br

- **Localização de Documentos**

Busca de documentos solicitados pelo usuário e que não estão disponíveis nas bibliotecas da UFBA. Através do Comut/Programa de Comutação Bibliográfica, CAPES/IBICT obtêm-se cópias de artigos de periódicos, teses, anais de congressos e partes de documentos, localizados em bibliotecas do país, mediante pagamento de uma taxa, ou no exterior através de busca monitorada.

- **Normalização bibliográfica**

Orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos através das normas da ABNT.

- **Visitas guiadas**

Visitas agendadas previamente por professores, diretórios acadêmicos ou mesmo por grupos de alunos, que propicia o conhecimento da estrutura da Biblioteca Central e dos serviços que são oferecidos.

- **Mezanino Virtual**

Destina-se a servir a comunidade da UFBA e usuários externos na busca de informações através da Internet.

- **Divulgação**

Home Page: www.bib.ufba.br; Murais informativos; Folder; Serviços de Alerta entre outros.

- **Circulante**

Baseado no Regulamento de Empréstimo das Bibliotecas do SIBI, o empréstimo de livros em domicílio é restrito aos integrantes da UFBA e a consulta local para a comunidade em geral. O limite máximo de empréstimo em domicílio é de 10 livros por usuário, onde ele poderá tirar até 05 títulos na biblioteca da unidade de origem e o restante em qualquer Biblioteca do sistema. Em virtude da especificidade e da quantidade do acervo, esse número poderá ser reduzido pela Biblioteca/Unidade. Prazo máximo do empréstimo em domicílio para todas as categorias é de 08 dias.

- **Periódicos**

O Serviço de Consulta local de periódicos de interesse geral e nas áreas de Lingüística, Literatura, Comunicação, Biologia, Dança e Matemática; consulta ao Diário Oficial da União e Anais do Congresso.

- **Documentação e Informação**

O Sistema de Bibliotecas da UFBA, preocupado em atender as necessidades informacionais dos usuários, reintegrou ao organograma da Biblioteca Central a Seção de documentação e informação com os seguintes produtos que servem como fonte de consulta complementar a oferta dos serviços prestados: organizar exposições e atividades afins; SIBI Informa; Boletim Eletrônico Trimestral; Alerta divulga indicações de resumos referentes às publicações que integram o acervo SIBI.

- **Memória**

Reúne, organiza e mantém a memória documental da UFBA. Oferece consulta local de teses, dissertações, livros, periódicos e catálogos produzidos pela UFBA, ou sobre ela.

- **Consulta aos Acervos Especiais**

Coleções que foram doadas por familiares ou compradas pelo MEC e/ou doados a Universidade: Acervos Anísio Teixeira; Poeta Carvalho Filho; Judith Grossman; Miguel Calmon; David Salles; Hélio Simões e o acervo Walter Smetack que é um acervo de instrumentos musicais, e está em exposição na Divisão de Coleções Especiais para visitação e, principalmente, para as aulas que são ministradas pela EMUS/UFBA.

- **Catálogo na fonte**

Elaboração de ficha catalográfica de monografias, dissertações e teses defendidas ou publicadas na UFBA, a partir de dados extraídos do original. O usuário deverá comparecer ou encaminhar um exemplar do original, juntamente com as palavras-chave pertinentes à mesma e seu telefone para contato. O prazo de entrega das fichas será de 24 horas, após o recebimento do material. Cobra-se uma taxa para realização do serviço: usuários da comunidade interna e externa – R\$15,00; Usuários da Biblioteca Central são isentos.

4.7.2.6 Recursos humanos do SIBI/UFBA

- Bibliotecários – 76
- Bibliotecário terceirizado – 01
- Auxiliares com formação em biblioteconomia – 10
- Auxiliares – 134
- Auxiliares terceirizados – 05

4.7.2.7 Políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização

- Aporte de recursos financeiros para a aquisição de material bibliográfico (R\$ 450. 000,00 - normas de 2003-2005).
- Dinamização, através da automação, dos serviços de intercâmbio de publicações técnico-científicas.
- Assinatura de convênios com instituições nacionais e internacionais como: UNESCO, IBGE, IBICT, CAPES, buscando o uso, a socialização e a transferência da informação e também para se constituir como biblioteca depositária e difusora de seus produtos e coleções.

- Formação da coleção bibliográfica que dá sustentabilidade à pesquisa, ao ensino e à extensão.

4.7.2.8 Impactos Esperados com a Implantação do SIBI⁹

- Intensificação do uso das bibliotecas, não só porque o usuário passou a conhecer melhor os recursos disponíveis, como também porque foi bem orientado para utilizá-los.
- Melhoria do desempenho do pessoal das bibliotecas e conseqüentemente oferta de melhores serviços e produtos aos usuários.
- Socialização do saber, formação de cidadãos mais conscientes e sobretudo, motivados para a leitura.
- Maior satisfação das demandas dos usuários, os quais irão dispor de acervos mais completos e atualizados, em todos os suportes da informação, para o ensino e a pesquisa.

4.7.3 LABORATÓRIOS E INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS: ESPAÇO FÍSICO, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Através de parceria entre a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração / Assessoria de Planejamento Administrativo e Físico, foi realizado o levantamento dos laboratórios de ensino e pesquisa da UFBA para a montagem do Sistema de Infra-estrutura de Laboratórios, parte integrante dos Sistemas Informatizados de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA (e.PPG)¹⁰.

O Sistema de Infra-estrutura de Laboratórios (e.PPG/sisLAB) integrado por trezentos e dezenove (319) unidades é uma ferramenta que disponibiliza as informações sobre os laboratórios de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, além de ser útil ao planejamento e à execução dessas atividades (<http://www.sislab.ufba.br>).

⁹ Ver proposta de Modelo para organização e gestão do sistema de bibliotecas da UFBA – volume 2 deste Relatório.

¹⁰ Estes sistemas foram criados para permitir acesso aos dados e indicadores associados às atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação. Oferece um diagnóstico das capacidades instaladas e da produtividade de seus docentes e alunos, bem como de sua infra-estrutura de pesquisa e de seus projetos financiados.

O sis/LAB gera relatórios com listagens dos laboratórios: geral, por unidades de ensino, por grandes áreas de conhecimento, e por subáreas, além de relatórios de equipamentos, fornecendo dados para contato com o pesquisador responsável.

Este sistema foi desenvolvido com o apoio da FINEP (Projeto CT – INFRA 01/2001 COMPESQ) e utiliza linguagens de programação de última geração.

DIMENSÃO 8

4.8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

4.8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

4.8.1 ANTECEDENTES¹

A avaliação institucional tem integrado as ações da UFBA, em diversos momentos, em suas instâncias acadêmicas e administrativas, ainda que de modo não sistematizado.

Nos anos 80 e 90, registraram-se três grandes eventos de avaliação: o Projeto “Delineamento da Pesquisa na UFBA” (1980-1988), o “Seminário de Política Científica” (1989), o Seminário “Pesquisa na UFBA: Diagnóstico e Perspectivas” (1991).

Nesse período, seminários de avaliação da pós-graduação foram promovidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, quando foram discutidos pareceres da CAPES e analisados os cursos na perspectiva da avaliação. Comparando-se os resultados da avaliação da CAPES de 1990/1991 e de 1992/1993, constatou-se uma significativa melhoria na qualidade dos cursos.

Também, na década de 90, a Pró-Reitoria de Extensão desenvolveu estudos analíticos de projetos permanentes e serviços que vinha prestando à comunidade. Em seminários realizados em 1993 e 1994, os resultados dos estudos foram apresentados, sendo também utilizados como referências para a definição de diretrizes para uma política de extensão para a Universidade.

Em 1994, o plenário do Conselho de Coordenação, após apreciar estudo encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação “Magistério Superior da UFBA - Perspectivas do Quadro Docente. Matrícula da Graduação 94.1, Sistemática de Planejamento e Execução” aprovou a instalação do processo de avaliação institucional da Universidade Federal da Bahia, considerando as questões

¹ Antecedentes apresentados no Projeto de Auto-Avaliação da Universidade Federal da Bahia, elaborado pela CPA.

levantadas por este estudo analítico, que enfocava a política de recursos humanos docentes e as dificuldades que desafiavam o ensino de graduação.

De âmbito mais abrangente, destaca-se a avaliação departamental que vem sendo realizada na UFBA, nos últimos dez anos, com o propósito de subsidiar a experiência do Sistema de Alocação de Vagas Docentes nos Departamentos.

Em 1995, foi elaborado o Projeto “Avaliação Institucional da UFBA”, que se integrou ao PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Para sua implementação, após aprovação pelo Conselho de Coordenação (1997) a Universidade recebeu apoio financeiro da SESu/MEC, bem como criou uma Comissão de Avaliação Institucional Permanente. Nesse projeto estava previsto um processo de avaliação abrangente, incluindo avaliação interna e externa, considerando-se aspectos quantitativos e qualitativos, perpassando os diferentes níveis da instituição.

Essas experiências mostram que a partir dos anos 80 e mais intensamente nos 90, a questão da avaliação mobilizou a comunidade da UFBA. Em 1998, tem início a implantação do processo de avaliação institucional, com o propósito de se tornar uma atividade permanente, com ênfase, inicialmente, nos cursos de graduação, mas tendo como perspectiva a progressiva análise da instituição, como um todo, e uma institucionalização do processo, em médio prazo.

Para viabilizar esta experiência de ação coletiva e institucional, foi elaborado um documento referência pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação “Continuidade da Avaliação Institucional na UFBA: Avaliação dos Cursos de Graduação (Subsídios e Sugestões)”. A proposta de trabalho estabelecia que as Unidades de Ensino avaliassem a eficiência dos seus cursos de graduação, com base num instrumento/roteiro construído com esta finalidade. Esperava-se como produto final desse processo uma avaliação sobre a eficiência dos cursos, a qualidade da formação dos egressos e perspectivas de sua aceitação pelo mercado de trabalho.

Em 1999, realizou-se o “I Seminário de Auto-Avaliação da UFBA”, tendo como objetivos socializar os principais resultados da auto-avaliação, estabelecer critérios e procedimentos para a institucionalização do processo de avaliação e

produzir um documento para orientar os procedimentos futuros. Posteriormente, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação sistematizou e enviou as conclusões do I Seminário às Unidades de Ensino, objetivando o levantamento de propostas de ação.

Em 2001, um sistema de avaliação de docentes por discentes, através da Internet, foi elaborado e implementado e, para dar continuidade e melhor sistematizar as ações de avaliação interna da UFBA, foi criada uma Comissão Central de Avaliação – CCEAG².

No sentido de sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e importância de se proceder à avaliação interna, realizou-se um segundo seminário, em 2002, quando foram apresentados a Proposta do Modelo de Avaliação e o Detalhamento da Proposta de Avaliação 2000/2001, resultando na publicação do documento *Avaliação Institucional na Universidade Federal da Bahia – Série PROGRAD 5*. Com o mesmo objetivo, foram realizadas, ainda em 2002, mais três oficinas de trabalho, com uma participação média de 63% das Unidades de Ensino, e que tiveram como propostas divulgar uma experiência bem sucedida de avaliação universitária, apresentar os sistemas informatizados da UFBA que dariam suporte técnico às ações de avaliação e demonstrar as possibilidades de utilização de dados acadêmicos e resultados de pesquisa para a realização da avaliação institucional. Além disso, manteve-se uma programação contínua de correspondências, reuniões, distribuição de material e uma página específica na *WEB*, contendo todas as informações necessárias à implementação do processo.

E, para avaliar o processo de Avaliação Institucional instalado na UFBA, discutindo sua relação com o Plano de Ação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, foi realizado, em 2003, o “III Seminário de Auto-Avaliação da UFBA”.

Com a interrupção temporária de tal processo, a atenção dos cursos de graduação está voltada inteiramente para seus projetos de (re)construção

² Esta Comissão foi extinta, com a criação da CPA.

curricular, para contemplar as novas orientações, sobretudo as expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo CNE.

Como assinalado, a UFBA, vem realizando projetos de avaliação, objetivando coletar e sistematizar dados de forma a provocar em sua comunidade uma reflexão sobre o desempenho institucional. Nesse percurso, várias ações foram desenvolvidas, registrando-se em diferentes momentos avanços e recuos.

4.8.2 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (2002-2005)

Aqui é importante assinalar que esta primeira etapa de auto-avaliação institucional da UFBA, planejada para o período 2002-2004, ultrapassou este período em relação ao estudo de algumas dimensões de análise, utilizando-se dados do ano de 2005.

Como assinalado no projeto, esta ação avaliativa não foi proposta apenas para cumprir uma exigência legal, em função do SINAES. Sua trajetória foi marcada, sobretudo, por ações, processos e reflexões, que conduziram ao auto-conhecimento, na busca de subsídios para o aperfeiçoamento da gestão universitária.

Os objetivos definidos no plano de auto-avaliação da UFBA (2002-2005), listados a seguir, constituem propósitos de um projeto amplo de avaliação institucional: (1) produzir dados e informações que subsidiem a análise das dimensões que se constituem no objeto do processo de avaliação; (2) desenvolver ações que contribuam para o fortalecimento, na Universidade, da cultura de avaliação institucional; (3) construir uma metodologia de avaliação que permita aos diferentes órgãos e níveis da administração universitária desenvolver, de forma sistemática e contínua, projetos de auto-avaliação; (4) sistematizar os resultados da auto-avaliação de modo que possam ser considerados no processo de planejamento e gestão institucional; (5) formar quadros para a institucionalização do processo de avaliação na Universidade Federal da Bahia.

Destaca-se que nesta primeira etapa do processo de auto-avaliação, foram trabalhados, mais especificamente, os objetivos 1, 2 e 4. A consecução do objetivo 3, que envolve a construção de uma metodologia de avaliação, pode ser alcançada a partir da análise do processo e dos resultados deste estudo, passando a ser indicado como propósito de um estudo especial a ser desenvolvido em etapa posterior. Quanto ao objetivo 5, sua concretização vai além desta etapa da auto-avaliação, envolvendo decisões políticas de formação de quadros para a institucionalização da avaliação na UFBA³.

Pautado na Lei 10.861/2004, o processo de auto-avaliação institucional envolveu 11 dimensões de análise: (1) a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); (2) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão; (3) a responsabilidade social da instituição; (4) a comunicação com a sociedade; (5) as políticas de pessoal; (6) a organização e a gestão da instituição; (7) a infra-estrutura física; (8) o planejamento e a avaliação; (9) as políticas de atendimento aos estudantes e egressos; (10) a sustentabilidade financeira; (11) unidades de saúde. Os produtos da análise das dimensões citadas integram este relatório e os resultados obtidos neste processo de auto-avaliação crítico-reflexivo, permanente e contínuo, podem subsidiar os processos decisórios nos diversos âmbitos de gestão da UFBA, contribuindo, deste modo, para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e administrativo e, sobretudo, para o planejamento da gestão institucional.

³ Sobre a formação de pessoas na área de Avaliação da Educação Superior, a CPA disponibilizou em seu site <<http://www.cpa.ufba.br>> um curso gratuito on-line oferecido pelas instituições IESALC/UNESCO – *Formación en Evaluación y Acreditación de la Educación Superior*

DIMENSÃO 9

4.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

4.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

As políticas propostas no PDI (2002/2004) e no Plano de Trabalho da PROGRAD (2002/2006) para a Graduação quando observadas na perspectiva das dimensões da Matriz de Avaliação, mostram interfaces com várias Dimensões de Análise inclusive com a D9 Atendimento Estudantil através do Projeto Criação de Alternativas de Ação Social, envolvendo as seguintes ações: (a) construção de subsídios para decisões sobre uma política de cotas de ingresso através do Vestibular; (b) definição e implementação de critérios estáveis de isenção de taxa de inscrição no Vestibular; (c) estabelecimento de um sistema de acompanhamento acadêmico (tutoria) dos estudantes de graduação; (c) reforço à política de assistência estudantil.

A Superintendência Estudantil, órgão de apoio sócio-econômico aos estudantes da UFBA, executora de algumas destas políticas (Ver interface com a Dimensão 2), através de sua oferta de serviços, foi envolvida na auto-avaliação institucional das políticas e ações de atendimento a estudantes.

Quanto à avaliação das políticas de atendimento a egressos, a própria CPA realizou um estudo avaliativo preliminar, cujos resultados são apresentados no v.2 deste Relatório, como um dos Estudos Especiais.

4.9.1 PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DO DISCENTE

As ações de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes da UFBA, que a Superintendência Estudantil vem executando, integram os Programas de Assistência, o Programa de Apoio às Iniciativas Estudantis, o Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e a Creche UFBA.

Os Programas de Assistência envolvem a oferta de serviços para alunos de baixa renda, regularmente matriculados em cursos de graduação, como: (a) bolsas moradia/alimentação; (b) encaminhamento de estudantes a vários serviços da UFBA (serviços médicos – HUPES, MCO e SMURB; serviço odontológico – Escola de Odontologia; serviços laboratoriais – Faculdade de Farmácia e Instituto de Biologia; atendimento psicológico - Departamento de Psicologia); (c) concessão de ajuda financeira para aquisição de óculos

corretivos, medicamentos, outros; (d) isenção de taxas da Secretaria Geral de Cursos e cessão para uso de micromotores e turbinas para alunos da Faculdade de Odontologia; (e) bolsa creche

Em Salvador, são mantidas três residências universitárias, para estudantes de baixa renda procedentes de outros municípios.

O restaurante, para atendimento a alunos de baixa renda, também oferece bolsa/alimentação para estudantes que não moram nas Residências Universitárias I, II, III. Apesar de não haver uma verba específica para a bolsa/alimentação a Coordenação dos Programas de Assistência da SET vem disponibilizando 110 bolsas para estudantes de baixa renda que são contemplados com o almoço. Esta Coordenação declara que este total de bolsas é insuficiente, considerando a demanda.

A SET fornece atestados para isenção de taxas escolares aos alunos que moram nas residências da Universidade. Outros alunos da UFBA que não tenham condições de pagar as taxas escolares devem se cadastrar na SET, nos períodos divulgados em edital para se candidatar à isenção.

A Superintendência Estudantil também disponibiliza bolsas para os cursos de língua estrangeira do Instituto de Letras da UFBA, bem como oferece auxílio financeiro para promover a participação dos discentes em eventos acadêmicos como congressos, seminários e outros.

4.9.2 CRECHE / UFBA

As atividades desenvolvidas pela Creche/UFBA apresentam peculiaridades inerentes ao trabalho de educação infantil, uma vez que este espaço ultrapassou o perfil assistencial para adquirir um perfil pedagógico.

Assim, no período janeiro a dezembro de 2004, dentro de suas especificidades, algumas ações foram realizadas buscando atender a demanda dos trabalhos da Creche, envolvendo todos os seus setores: Pedagógico/Administrativo - turmas de berçário e grupos 1,2,3; Biblioteca; Enfermagem; Alimentação/Nutrição.

Na perspectiva pedagógico-administrativa as principais ações realizadas envolveram: (a) reuniões periódicas entre corpo técnico e de professores para determinação do calendário acadêmico e do número de vagas; levantamento de necessidades e realização de planejamentos; definição de projetos a serem desenvolvidos com os grupos de crianças, em cada bimestre letivo; (b) reuniões com os pais para discutir informes, calendário acadêmico, necessidades da creche, normas internas e funcionamento dos setores; (c) reuniões com a Superintendência Estudantil, Vice-Reitoria, PRODEP, PROPLAD, representantes das residências universitárias para discutir principalmente necessidades da creche, tanto de recursos materiais como de recursos humanos; (d) atividades de rotina; (e) contratação de novos recursos humanos através de concurso público, sendo admitidas três professoras e uma pedagoga, bem como seleção de substitutos temporários.

As ações desenvolvidas pela Biblioteca estão integradas aos projetos pedagógicos da creche, estabelecendo também interações com outros setores, como Enfermagem e Nutrição, além das atividades de rotina e atendimento externo a estudantes de Pedagogia, Psicologia, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Fonoaudiologia e outros.

O serviço de Alimentação/Nutrição da creche busca promover o crescimento e desenvolvimento ideal das crianças, respeitando os princípios da moderação, variedade e equilíbrio, além de proporcionar bons hábitos alimentares.

Também, a Creche/UFBA participou em 2004 do XI Encontro de Educação Infantil e da IV Encontro das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil, realizados no Núcleo de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (25 a 27 de agosto) e do Encontro de Ludicidade (4 a 6 de novembro)

Nestes eventos, representantes dos docentes e técnicos da Creche/UFBA apresentaram resultados de um projeto de estudo - O Despertar dos Órgãos dos Sentidos: um relato de experiências, além de ministrarem três Minicursos: Dicas da Saúde Infantil; Ludicidade e expressividade corporal na relação educador-educando; Pluralidade Cultural no Currículo da Educação Infantil: uma discussão necessária.

4.9.3 ESTUDO DE EGRESSOS¹

O estudo realizado com egressos da Universidade Federal da Bahia buscou conhecer sua trajetória como estudante de graduação e como profissional, envolvendo também questões sobre continuidade de estudos e avaliação institucional.

Os dados deste estudo devem ser assumidos com certa reserva, vez que não foi possível localizar os egressos que deveriam integrar a amostra probabilística.

Os resultados encontrados permitem traçar o perfil dos egressos entrevistados, destacando-se os traços a seguir: (a) estudantes de graduação com dupla jornada de estudo e trabalho, o que pode ter colocado limites a sua participação em atividades acadêmicas complementares; (b) egressos que retornaram à universidade para dar continuidade aos estudos, em cursos de pós-graduação, constituindo um grupo considerável, registrando-se a preferência ou a possibilidade de realização de cursos de especialização enquanto um pequeno contingente optou pelo mestrado; (c) egressos que elegeram a UFBA como instituição para a realização da pós-graduação ou de outro curso de graduação; (d) egressos que consideram ter seu interesse científico despertado durante a realização do seu curso de formação; (e) egressos que se auto-avaliam como cidadãos e como profissionais éticos, considerando a contribuição da formação universitária; (f) egressos atuando profissionalmente na área em que se graduaram ou em ocupações relacionadas à formação; (g) egressos que consideram ter obtido um retorno financeiro, em grau mediano, proporcionado pelo curso.

No que concerne à avaliação institucional, os principais aspectos avaliados pelos egressos foram os seguintes: (a) sobre a graduação realizada, 39% dos entrevistados apontaram o curso escolhido como o de melhor qualidade entre todos os outros oferecidos na mesma época em outras IES(s) da Bahia; (b) sobre a qualidade dos cursos de graduação, em geral, a grande maioria considerou a graduação da UFBA como a de maior prestígio na Bahia, o que foi reforçado pela afirmação de uma grande parcela dos entrevistados,

¹ Ver v.2 deste Relatório em Estudos Especiais o relato deste Estudo de Egressos. Site <http://www.cpa.ufba.br>

destacando que, no mercado de trabalho local, as melhores chances e oportunidades são direcionadas aos egressos da Universidade Federal da Bahia; (c) sobre a qualidade profissional dos professores da UFBA, a maioria dos entrevistados considerou que estes docentes são os melhores profissionais atuantes na área, o que provavelmente contribuiu para a avaliação do curso de graduação da UFBA como o mais sintonizado com as exigências do mercado de trabalho. (d) sobre a grade curricular do curso de graduação realizado, uma significativa parcela dos entrevistados considerou que entre as disciplinas oferecidas não existia nenhuma desnecessária ou ultrapassada, sendo todas importantes para a formação do estudante.

Mesmo apresentando esta avaliação positiva de sua formação e da Universidade os egressos entrevistados apresentaram sugestões para a melhoria dos cursos de graduação com destaque para: (a) atualização do currículo (teoria e prática profissional) segundo as novas competências exigidas pelo mercado de trabalho; (b) melhorias na infra-estrutura e espaço físico da universidade; (c) melhor qualificação e comprometimento da equipe acadêmica.

Estes resultados, mesmo com as restrições apontadas, quando vistos na perspectiva da avaliação de outras dimensões de análise apresentam muitos pontos concordantes, o que pode contribuir para ampliar a compreensão dos problemas e das potencialidades da Universidade.

DIMENSÃO 10

4.10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

4.10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Uma das contribuições da PROPLAD para o relatório geral de auto-avaliação da UFBA, é dirigida à análise da dimensão “Sustentabilidade Financeira”, tendo em vista que o financiamento é uma das condições para a efetivação do planejamento institucional tal como expresso no PDI.

4.10.1 CAPTAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

As universidades públicas federais têm no Tesouro a sua principal fonte de receita. Com pequenas variações, a cada exercício, o orçamento da UFBA tem a seguinte composição: 86,0% dos recursos são repassados pela União: 11,0% são fruto de convênios firmados com órgãos federais e destinados a fins específicos como os da CAPES para aplicação na manutenção dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, pela SESU para manutenção da residência médica e do PET, pelo Fundo Nacional de Saúde, para os hospitais universitários que prestam serviços ao SUS, dentre outros. Por fim, integram o orçamento, os recursos diretamente arrecadados pela Universidade, que constituem a sua receita própria, que no caso da UFBA gira em torno de 3,0% do orçamento total. A Universidade ainda capta recursos para atividades de pesquisa que por decisão dos órgãos de fomento não entram no seu orçamento, mas são executados por fundações de apoio ou diretamente pelo pesquisador, a exemplo da FINEP, do CNPq e da FAPESB .

Os recursos orçamentários oriundos do Tesouro são aplicados no pagamento de Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionista), em despesas de custeio e investimento. A receita própria é em grande parte aplicada em projetos da unidade que a gerou, cabendo à Administração uma parcela (10,0%) que é destinada a complementar os gastos com as despesas de custeio e/ou aplicada no desenvolvimento de projetos de extensão e algum apoio a projetos de pesquisa sob a coordenação da Pro - Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Os recursos de convênio conforme mencionado anteriormente são aplicados em projetos ou

despesas vinculadas. O quadro abaixo apresenta o orçamento da UFBA no período considerado para esta auto-avaliação.

Tabela 01. Orçamento Executado UFBA - 2002 / 2005

Origem do Recurso	2002	2003	2004	2005
Recursos do Tesouro	315.592.715.	336.015.054.	393.255.671.	427.002.190.
Pessoal	291.044.024.	309.720.440.	361.269.420.	380.504.228,
OCC	24.548.691.	26.294.614.	31.986.251.	46.497.962,
Manutenção – Custeio	16.583.510.	17.263.370.	20.716.029.	29.394.917,
Capital	174.688	198.971.	99.865.	199.990,
Despesas Vinculadas	7.790.493	8.832.273.	11.170.357.	16.903.055,
Recursos Próprios	8.233.288.	9.242.839.	12.014.941.	11.291.491,
Recursos de Convênio	36.348.346	35.860.150.	39.806.037.	58.488.264,
Total	360.174.349.	381.118.043.	445.076.649.	496.781.945,

4.10.1.1 Compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da instituição e o orçamento previsto

A análise da distribuição dos recursos do Tesouro, conforme os dados da tabela “Orçamento Executado UFBA” indica que cerca de 90% desses recursos são destinados ao pagamento de Pessoal, restando apenas 10,0% para o Custeio. No entanto, dos recursos para OCC somente 6,0% são para livre aplicação pelo gestor pois os demais recursos estão vinculados ao pagamento de benefícios conforme dados do quadro “Orçamento Executado – UFBA”. Assim, na alocação de recursos para o custeio cabe à Administração assegurar os meios para cobrir as despesas de “funcionamento” quais sejam água, energia, vigilância, limpeza e telefonia, cujo pagamento é centralizado na Reitoria e as demais despesas que asseguram o cotidiano institucional. O quadro abaixo apresenta os gastos com as principais despesas de custeio da UFBA.

**Tabela 02. Gastos com despesas centralizadas
Água, energia, telefonia, vigilância e limpeza - 2002 / 2005**

Fonte / Exercício	2002	2003	2004	2005
Tesouro	9.397.189	11.151.570	14.329.587	20.626.883
Próprios	1.150.657	1.549.795	1.033.686	967.345
MEC/SESU	2.099.077	3.538.922	3.626.743	832.280
TOTAL	12.646.923	16.240.287	18.990.016	22.426.508

Ao se comparar a receita disponível com as despesas obrigatórias para o funcionamento da Instituição vê-se, por exemplo, que, em 2005, do crédito oriundo do Tesouro para a Manutenção, R\$29.394.917,00 (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e dezessete reais), 70,0% foram gastos com cinco despesas, restando 30,0% para cobrir as demais despesas institucionais. Observe-se também que a Receita Própria é utilizada para saldar tais compromissos.

Esses dados indicam que o orçamento disponível a cada exercício é claramente insuficiente para financiar a proposta de desenvolvimento institucional já que sua execução está comprometida com gastos básicos. A Administração não dispõe de recursos orçamentários para implementar novos projetos, não tem capacidade para investir na melhoria das condições físicas da Universidade, construir novos espaços para as atividades acadêmicas e administrativas, ampliar a assistência ao estudante, renovar os laboratórios de ensino dentre outras ações previstas no seu PDI.

4.10.1.2 Alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização do equipamento

As limitações do orçamento destinado ao custeio da Instituição não permitem a alocação do montante de recursos que a manutenção predial da UFBA necessita pois são mais de 360.000 m². de área construída carentes de conservação. No orçamento executado em 2005, cerca de 4,0% dos recursos de OCC (R\$1.404.773,00) foram destinados à manutenção das instalações, montante insuficiente dada a idade dos prédios, os problemas com as instalações elétricas e

hidráulicas das edificações e a necessidade da planta física ser adaptada para acolher os portadores de deficiências, contemplando reforma de banheiros, construção de rampas de acesso, instalação de elevadores, sinalização dos espaços, compra de equipamentos específicos, etc.

Quanto aos recursos de capital visando a atualização dos equipamentos, o crédito orçamentário definido para tal item também é insuficiente, buscando-se outras formas de captação de recursos. Em 2005, a UFBA teve liberada uma emenda proposta pela bancada parlamentar da Bahia no valor de R\$5.085.000,00 (cinco milhões e oitenta e cinco mil reais) que possibilitou a compra de equipamentos de informática para o Centro de Processamento de Dados e os laboratórios de informática das Unidades de Ensino, e a compra de equipamentos para o Restaurante Universitário a ser instalado no Campus de Ondina.

Em relação aos equipamentos de informática, a Pró-Reitoria de Planejamento com o Centro de Processamento de Dados e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação estão elaborando o Plano Diretor de Informática da UFBA que após aprovação pelos Colegiados Superiores deverá orientar a alocação de recursos orçamentários visando a renovação e ampliação desse tipo de equipamento.

Também estão em fase de elaboração projetos específicos visando a captação de recursos junto ao MEC para compra de equipamentos e material permanente para os laboratórios do ensino de graduação e adequação dos espaços físicos para acolher os portadores de necessidades especiais.

4.10.1.3 Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo

É necessário distinguir o tipo de capacitação a que este item faz referência. As ações de capacitação do pessoal docente e técnico em cursos de pós-graduação *stricto sensu* são financiadas pelas agências de fomento como a CAPES, CNPq e a FAPESB; assim não dependem de recursos orçamentários

para serem realizadas. Por outro lado, as ações de capacitação do pessoal técnico-administrativo que dizem respeito à capacitação corporativa são financiadas pela Instituição. A partir do orçamento de 2006, a UFBA está destinando valor específico para essa capacitação, abrindo uma ação no seu orçamento, tendo alocado R\$200.000,00 (duzentos mil reais) com essa finalidade embora se tenha clareza de que esse valor é insuficiente para cobrir as necessidades com a capacitação dos servidores técnico-administrativos da Universidade.

4.10.2 APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Os recursos orçamentários, conforme apresentado no quadro “**Orçamento Executado UFBA**” são aplicados no pagamento de Pessoal e na manutenção da Instituição que tem como principais despesas as de água, energia, telefonia, vigilância e limpeza. Esse conjunto de despesas é comum às atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, as demais despesas relativas ao ensino de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, a pesquisa e a extensão não são cobertas pelos recursos orçamentários pois o ensino de pós-graduação recebe recursos da CAPES e do CNPq e os cursos *lato sensu* e a extensão captam recursos para sua realização. Assim, apenas o ensino de graduação é exclusivamente financiado com os recursos orçamentários vindos através do Tesouro.

4.10.2.1 Compatibilidade entre o ensino e as verbas e recursos disponíveis

A Administração repassa, através de cotas quadrimestrais, recursos para que as Unidades de Ensino possam suprir os cursos de graduação dos insumos necessários à sua realização. No entanto, tais recursos são insuficientes para garantir a qualidade desses cursos. Observa-se ainda que além de necessidades comuns, a maioria dos cursos tem currículos que prevêm um conjunto específico de atividades para as quais a Administração reserva recursos extras. Assim, os

cursos de Geologia, Geografia, Engenharia de Minas, Oceanografia, Biologia e Medicina Veterinária têm excursões curriculares realizadas a cada semestre. O de Comunicação tem como exigência curricular, a publicação do Jornal Laboratório, em pelo menos três números semestrais, e o de Teatro, as montagens teatrais. Além das despesas mencionadas, os cursos de graduação das áreas de exatas, tecnológica, saúde e artes exigem laboratórios e equipamentos além de material de consumo específico de custo bastante elevado. Há em nossa avaliação, necessidade premente desses laboratórios serem reequipados assim como o aumento da verba de custeio destinado à Universidade de modo que as aulas práticas sejam beneficiadas com maior aporte de recursos.

Quanto ao ensino de pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado e Doutorado, a Universidade assegura as condições ambientais para sua realização, mas o seu custeio é mantido com os recursos do PROAP, repassados através de convênio com a CAPES.

4.10.2.2 Compatibilidade entre a pesquisa e as verbas e recursos disponíveis

A atividade de pesquisa, em seu conjunto, não é financiada pela Universidade. Conforme anteriormente registrado, os recursos para pesquisa são captados junto às agências de fomento através da participação pelos pesquisadores em editais ou chamadas públicas. A Universidade financia o custeio básico, assegurando aos pesquisadores insumos como água, energia, vigilância e limpeza.

4.10.2.3 Compatibilidade entre a extensão e as verbas e recursos disponíveis

A atividade de extensão, os cursos, e a prestação de serviços em geral é auto-financiada, contando com os recursos captados pelos Departamentos, órgãos suplementares ou Colegiados de Cursos responsáveis por sua promoção. Uma outra fonte de financiamento é o governo federal, através de editais ou chamadas públicas através dos quais financia determinados programas/projetos.

A Administração retém percentual sobre as receitas diretamente arrecadadas e destina 5,0% dessa receita para o financiamento de programas de extensão coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão. É importante registrar que a atividade de extensão também é realizada através dos hospitais universitários, que recebem recursos do Ministério da Saúde e da própria Universidade, e dos museus, mantidos com recursos de custeio. Se os cursos e a prestação de serviços são auto financiados, a manutenção dos hospitais e museus necessita de recursos orçamentários insuficientes para o pleno atendimento de suas demandas e necessidades.

DIMENSÃO 11
4.11 UNIDADES DE SAÚDE DA UFBA

4.1.1 UNIDADES DE SAÚDE DA UFBA

NA UFBA a política de assistência à saúde é responsabilidade do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB) e dos hospitais universitários, a Maternidade Climério de Oliveira (MCO) e o Complexo Hospitalar Universitário Prof. Edgard Santos (HUPES). A auto-avaliação institucional destes órgãos da Universidade, apresentada neste relatório, foi realizada pelas respectivas unidades de saúde, bem como pela PRODEP uma vez que o SMURB passou a integrar esta Pró-Reitoria a partir de 2003, como uma de suas Coordenações.

4.11.1 O SERVIÇO MÉDICO UNIVERSITÁRIO RUBENS BRASIL (SMURB)

O Serviço Médico da Universidade Federal da Bahia (SMU) criado, em 1964, como órgão de apoio aos estudantes carentes, posteriormente passou, segundo o Regimento Interno da UFBA/1971, a prestar assistência aos Docentes, Discentes, Técnico-Administrativo da UFBA, bem como realizar os exames de controle de sanidade física e mental. Ainda no Art. 58 desse Regimento o SMU é definido como Órgão Pericial e de Assistência.

Quando da sua criação, o SMU funcionava em uma sala, no prédio da Reitoria, e seus recursos humanos eram constituídos por quatro médicos e uma secretária. Seu público alvo era formado basicamente por estudante carente. Em seu processo de expansão, já nas dependências do Hospital Professor Edgar Santos (HUPES), após 1965 passou também a atender professores, estudantes e funcionários da UFBA, com atividades restritas às consultas médicas. Após o Regimento Interno da UFBA de 1971, foram acrescentadas às atividades do SMU, as inspeções de saúde para alunos aprovados em vestibular, incluindo os exames médicos, psicológicos, vacinação, cadastro torácico e visita domiciliar. Neste período, o SMU foi desmembrado do HUPES e ganhou sede própria na Rua Caetano Moura na Federação, onde funcionou até 1983, havendo não só ampliação do espaço

físico, mas também do seu quadro de pessoal e suas atividades assistenciais e periciais.

Desde 1983, o SMU funciona no antigo prédio do Instituto de Matemática, passando a chamar-se Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB) em homenagem ao seu fundador. A sede atual, apesar do tamanho suficiente, possui instalações inadequadas e precárias devido à manutenção deficitária e de ter sido construída para desenvolver atividades acadêmicas, não atendendo desta forma às especificações técnicas para uma unidade de saúde.

A partir de 2003, com a criação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP), o SMURB passa a constituir uma das suas Coordenações. Desenvolve atividades de cunho individual, destacando-se as periciais, assistenciais nas especialidades de clínica médica e cirúrgica, clínica ginecológica, ortopedia, oftalmologia, psiquiatria, psicologia, fisioterapia, nutrição, enfermagem, serviço social, odontologia, assim como atividades de promoção e prevenção de agravos à saúde, identificando também riscos ocupacionais e desenvolvendo programas de: hipertensão arterial, diabetes *melitus*, doenças cérvico-uterinas e de mama, tuberculose pulmonar, planejamento familiar, atenção domiciliar e triagem ambulatorial.

Dentre as atividades periciais destacam-se: exames pré admissionais e demissionais, exames médicos periódicos, emissão de parecer para aposentadoria, remoção, limitação de atividades, redução da jornada de trabalho, concessão de licenças e atestados médicos para servidores e estudantes.

O SMURB atende a uma clientela de estudantes e técnico-administrativos, em demanda espontânea. A clientela potencial, incluindo todos os clientes cadastrados, é de 40.368 pessoas, sendo que 60% são estudantes. Atende em média 2500 consultas/mês nas diversas especialidades e 2000 procedimentos, perfazendo um total de 4500 atendimentos/mês. Para o desempenho das referidas atividades dispõe de um quadro de pessoal integrado por 107 funcionários, sendo destes 23 médicos, 08 enfermeiros, 06 psicólogos, 01 nutricionista, 01 assistente social, 05 odontólogos, 02 fisioterapeutas, 01 farmacêutico e os demais são administrativos.

O Projeto de Auto-Avaliação Institucional definiu e executou um estudo de “Acesso à oferta de serviços e da demanda reprimida”¹, como indicador de avaliação e cumprimento da meta do PDI de redução em 50% da demanda reprimida do SMURB.

A identificação dos fatores que interferem na marcação de consultas, foi feita utilizando-se de um formulário aplicado no período de 06/02/06 à 10/02/06, que possibilitou o levantamento da demanda reprimida e os motivos que dificultam a marcação para os usuários do serviço. Para avaliar oferta de serviços e a sua utilização foram estudadas as seguintes variáveis: tipo de acesso (balcão e telefone), serviços disponíveis por especialidades, utilização de serviços, potencial de consulta semanal, reservas disponibilizadas na agenda (triagem e marcação do dia) e reservas não disponibilizadas (reuniões, cirurgias, e outros) no mesmo período.

Para coleta de dados foi contratada e treinada uma estagiária que atuou no período acima descrito das 07:30 às 18:00h, e em contato com o usuário no momento da marcação de consulta (por telefone ou no balcão), processou o registro das informações no formulário. Com relação à capacidade de atendimento, os dados foram levantados através da agenda de marcação.

A população da pesquisa foi constituída por 724 usuários, sendo 19% servidores, 54% estudantes, 18% dependentes e 9% de pessoas da comunidade externa à UFBA; 71% são do sexo feminino e 29% do sexo masculino. A idade variou entre 0 a 88 anos com maior predominância na faixa etária compreendida entre 20 a 29 anos (42%).

Dos 724 usuários, 42% não conseguiram agendar consulta, representando a demanda reprimida do período estudado, constituída de estudantes e concentrada nas especialidades de oftalmologia, ginecologia e dermatologia e na categoria de estudantes. Destaca-se que para os usuários com idade acima de 60 anos, não existe demanda reprimida, considerando a política de atenção ao idoso estabelecida pelo serviço, que permite a marcação de consultas em agendas com bloqueio de vagas.

¹ Estudo apresentado no v.2 deste Relatório – Estudos Especiais.

Falta de vaga foi o fator que mais contribuiu (96%) para a demanda reprimida, constatando-se assim que a oferta de serviços é insuficiente principalmente para as especialidades de cardiologia, ginecologia, oftalmologia e dermatologia.

Tendo em vista a predominância do sexo feminino, que corresponde a 70% dos usuários que buscam atendimento no serviço, observa-se que o quantitativo de profissionais de atenção à saúde da mulher (03 Ginecologistas) é insuficiente até para atender a demanda espontânea.

Considerando a importância deste Serviço para o atendimento assistencial e pericial da comunidade universitária e o aumento da demanda frente à perda do poder aquisitivo desta população para utilização de serviços de saúde privados, foram identificadas como medidas a serem adotadas:

- Reorganização dos processos de trabalho de modo a aumentar a eficácia na oferta de serviços;
- Ampliação das ações no campo de promoção e prevenção à saúde;
- Aumento do quadro de pessoal nas especialidades onde foram constatadas uma maior demanda reprimida, bem como incorporação de outros profissionais de saúde que possam atuar em diagnóstico e intervenção nas demais necessidades de saúde dessa comunidade;
- Reestruturação da área física.

4.11.2 MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA

4.11.2.1 Introdução

Na trilha do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia – UFBA, para o quadriênio 2004-2008, a Maternidade Climério de Oliveira, órgão suplementar, buscou através da identificação de um dos eixos da Administração Central, que trata da viabilização do Complexo de Saúde da UFBA, participar deste processo de auto-avaliação institucional.

A Maternidade voltada para a produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, desenvolve atividades de assistência, de ensino e de pesquisa, focalizando a clientela e objetivando especificamente:

- Prestar assistência à Saúde Reprodutiva e da Criança, em regime de internamento e ambulatorial, a todos que busquem atendimento;
- Servir de campo de ensino, pesquisa e extensão, em especial na área de saúde perinatal;
- Realizar e proporcionar meios para a pesquisa e investigação científicas;
- Contribuir para a Educação Sanitária da comunidade;
- Cooperar com outras Instituições na realização de programas comuns de assistência da Saúde da clientela;
- Atuar junto à clientela nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia, Neonatologia, Reprodução Humana;
- Oportunizar a Educação Continuada na área da Saúde por meio de cursos, conferências e estágios;
- Desenvolver programas específicos de assistência à comunidade, devidamente integrados às redes Estadual e Municipal de Saúde;
- Atuar dentro do que prevê o Sistema Único de Saúde vigente no País sem prejuízo dos objetivos fundamentais da Universidade;
- Constituir-se em centro de elevado nível científico, técnico e administrativo, integrando-se e hierarquizando-se com as redes Estadual e Municipal da Saúde;
- Constituir-se em campo de ensino prático para alunos de Graduação e Pós-Graduação em especial da área de Saúde, de maneira a permitir o alcance dos objetivos curriculares dos cursos;

Também a Maternidade Climério de Oliveira, desenvolve suas atividades, segundo princípios éticos, tais como:

- Ética, credibilidade e transparência;
- Comprometimento com a qualidade;
- Visão humanística entre ensino, pesquisa, extensão e assistência;
- Profissionalismo e valorização dos recursos humanos;
- Universalidade do conhecimento e fomento à interdisciplinaridade;
- Gestão participativa.

4.11.2.2 Metodologia

A equipe da MCO vem utilizando como ferramenta teórico-metodológica de trabalho o planejamento estratégico e a administração participativa, destacando-se na ação institucional: a análise situacional para registrar problemas existentes; a identificação de soluções para dirigir a ação na busca de concretização de resultados.

4.11.2.3 A MCO – a instituição, ações e resultados

A Maternidade Climério de Oliveira é a unidade de referência da UFBA para atenção à saúde perinatal. A mais antiga maternidade construída no país, foi inaugurada em 30 de outubro de 1910, no bairro de Nazaré, em terreno vizinho a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, então Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia. Com a fundação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi construído hospital próprio, no Campus do Canela, o Hospital Universitário Professor Edgar Santos (HUPES) com migração das diversas clínicas e departamentos à exceção da Obstetrícia, separando-se fisicamente as unidades e distanciando a MCO dos núcleos decisórios e dos *Campi* da UFBA, dificultando o crescimento e desenvolvimento desta unidade docente-assistencial.

Nos últimos dez anos passou por um processo de sucateamento, resultante de sucessão de crises, chegando a perder a capacidade de atendimento, restando apenas 24 leitos em funcionamento. Após um ano da atual gestão, com apoio das Faculdades e da Reitoria, a MCO dispõe de 92 leitos regulados (sendo 10 Neonatais, 82 leitos obstétricos), com média de ocupação de 72 leitos e a perspectiva de ampliação de mais 05 leitos. Possui 05 salas de partos e 02 salas de cirurgia. Atualmente, conta com 338 servidores técnico-administrativos e 65 terceirizados.

Foi empreendida uma reformulação administrativa, pelo agrupamento de setores afins em 04 grupos de trabalho cada um em estações compartilhadas, sendo designado um chefe de setor com Função Gratificada para reconstrução da Divisão Técnico-Administrativa.

Foram remanejados de outras unidades da UFBA, funcionários com ampla experiência para algumas funções chaves, inclusive a própria chefia da citada Divisão.

Procedimentos operacionais foram estabelecidos para diversas situações de busca de recursos na comunidade com a reorganização do Serviço Social. As comissões permanentes passaram a ser revistas e ativadas nos últimos 06 meses.

O trabalhar em conjunto com o Complexo HUPES foi implementado, com autonomia financeira de cada gestor, envolvendo compartilhamento de compras por pregões eletrônicos, como embrião do futuro Complexo de Saúde da UFBA e razoável redução de custos.

Evolui-se no momento para o compartilhamento de Laboratório Central, gestão conjunta da farmácia e manutenção eletrônica. O fato de existir afinidade entre os gestores hospitalares e a liderança exercida pela Reitoria permite avançar-se rapidamente na construção prática do Complexo.

Pela primeira vez elegeu-se o Conselho Local de Ética Médica e criou-se o Regimento do Corpo Clínico já aprovado em assembléia respectiva e pelo Conselho Gestor da Maternidade.

Como principais resultados podem ser citados:

- Ampliação da assistência ambulatorial e hospitalar

Ampliação dos leitos hospitalares e atenção ambulatorial - a MCO, em setembro de 2004, funcionava com dificuldades, com um total de 48 leitos. Havia uma cultura de interdição freqüente do funcionamento. As admissões de funcionários e o aumento de horas-extras, não resultavam em melhoria quantitativa ou qualitativa da assistência. Com esforço interno, apoio do Conselho Deliberativo e da Reitoria foi feita ampliação para 72 leitos. O procedimento operacional de interdição de atendimento foi modificado tornando excepcional sua ocorrência sem, no entanto suspender-se o atendimento emergencial do paciente. Nesta etapa, foi fundamental a participação do Conselho Regional de Medicina. Aguarda-se a admissão de novos funcionários para extensão até os 92 leitos possíveis de serem instalados.

Como a Prefeitura Municipal de Salvador, através da Secretaria de Saúde, passou a ter representação no grupo de trabalho para articulação da atenção obstétrica na capital, novo plano de metas da Atenção Básica foi pactuado em julho de 2005, consolidando a produção real da unidade. Pelo projeto de atenção à saúde da mulher negra busca-se a referência de mulheres das comunidades quilombolas das ilhas de Salvador, em análise pela UNESCO e CAPES.

Com a Secretaria Estadual de Saúde foi viabilizada a doação de 01 ambulância e 01 gerador de energia. Foi articulada com uma unidade hospitalar da SESAB, vizinha à MCO, a utilização de serviços como exames especializados de imagem e laboratório de emergência.

Reativação do Banco de Leite Humano (BLH) - o Banco de Leite Humano foi reativado, sendo pacificada a relação com o *Rotary* Clube que buscava remanejar o material doado para outra instituição. Foram implementadas as seguintes ações: (a) reestruturação interna do banco com nova chefia; (b) capacitação em “manejo básico da lactação” para funcionários dos diversos setores da maternidade num total de 20 turmas com 20 alunos, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde; (c) divulgação interna (diversas unidades da UFBA) e externa com panfletos, circulares, reportagens e entrevistas, desencadeando duas campanhas (doação de frascos de vidraria para acondicionamento; doação voluntária de leite humano); (d) busca de novos parceiros na comunidade, recebendo ajuda da Frente de Mulheres Parlamentares, Comissão de Saúde da Mulher da Câmara Municipal de Salvador com a doação de insumos e novos equipamentos para o BLH. A Câmara Municipal realizou sessão especial dedicada a MCO em 29 de agosto 2005

Integração à Central Estadual de Regulação Obstétrica e de Urgência e Emergência - a MCO disponibilizou todos os seus leitos para a Central. Remanejou-se a admissão de pacientes com melhoria de suas instalações. Diversas reuniões foram feitas para capacitação das equipes no preenchimento dos formulários e estabelecimento de fluxos.

Com os demais diretores de maternidades da Capital busca-se estruturação de um sistema mais ágil de regulação e cooperação entre as unidades e o Gestor Estadual.

- Busca de reconhecimento público e apoio da comunidade

Para sensibilizar a comunidade para a necessidade de apoiar as ações desenvolvidas pela MCO na atenção à mulher e à saúde perinatal, a diretoria procurou parcerias com diversos organismos.

A Frente de Mulheres Parlamentares, a Secretaria Municipal de Políticas Públicas da Mulher de Salvador e as Comissões Estadual e Municipal de Direitos da Mulher empreenderam diversas iniciativas de discussão com a comunidade sobre a maternidade que resultaram em doações de roupas, insumos e compra de equipamentos para o Banco de Leite Humano. O Grupo CALMA, clínica especializada em amamentação e o Hospital Manuel Vitorino estão colaborando com divulgação e doação de leite. Com o *Rotary* Clube foi proposta a elaboração de novos projetos de cooperação para o BLM.

Atenção tem sido dada às representações de docentes e funcionários nos diversos organismos e comissões ligados à Saúde da Mulher e Perinatal de modo a permitir inserir a MCO nos diversos projetos de capacitação de pessoal em cursos e projetos nestas áreas.

4.11.2.4 Divisão de Enfermagem

Foram cuidadosamente avaliados os aspectos da divisão/setores de trabalho, na intenção de levantar elementos essenciais para subsidiar a definição de metas organizacionais e a consecução dos objetivos traçados.

- **Setor de registro e informação**

Pelas características arquitetônicas do bloco onde estão situadas as atividades de registro e espera de exames é impossível ampliar este espaço para que se possa dar mais conforto às pacientes e aos servidores que as atendem. Contudo, a Divisão Administrativa providenciou pintura das paredes e portas o que deu um aspecto mais limpo e agradável ao setor.

Foi instalado neste ambiente um serviço de enfermagem, com escala de pessoal, para recepcionar, assistir às pacientes e familiares, fazer palestras sobre aleitamento materno, planejamento familiar, DST/AIDS e dar informações.

Também, foram disponibilizados recursos materiais para servidores e clientes: mesa para a recepção de enfermagem; material necessário para exames; livro para registro das admissões ou encaminhamentos; TV/Vídeo como recurso didático e de lazer para as pacientes e acompanhantes; mural informativo com material sobre as rotinas da maternidade a respeito das visitas, do enxoval do recém-nascido e pertences necessários para a paciente

enquanto estiver internada; equipamento para aspiração e oxigenoterapia, prontos para o atendimento de emergência.

Com relação à qualidade da assistência foram implantados os seguintes procedimentos:

- As pacientes passaram a ser acompanhadas às salas de exames pelas Técnicas de Enfermagem;
- A sistemática de registros facilitou as informações a respeito do atendimento e do destino das pacientes examinadas;
- Os pertences passaram a ser arrolados. Seguindo rotinas. A previsão e provisão de material passaram a ser realizadas com mais eficiência;
- A instalação de um aparelho de TV na sala de espera deu maior conforto às pacientes e aos acompanhantes;
- As pacientes antes de serem atendidas pelo médico, passaram a receber atenção da enfermagem, com verificação dos dados vitais e inspeção;
- Permitido o acompanhamento da paciente por parentes na sala de espera diminuindo a ansiedade e o medo;
- A instalação de material pronto para o atendimento de emergência diminuindo os riscos da espera.

- Atendimento de emergência

As ações planejadas levaram à realização das seguintes metas:

- Redimensionamento do número de vagas do estacionamento interno;
- Instalação de sinalizadores no estacionamento e na porta da emergência;
- Construção de uma pequena rampa que interliga a parte externa ao setor de emergência;
- Definida vaga para ambulância, ou outro veículo, em frente à porta da emergência, para a entrada de clientes;
- Instituídas normas e rotinas para provisão e previsão de material, como luvas, gases medicinais, lubrificantes, estetoscópios, etc.;
- Carro equipado para o atendimento de emergência;
- Instalação de extintor de incêndio;
- Atualizada lista telefônica;
- Preenchimento de ficha de internamento.

- Centro Obstétrico e Centro de Material

O Espaço físico do centro obstétrico é constituído por alojamento médico e de enfermagem, sala pré-parto, dois banheiros, duas salas de

parto uma sala de cirurgias, uma sala de curetagem, espaço para lavabos e macas.

Metas alcançadas

- Demarcado espaço para estacionamento de emergência;
- Identificado o setor com placas indicativas como campo de emergência;
- Identificados os leitos;
- Elaborado manual de normas e rotinas o que deu aspecto higiênico e seguro em relação à higiene das macas e cadeiras de rodas, deixando-as prontas para o atendimento;
- As normas e rotinas de atendimentos e processamento de artigos passaram a ser orientadas pelo manual;
- Instruído os maqueiros sobre disciplina e responsabilidade no transporte de paciente;
- Transferido o vestiário dos maqueiros para o banheiro masculino;
- Providenciado uniforme;
- Aberta conversação com o pessoal insatisfeito e aceitação de sugestões;
- Elaborado projeto de reciclagem, atualização e valorização do pessoal;
- Criado um protocolo para guarda e liberação dos formulários para os nascidos vivos e atestados de óbitos;
- Aumento do número de enxovais de acordo com a demanda do atendimento
- Revisão das caixas de instrumental cirúrgico;
- Aumento do número de instrumental;
- Amolado material de corte;
- Proibido o preparo de medicações anestésicas para o anestesista pelo serviço de enfermagem;
- Instalação de pia no espaço de pré-parto para lavagem das mãos.

- Projeto - Enfermaria Mãe Canguru

Metas alcançadas

- Ativado o projeto;
- Pintura e conserto da enfermaria;
- Instalada televisão para distração das pacientes;
- Identificados ordinariamente e nominalmente todos os leitos;
- Trocados e identificados os prontuários;
- Colocada fechadura na porta principal;
- Consertado o sistema elétrico;
- Instalados assessórios completos de aspiração e oxigenoterapia;
- Pintado todo mobiliário;
- Conserto dos armários;
- Colocado armário para a guarda de roupas limpas;
- Conserto dos vidros das janelas;

- Mesinha de cabeceira para os leitos;
 - Aquisição de berços;
 - Troca dos colchões;
 - Adequação da localização da caixa de perfuro cortante;
 - Instalação de porta toalha e porta papel nos banheiros.
- Enfermarias do alojamento conjunto

Metas alcançadas:

- Criado o setor de alta com normas e rotinas, com funcionárias que acompanham as pacientes do leito até a portaria entregando-as aos familiares, ajudando na arrumação dos pertences e no transporte do recém nascido até a portaria;
- Criado um canal de conversação com o pessoal de enfermagem;
- Realizadas reuniões administrativas e recreativas;
- Disciplinado e motivado o pessoal através de conscientização;
- Diminuição das faltas do servidor ao serviço;
- Diminuição de atestados médicos;
- Pintura das paredes, consertos das portas, pela divisão administrativa;
- Consertos e pinturas dos leitos e armários;
- Providenciado armário para a guarda de roupa e camareiras;
- Alinhamento dos leitos;
- Identificados os leitos em ordem numérica e nominal;
- Trocados e identificados os prontuários;
- Colocados os impressos em pastas próprias;
- Elaborado projetos para educação em serviço.

- Portaria

Metas alcançadas

- Aumento do número dos agentes de portaria, em escala;
- Elaboradas as normas e rotinas deste setor;
- Instituído o sistema de restrição de entradas de sacolas;
- Instituído o sistema de encaminhar para as enfermarias, em saco plástico transparente, somente o essencial para o recém nascido, e material de higiene das pacientes;
- Oferecido melhor conforto às pacientes ajudando-as no momento das altas a arrumar os pertences e segurar o recém nascido;
- Melhor segurança para a paciente e os recém nascidos após o impedimento de acesso de pessoas estranhas nas enfermarias;
- Estabelecido horários para entrega de pertences.

- Berçário

Metas alcançadas

- Inclusão de duas técnicas de enfermagem na escala;
- Pintura das paredes e tratamento do piso pela divisão administrativa.

Os trabalhos realizados pela Divisão de Enfermagem foram baseados em um projeto de assessoria realizado por um período de três meses, por duas enfermeiras: Edeltrudes do Espírito Santos e Leila Requião. Período em que foram identificados todos os problemas e pendências existentes na maternidade e que implicavam nas dificuldades da evolução de uma assistência de qualidade. Foram traçadas metas e objetivos a serem alcançados, com resultados positivos. Colaborou neste projeto todo o corpo de enfermagem da maternidade, com o apoio da Diretoria e da Divisão Administrativa.

4.11.2.5 Nutrição e Dietética

No ano de 2005 as ações e atividades desenvolvidas pelo Setor de Nutrição e Dietética envolveram: (a) elaboração e previsão de gêneros alimentícios; (b) planejamento e elaboração de cardápios; (c) supervisão do recebimento e armazenamento dos gêneros alimentícios; (d) supervisão do preparo, cozimento e distribuição das refeições; (e) acompanhamento diário da aceitação da dieta pelas pacientes realizando modificações quando necessárias; além da orientação e supervisão do alcance da baixa de peso das pacientes

4.11.2.6 Banco de Leite Humano (BLH)

- Atendimento ambulatorial de nutrizes para aconselhamento em amamentação;
- Atendimento de bebês prematuros egressos dessa maternidade para aconselhamento em amamentação e introdução de novos alimentos;
- Atendimento de nutrizes de outras unidades para orientação em aleitamento materno;
- Campo de aulas práticas:
UFBA: Mestrado em Enfermagem/Neonatologia, Graduação em Nutrição e Enfermagem;
Outras unidades de ensino: Curso Técnico de Enfermagem.
- Estágio em Banco de Leite Humano para alunos de graduação em Nutrição e Enfermagem da UFBA, UNEB, UNIME e FTC (total de 26 estagiários em 2006);
- Implantação de posto de coleta de leite humano na Maternidade do Hospital Manoel Vitorino;
- Entrevistas em TV, rádio e jornais para divulgação das ações de incentivo ao aleitamento materno;

- Supervisão do projeto de pesquisa da FAMED / UFBA: “Práticas de Aleitamento Materno em Hospitais Credenciados e Não Credenciados Como Amigos da Criança em Salvador”.

Informações estatísticas:

- Atendimento individualizado: 680 nutrizes e bebês;
- Número de doações de leite humano: 605;
- Número de doadoras internas da MCO: 308;
- Número de doadoras externas de outras unidades e domicílios: 79;
- Total de doadoras: 387;
- Volume de leite coletado: 138 litros;
- Número de bebês receptores de leite humano pasteurizado: 980;
- Número de amostras de leite humano para exame bacteriológico: 1148;

4.11.2.7 SCCIH – Setor de Comissão de Controle de Infecção Hospitalar²

Ações e atividades desenvolvidas pelo SCIH no ano de 2005:

- Colaboração na implantação da comissão de Farmacovigilância e participação nas reuniões periódicas desta Comissão;
- Participação nas reuniões periódicas das seguintes Comissões: Farmácia Terapêutica, Biblioteca;
- Elaboração de Gerenciamento de resíduos dos Serviços de Saúde e participação nos treinamentos;
- Controle de Infecção Hospitalar; realização de relatórios, reuniões e atas destas;
- Treinamento em controle de infecção para os profissionais da instituição, estudantes de medicina e enfermagem;
- Treinamento em serviço para os profissionais da higienização;
- Elaboração de rotinas referentes a controle de infecção;
- Reestruturação do Protocolo de acidente com perfuro cortante para os profissionais dos setores. O material foi disponibilizado e iniciado treinamento em serviço;
- Implementação de medidas para reduzir riscos de acidentes com perfuro cortante no Centro Obstétrico;
- Participação nas reuniões das Comissões de Controle de Infecções e farmácia Terapêutica;
- Discussão e revisão das Normas e Rotinas existentes na Maternidade Climério de Oliveira;
- Distribuição do Manual para os profissionais do Centro Obstétrico;
- Implementação da rotina da lavagem das mãos e instalação de pia no pré-parto para viabilizar a execução da mesma;
- Participação nas reuniões das Comissões de Farmacovigilância;
- Elaboração de boletins mensais com as taxas de infecções hospitalares por clínicas e topografias.

²Relatório apresentado pela Enf. Zenilda de Fátima Guimarães Amaral e Maria Helena Ferreira (colaboradora), com participação da Dr^a. Lorena Pastor e Dr^a. Adriana Bruno.

- Visitas técnicas realizadas a cada quatro meses nos setores: Centro Obstétrico, CME, Berçário, Enfermarias, Farmácia, Nutrição, Lavanderia, Ambulatório, Área Externa, Casa do Lixo

DADOS ESTATÍSTICOS – INDICADORES

Tabela 01. Admissões - janeiro a dezembro de 2005

Mes	Admissão Pacientes	Paciente/ Dia	Saídas			Média Pacientes.	Média Permanência	Taxa Ocupação
			Altas	Transfe- rências	Óbitos			
Jan	370	1845	368	3	0	59,52	4,97	70,86
Fev	319	1630	316	1	0	58,21	5,14	69,30
Mar	361	1644	370	2	0	53,03	4,42	63,13
Abr	411	1910	394	3	0	63,67	4,81	75,80
Mai	398	1757	380	1	0	56,68	4,61	67,48
Jun	386	995	376	2	0	33,17	2,63	39,49
Jul	384	814	379	1	0	26,26	2,14	31,26
Ago	376	850	383	2	0	27,42	2,21	32,64
Set	222	423	228	0	0	14,10	1,86	16,79
Out	240	517	238	0	0	16,68	2,17	19,86
Nov	172	322	185	2	0	10,73	1,72	12,77
Dez	290	633	280	3	0	20,42	2,24	24,31
Total	3.929	13.340	3.897	20	0	36,66	3,24	43,64

Fonte: SAME/Estatística/COM

Tabela 02. Movimento Mensal de Atendimento Admissões - janeiro a dezembro 2005

Ocorrência	Admissões	%
Obstetrícia	3929	57,38
Neonatologia	2584	37,74
Utí Neonatal	334	4,88
TOTAL	6847	100,00

Fonte: SAME/Estatística/COM

Tabela 03. Partos - janeiro a dezembro 2005

Partos	Nº	%
Naturais	1794	61,14
Art. Cesáreas	1063	36,23
Art. Fórceps	63	2,15
Duplo Natural	09	0,31
Duplo Cesárea	05	0,17
TOTAL	2.934	100,00

Fonte: SAME/Estatística/COM

Tabela 04: Movimento Mensal Clínica Ginecológica, Obstetrícia e Pediatria - janeiro a dezembro 2005

MES	Partos, Cirurgias e Ocorrências						RN'S		
	Natural	Cesárea	Fórceps	Curetagem	Cirurgia	Outros	Vivos	Mortos	Óbitos
JAN	144	104	8	65	03	46	256	02	02
FEV	127	89	11	58	03	31	226	02	03
MAR	174	100	03	45	11	28	276	02	01
ABR	202	98	03	57	04	47	304	01	01
MAI	205	108	09	49	03	24	316	06	01
JUN	194	99	04	37	02	50	292	07	02
JUL	176	115	07	37	21	28	299	02	02
AGO	186	115	07	50	08	10	308	00	00
SET	101	57	01	33	09	21	160	01	01
OUT	95	66	03	46	10	20	160	04	02
NOV	65	43	01	35	06	22	108	1	1
DEZ	135	73	06	46	13	17	213	2	1
TOTAL	1804	1067	63	558	93	344	2918	30	17

Fonte: SAME/Estatística/COM

Partos Duplos

Janeiro = 2	Fevereiro = 1	Março = 1	Abril = 2
Mai = 0	Junho = 2	Julho = 3	Agosto = 0
Setembro = 2	Outubro = 0	Novembro = 0	Dezembro = 1

Tabela 05. Movimento Anual dos Ambulatórios - janeiro a dezembro de 2005

Ambulatórios	Consultas	%
Aborto Habitual	351	1,20
Clínica Médica	151	0,52
Emergência Obstétrica	11200	38,42
Ginecologia	673	2,31
Pré-Natal	5985	20,53
Consultas Médicas	18360	62,98
Enfermagem	6182	21,21
Nutrição	1245	4,27
Serviço Social	3365	11,54
Outras Consultas	10792	37,02
Consultas Médicas + Outras	29152	100,00

Fonte: SAME/Estatística/MCO

Tabela 06. Exames Complementares

Laboratórios	Exames	%
Análises Clínicas	68943	94,26
Ultra Sonografia	4195	5,74
Total de Exames	73138	100,00

Fonte: SAME/Estatística/COM

**Tabela 07. Movimento Mensal de Atendimento Berçário de Alto Risco
janeiro a dezembro 2005**

Meses	Admissão Pacientes	Paciente Dia	Saídas			Média Pac.	Média Perman.	Taxa Ocup.
			Altas	Transf.	Óbitos			
JAN	26	182	27	-	2	5,87	6,28	73,63
FEV	18	156	16	-	3	5,57	8,21	69,63
MAR	29	178	21	-	1	5,74	8,09	71,75
ABR	25	230	25	-	1	7,67	8,85	95,87
MAI	29	176	27	-	1	5,68	6,29	71,00
JUN	37	172	32	-	2	5,73	5,06	71,63
JUL	42	178	41	-	2	5,74	4,14	71,75
AGO	40	155	40	-	0	5,00	3,88	62,50
SET	19	133	16	-	1	4,43	7,82	55,38
OUT	20	142	18	-	2	4,58	7,10	57,25
NOV	21	108	24	-	1	3,60	4,32	45,00
DEZ	28	113	27	-	1	3,65	4,04	45,63
TOTAL	334	1923	314	-	17	5,27	6,17	65,92

Fonte: SAME/Estatística/MCO

Projetos Desenvolvidos

- Follow Up;
- Método Mãe Canguru;
- Cuidando do Cuidador;
- Humanização da Atenção Perinatal;
- Humanização do Serviço de Enfermagem;
- Assistência ao Parto e Nascimento Humanizado;
- Reestruturação e Gerenciamento do Parque de Informática com novas ferramentas tecnológicas;
- Implantação do Curso de Atualização e Treinamento da Assistência de Enfermagem na Saúde da Mulher na Maternidade Climério de Oliveira / UFBA;
- Atividades de Extensão em Desenvolvimento de Pessoas.

Projetos em Desenvolvimento

- Implantação e Modernização da Biblioteca;
- Implementação do Projeto do Instituto de Saúde da Mulher Climério de Oliveira (ISAMCO) – transferência da MCO do bairro de Nazaré para o Complexo de Saúde do Canela.

Entendendo ser fundamental para evoluir seu atendimento de média e alta complexidade a proximidade da MCO das demais Unidades da área de saúde da UFBA, instaladas no Campus do Canela, a Prof. Nélia Dourado desde o início buscou sensibilizar a comunidade e a Reitoria desta necessidade.

Pela Portaria n. 037 de 31 de Janeiro de 2005, do Magnífico Reitor, criou-se um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da transferência da Maternidade para prédio a ser construído vizinho ao Complexo HUPES, sendo empossado solenemente no Palácio da Reitoria na presença do Secretario

Estadual de Saúde, Dr. José Rodrigues, do Secretario Municipal de Saúde, Prof. Luis Eugenio Portela, além de parlamentares de diversas bancadas.

Concluiu-se a primeira etapa em maio de 2005, com a projeção da construção de um prédio com 150 leitos entre UTI's neonatal e materna, leitos para mulheres nas várias especialidades. Buscando a integralidade da atenção à mulher, o novo Hospital incorporaria as Clinicas Ginecológica e Mastológica do HUPES e compartilharia serviços com as diversas unidades através da Superintendência de Saúde da UFBA. O projeto foi apresentado com sucesso nas casas legislativas - municipal e estadual - além da bancada parlamentar baiana representada nas três esferas. Foi apoiado desde o inicio pelos gestores de saúde da capital e estado tendo o Prefeito de Salvador assumido, em cerimônia na sede da Prefeitura em agosto passado os custos de elaboração dos projetos detalhados do prédio. No momento constrói-se uma maquete virtual e busca-se emenda parlamentar para viabilizar inclusão nos orçamentos de 2006. O ISAMCO funcionará com 150 leitos cuja distribuição se encontra no quadro a seguir:

Quadro 01. Distribuição dos leitos do ISAMCO

Unidade de Internação de Ginecologia e Mastologia	20
Unidade de Internação de Puerperas	75
Unidade de Internação de Gestantes em Risco	15
Unidade de Cuidados Intensivos Maternos	10
Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais	10
Unidade de Cuidados Intermediários Neonatais e Mãe Canguru	20
T O T A L	150

O projeto de transferência será concluído em 2010, no centenário da maternidade primaz do Brasil.

Outros serviços:

- Ambulatório especializado em Perinatologia, Ginecologia, Obstetrícia e Reprodução Humana;
- Pré-Parto com previsão de área para PPP;
- Unidade de Recuperação Pós anestésica;
- Banco de Leite Humano;
- Núcleo de apoio ao ensino com salas para pequenos grupos e laboratório de Habilidades.

Atividades em Implantação

- Ampliação dos Serviços de Ambulatório de Referência e Contra Referência junto à Secretaria Municipal de Saúde

- Proposta para centralização dos Serviços de Esterilização e Lavanderia

Participação em Comissões

- Representante do Reitor no Conselho da Fundação Baiana de Cardiologia;
- Pólo de Educação Permanente em Saúde – Prefeitura Municipal de Salvador.

Destaques do Serviço

- Implementação e Implantação da Pesquisa de Satisfação do Usuário;

Metas

- Instalação da Ouvidoria;
- Implantação de horário de visita para o acompanhante no Pré-Parto e posteriormente no Centro Obstétrico;
- Ampliação do número de leitos para 82;
- Criação do Instituto de Saúde da Mulher Climério de Oliveira com data prevista para o centenário da Climério;
- Reestruturação do espaço físico do Serviço de Nutrição e Dietética;
- Reestruturação do espaço físico da Central de Material Esterelizado-CME;
- Criação do Expurgo;
- Readequação do espaço físico do Pré-Parto conforme portaria nº da Secretaria de Assistência a Saúde - SAS
- Criação da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes – CIPA
- Realização de periódicos dos servidores lotados no Banco de Leite Humano – BLH, Serviço de Nutrição e Dietética e Serviço de Lavanderia;

Iniciativas / Humanização

Unidade Semi-Intensiva (Berçário de Alto Risco)

- Acesso para as mães dos RN's: Livre;
- Acesso para o pai do RN: Período diurno e até às 20 horas;
- Acesso para os avós: Diariamente, visitas breves no turno vespertino e conforme liberação da equipe de plantão;
- Acesso para Irmãos do RN: Visitas breves às 4^{as} feiras no período da tarde e conforme liberação da equipe de plantão;
- As informações sobre o estado de saúde do RN internado poderão ser dadas a outro familiar além dos pais, se autorizado pelo Serviço Social e pessoalmente;
- Música clássica em dois horários diariamente;
- Irmãos do paciente, após visita podem fazer um desenho com incentivo dos professores da Unidade Semi-Intensiva (Berçário), para ser exposto no mural do corredor da Enfermaria.

A situação atual é bastante animadora. Após 06 anos de sucessivas gestões *pró-tempore* promoveu-se a regularização institucional com a escolha de novo dirigente, após consulta à comunidade, sendo conduzida a Prof. Nélia Maria Dourado Brito. Com apoio das Faculdades, Conselho Deliberativo e Reitoria empreendeu-se um grande esforço de modernização gerencial e motivação da comunidade e após 01 ano de esforços culmina seu trabalho com a apresentação de anteprojeto de requalificação da unidade como Instituto de Saúde da Mulher Climério de Oliveira, a ser construído no Campus do Canela, compondo o Complexo de Saúde da UFBA, a ampliação de seus serviços para 92 leitos regulados com 72 leitos ativos e a ampliação em mais 20 leitos em 2006 e a reavaliação da MCO pela Comissão Interministerial de Certificação que em reunião do dia 08/12/2005 certificou a unidade como hospital de ensino, tendo sido publicada a Portaria Interministerial 115/GM no Diário Oficial da União em 18/01/2006.

5. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

5. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

As dimensões postas para a auto-avaliação, isto é, a missão institucional; as políticas para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão; a infra-estrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes e egressos; a sustentabilidade financeira e as unidades de saúde, constituem o foco deste documento de auto-avaliação institucional. Neste sentido, destaca-se que este Relatório Final, além de representar a síntese do esforço realizado pela Universidade no sentido de refletir sobre sua missão e sua prática, também expõe suas potencialidades e pontos que requerem melhoria, na perspectiva das dimensões analisadas.

Antes de apresentar as forças e as fragilidades da instituição é importante partir do registro dos avanços e das dificuldades da própria CPA para coordenar a execução de um amplo projeto de auto-avaliação institucional, envolvendo a produção, a organização, a análise e a sistematização de dados e informações que sejam úteis ao processo de planejamento e gestão institucional.

Vale destacar como ponto de referência que este Relatório Final representa uma construção da comunidade universitária. Os Relatórios Setoriais produzidos pelas pró-reitorias, unidades administrativas, unidades acadêmicas, unidades de saúde, empresa psicojunior e pela própria CPA constituíram a matéria prima para sua elaboração. Mais ainda, toda a comunidade foi convidada e estimulada a participar da elaboração colaborativa do Relatório Final, através do *site* da CPA, podendo enviar comentários, críticas e sugestões para <cpaufba@ufba.br>

Também, a CPA tem a expectativa de que a condução do trabalho colaborativo, com o envolvimento da comunidade, possa informalmente estar motivando e preparando pessoas para a produção de dados e informações úteis na avaliação de seu campo de trabalho; para a organização e a análise

de resultados que possam subsidiar o planejamento e a gestão; enfim, para a internalização da cultura de avaliação institucional.

Mais ainda, este processo de trabalho se constitui em um embrião do projeto da CPA de construção de uma metodologia de avaliação que permita aos diferentes órgãos e níveis da administração universitária desenvolver, de forma sistemática e contínua, projetos de auto-avaliação.

Retomando os Relatórios Setoriais, ainda é preciso destacar que muitos deles apontaram forças e potencialidades, fragilidades e pontos que requerem melhoria, e recomendações relacionadas às dimensões avaliadas.

- **Forças e potencialidades**

CPA – a articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as políticas para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão que integram os planos de trabalho das pró-reitorias, referências para a realização da auto-avaliação institucional.

PROPLAD – a existência de uma equipe competente e coesa para conduzir a gestão do orçamento da Universidade, trabalhando em articulação com a Vice-Reitoria e demais órgãos da administração na busca de soluções para a contenção dos gastos com a manutenção da Instituição.

PROPLAD - o crescimento das vagas de ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação como uma variável a ser considerada para o aumento de recursos destinados à UFBA.

PROGRAD – a política de reestruturação curricular formalmente estruturada e referenciada nas mais recentes concepções e orientações teóricas, nas novas diretrizes curriculares do CNE; nas mudanças dos processos de trabalho, conseqüentemente dos perfis do cidadão e do profissional.

PRPPG – o crescimento ao longo do Triênio (2003/2004) do percentual de pesquisadores da UFBA com bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) obtidas junto ao CNPq e a FAPESB.

PRPPG – um quadro docente altamente qualificado atuando em tempo integral, com mais de 80% pós-graduados na modalidade stricto sensu, sendo que mais de 50% têm doutorado e mais de 80% de titulares e adjuntos em regime de dedicação exclusiva.

PRPPG – a disposição e motivação dos pesquisadores no sentido de envolver graduandos em atividades de pesquisa, o que pode ser comprovado pelo indicador - aumento de bolsas de Iniciação Científica – contribuindo para a formação de futuros cientistas.

PRPPG - o aumento expressivo no triênio da organização formal de pesquisadores em grupos de pesquisa, refletindo amadurecimento da competência científica para atender às demandas da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade na abordagem dos problemas científicos, mas também, traduzindo as exigências dos editais lançados pelas agências de fomento que condicionam a qualificação dos projetos a este tipo de formatação.

PRPPG - o aumento do número de programas da pós-graduação da UFBA que passaram a ter conceito 5 (indicador de excelência) e conceito 6 (excelência com dimensão internacional), bem como de outros que se habilitaram para a apresentação de propostas de criação de seus doutorados ao alcançarem o conceito 4.

PRPPG – a tendência de crescimento da captação de recursos para a pós-graduação.

PROGRAD/ PROEXT - Compromisso da instituição com os programas de ações afirmativas, inclusão social e inclusão digital.

Psicojunior - Imagem pública da UFBA muito boa, destacando-se como principais determinantes desta posição, algumas características institucionais, tais como: corpo docente pós-graduado e concursado; qualidade do ensino oferecido; prestígio e tradição; dependência administrativa federal e gratuidade; perfil de seu corpo docente; produção acadêmica ampla e diversificada; qualidade da formação com oferta de cursos reconhecidos e aceitos no mercado.

- **Fragilidades e pontos que requerem melhoria**

CPA – a inexistência de Projeto Pedagógico Institucional (PPI) dificultou a análise das Dimensões: (1) a missão e o PDI; (6) a organização e gestão; (8) planejamento e avaliação.

CPA - Morosidade nos processos de reestruturação curricular dos cursos de graduação, resultante por um lado, da falta de iniciativa dos colegiados de cursos e, por outro, da própria tramitação dos processos nas instâncias da administração central, dificultada muitas vezes pela incompatibilidade entre o Regimento e as mudanças desejadas.

PROGRAD – Ausência de procedimentos para acompanhar e avaliar as práticas pedagógicas dos docentes da UFBA de modo sistemático, e ausência de estudos que buscassem identificá-las e avaliá-las.

PROGRAD - Inexistência de credenciamento para a oferta de cursos de graduação à distância.

PRPPG - A queda de conceito de quatro cursos da pós-graduação, produzindo em um dos casos seu descredenciamento do sistema, bem como o expressivo número de cursos e programas com conceito 3.

PRPPG - A produção científica dos pesquisadores UFBA apesar de se encontrar na média nacional, não apresenta indicadores de expansão para o futuro. Este é um aspecto preocupante pois ela não é distribuída de forma homogênea entre os docentes e muitos deles não apresentam ao menos uma produção científica em veículo considerado de forte impacto em sua área do conhecimento.

PRPPG – O conhecimento da relação desejada entre as produções e atuações científicas como, por exemplo, o impacto social não é possível de ser atualmente estabelecido, pois não existem mecanismos de busca sistemática para a obtenção destas informações. O mesmo acontece com respeito às teses, dissertação etc.

PRPPG - A dificuldade em quantificar o número de projetos dos pesquisadores da UFBA, assim como o montante arrecadado. São vários os motivos responsáveis por esta dificuldade e poderiam ser minimizados caso

existisse motivação para o cadastramento de projetos, pois várias agências não exigem a assinatura do dirigente máximo da instituição.

PRPPG – Os Seminários de Pesquisa e Pós-Graduação (SEMPPGs) têm, periodicamente, carecido do envolvimento mais consistente dos docentes orientadores e do próprio Comitê Local do PIBIC, segundo os pareceres do Comitê Externo (2004).

PRPPG - A quantificação do número e destino dos egressos é atualmente impossível de ser feita nas bases de dados disponíveis.

PCU - A baixa-estima de muitos profissionais, diante da ausência de estímulo e condições para melhorar trabalho/salário, tais como: cursos periódicos de reciclagem, ferramentas para todos e adequadas aos serviços, equipamentos que auxiliem e protejam os funcionários, material necessário para o desempenho das tarefas, quantidade suficiente de veículos adequados confortáveis e seguros para o transporte de pessoal, veículos que auxiliem, facilitem e agilizem as tarefas como: caçamba, trator, caminhão com muck, etc¹.

PRODEP - O perfil de escolaridade dos servidores técnico-administrativos, com 59,7% de profissionais com formação até o nível médio e o pouco investimento na qualificação para o trabalho deste segmento da comunidade universitária.

Coordenadores de Cursos de Graduação - as dificuldades dos cursos foram apontadas considerando: (a) os coordenadores/docentes -falta de reconhecimento, no Estatuto da UFBA, das funções do coordenador de colegiado; persistência das “cátedras”; presença de substitutos em função da não realização de concursos públicos; (sistema rotativo a cada 2 anos); falta de apoio e conhecimento de questões pedagógicas, envolvendo os aspectos metodológicos, didáticos e conceituais; professores pesquisadores distanciados da graduação; suspensão do Programa de Monitoria; (b) os

¹ Segundo o relato de um dos nossos colegas, citando um dos maiores pensadores da ala católica, Santo Agostinho: “Todas as vezes que a fome bate à porta, a vergonha pula a janela”. O que quer dizer que, quando as pessoas são submetidas a péssimas condições materiais, os valores morais como: ética, honestidade, caráter, verdade, produtividade etc., tendem a ser questionados ou até mesmo, desaparecer. Já os peões de obra dizem mais ou menos a mesma coisa que Santo Agostinho, só que com outras palavras: “A miséria só chama a miséria”. Mesmo nestas condições de “miséria” os funcionários desta Prefeitura do Campus, têm mantido sua verdade e vontade ao longo do tempo, entenda-se, desde o Prefeito até o funcionário mais humilde

discentes - trancamento de matrícula em função da necessidade de trabalhar; dificuldade em conciliar estudo e trabalho em função dos horários de aula; falta de integração dos ingressantes com o colegiado; falta de Orientação Acadêmica uma vez que os professores não querem assumir este tipo de orientação; Superintendência Estudantil sem muitas informações disponíveis (c) a infra-estrutura: falta de laboratórios de pesquisa, material didático e equipamentos; falta de adaptação das instalações para os alunos portadores de deficiência; espaços físicos inadequados e mal-equipados

- **Recomendações**

CPA - Elaboração e aprovação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) traçando as políticas de ensino, as políticas de pesquisa, as políticas de extensão e as políticas de gestão acadêmica, para orientar a produção e a avaliação da instituição.

PROPLAD - A expansão da UFBA tanto no que se refere à oferta de vagas de ingresso, novos cursos, novos campi, atividades de pesquisa e extensão tem que ter como contrapartida o apoio do MEC, seu mantenedor, no aumento da dotação que lhe é atribuída para o custeio institucional e investimentos de capital. É preciso que o governo federal, responsável principal pela manutenção das IFES destine a essas instituições um orçamento compatível com suas necessidades e responsabilidade social. No que diz respeito à Universidade Federal da Bahia, uma das mais antigas universidades públicas brasileiras, os problemas se acumulam e se agravam exigindo o apoio do MEC para que se possa oferecer ensino de qualidade nos níveis de graduação e pós-graduação, condições ambientais adequadas para o ensino, pesquisa, extensão e administração, atendimento às demandas por assistência estudantil, enfim um orçamento que garanta a sustentabilidade financeira da Instituição nos níveis desejados para uma Universidade pública.

PROPLAD - Melhoria dos controles internos que permitam o monitoramento constante das despesas de maior vulto tais como água, energia, telefonia, vigilância e limpeza, de modo que os saldos orçamentários possam ser aplicados nas atividades acadêmicas.

PROGRAD – Atualização do Regimento da UFBA para facilitar a aprovação de propostas curriculares inovadoras, em decorrência da incompatibilidade entre essas propostas e regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares, bem como de formas de avaliação, vigentes até hoje.

PROGRAD - Encaminhamento ao MEC de proposta de credenciamento institucional para oferta de cursos de graduação à distância, em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), para todos os níveis e modalidades de ensino.

PCU - A reestruturação dos Setores Técnico e Administrativo é necessária para instrumentar adequadamente os profissionais, com cursos, treinamentos, etc., passando por aquisição de acervo técnico (livros, assinatura de revistas, periódicos e diários, programas de informática), mobiliário, equipamentos e instrumentos facilitadores para a realização de muitas ações, inclusive a recuperação da documentação gráfica da planta física dos Campi, seriamente danificada na enchente de março/1999, visando preservar a memória da UFBA, essencial para a intervenção física. Contudo, com a informatização, seria conveniente, também, a digitalização deste material para consultas.

PCU - Recomendações relacionadas à política de construção e adequação do espaço físico:

- Transferência de Unidades de Ensino localizadas no Campus Canela para o Campus Federação/Ondina, com a construção de novas edificações, em função da interação entre atividades de ensino, com uso compartilhado de espaços, liberando as edificações existentes para novas funções, mais adequadas à sua localização. As unidades a serem transferidas são: Escola de Administração; Escola de Música; Faculdade de Educação e Instituto de Ciências da Informação. Numa ordem de prioridades, o Instituto de Ciências da Informação (ICI) e a Faculdade de Educação, deverão ser as primeiras unidades a serem transferidas para o Campus Federação/Ondina, enquanto que a Escola de Administração, somente por necessidade da ocupação

da sua edificação pela área de saúde, esta totalmente localizada no Campus Canela.

- Ampliação da Escola de Dança e do Instituto de Letras em torno de 1.000,00m² de área a ser construída para cada unidade. É uma realidade conhecida, desde a construção dessas duas unidades, entre 1990 e 1991, que por falta de recursos à época, sofreram corte no programa arquitetônico, conseqüentemente no projeto e na obra. A Escola de Dança também necessita da construção de um teatro para o desenvolvimento e apresentação de suas atividades acadêmicas.
- Novas edificações e ampliações para o Campus Federação / Ondina em função do aumento de vagas.
- Construção de um Centro Administrativo com uma ou mais edificações, no Campus Federação / Ondina, que poderá ser executada por etapas, priorizando-se a construção do arquivo central da UFBA.

COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – promover maior aproximação com a PROGRAD que deve assessorar pedagogicamente os cursos; equipar os cursos de graduação; capacitar funcionários técnico-administrativos (informática, etc.); realizar Oficinas de Português com os alunos; promover intercâmbio de experiências mais frequentemente, através de seminários, listas de discussões na web, trabalhos em equipe para discutir experiências bem sucedidas, trabalhos interdisciplinares e outros.

Concluindo, destaca-se mais uma vez que o conteúdo deste Relatório da Auto-Avaliação da UFBA (2002-2005) pode ser utilizado pelos gestores como uma referência para o planejamento universitário, na busca da melhoria das condições da oferta do ensino de graduação, da pós-graduação, da pesquisa e da extensão.

FONTES

Documentos Oficiais

MEC. INEP. CONAES. SINAES. Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: Orientações Gerais. Brasília: INEP. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

MEC. INEP. CONAES. SINAES. Sugestão de Roteiro para Elaboração do Relatório de Auto-Avaliação. Brasília: CONAES. Disponível em: <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

MEC. INEP. CONAES. SINAES. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília: INEP. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

MEC. CONAES. INEP. Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumentos. Brasília, DF, novembro de 2005.

Documentos Institucionais

Universidade Federal da Bahia. PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional - 2004/2008. Salvador: UFBA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Plano Quinquenal – 1999/2004. Salvador: PRPPG –UFBA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago.2006

Universidade Federal da Bahia. PROGRAD - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Plano de Trabalho da PROGRAD – 2002/2006. Salvador: PROGRAD-UFBA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago.2002.

Universidade Federal da Bahia. CPA - Comissão Própria de Avaliação. Projeto de Auto-Avaliação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA –CPA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. Comissão Própria de Auto-Avaliação. Pesquisa de e Imagem Institucional da UFBA. Salvador: UFBA-CPA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. Comissão Própria de Auto-Avaliação. Estudo de Egressos da UFBA. Salvador: UFBA-CPA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago.2006.

Universidade Federal da Bahia. PROPLAD - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Setor de Informação e Estatística. Perfil Sócio-Econômico dos Candidatos Inscritos e Aprovados no Concurso Vestibular da UFBA: 2001-2004. Salvador: UFBA. PROPLAD-SIE. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas. Auto-Avaliação Institucional de Gestão de Pessoas. Salvador: UFBA-PRODEP. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago.2006.

Universidade Federal da Bahia. PROGRAD - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Auto-Avaliação Institucional da Graduação. Salvador: UFBA. PROGRAD. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. PRPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Auto-Avaliação Institucional da Pós-Graduação e da Pesquisa. Salvador: UFBA. PRPPG. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago.2006.

Universidade Federal da Bahia. PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão. Auto-Avaliação Institucional da Extensão. Salvador: UFBA, PROEXT. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago.2006

Universidade Federal da Bahia. SET – Superintendência Estudantil. Relatório Anual de 2004. Salvador: UFBA, SET, 2004.

Universidade Federal da Bahia. ISP – Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público. Relatório de Atividades de Pesquisa e de Extensão em Gestão e Avaliação. Salvador: UFBA, ISP. 2005.

Universidade Federal da Bahia. PROPLAD – Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação. Sustentabilidade Financeira. Salvador: UFBA, PROPLAD. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. MCO – Maternidade Climério de Oliveira. Relatório de Auto-Avaliação Institucional da Maternidade Climério de Oliveira. Salvador: UFBA, MCO. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. PCU - Prefeitura do Campus Universitário. Relatório de Auto-Avaliação da Universidade Federal da Bahia, do Contexto da Prefeitura do Campus Universitário. Salvador: UFBA, PCU. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. BIC - Biblioteca Central. Relatório de Auto-Avaliação Institucional. Salvador: BIC-UFBA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. 2006.

Universidade Federal da Bahia. Escola de Música. Relatório de Auto-Avaliação da Escola de Música. Salvador: UFBA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. Relatório Auto-Avaliação 2003-2004. Salvador: UFBA. Disponível em : <<http://www.cpa.ufba.br>>. Acesso abr.- ago. 2006.

Universidade Federal da Bahia.FACED. Projeto de Inclusão Digital: articulação dos nós da rede da UFBA. Relatório PIBIC. Bolsista Larissa Palma Coelho. Orientadora Maria Helena Silveira Bonilla. 2006.

ANEXO

PLANILHAS - FIGURAS - ORGANOGRAMAS - TABELAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PREFEITURA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO

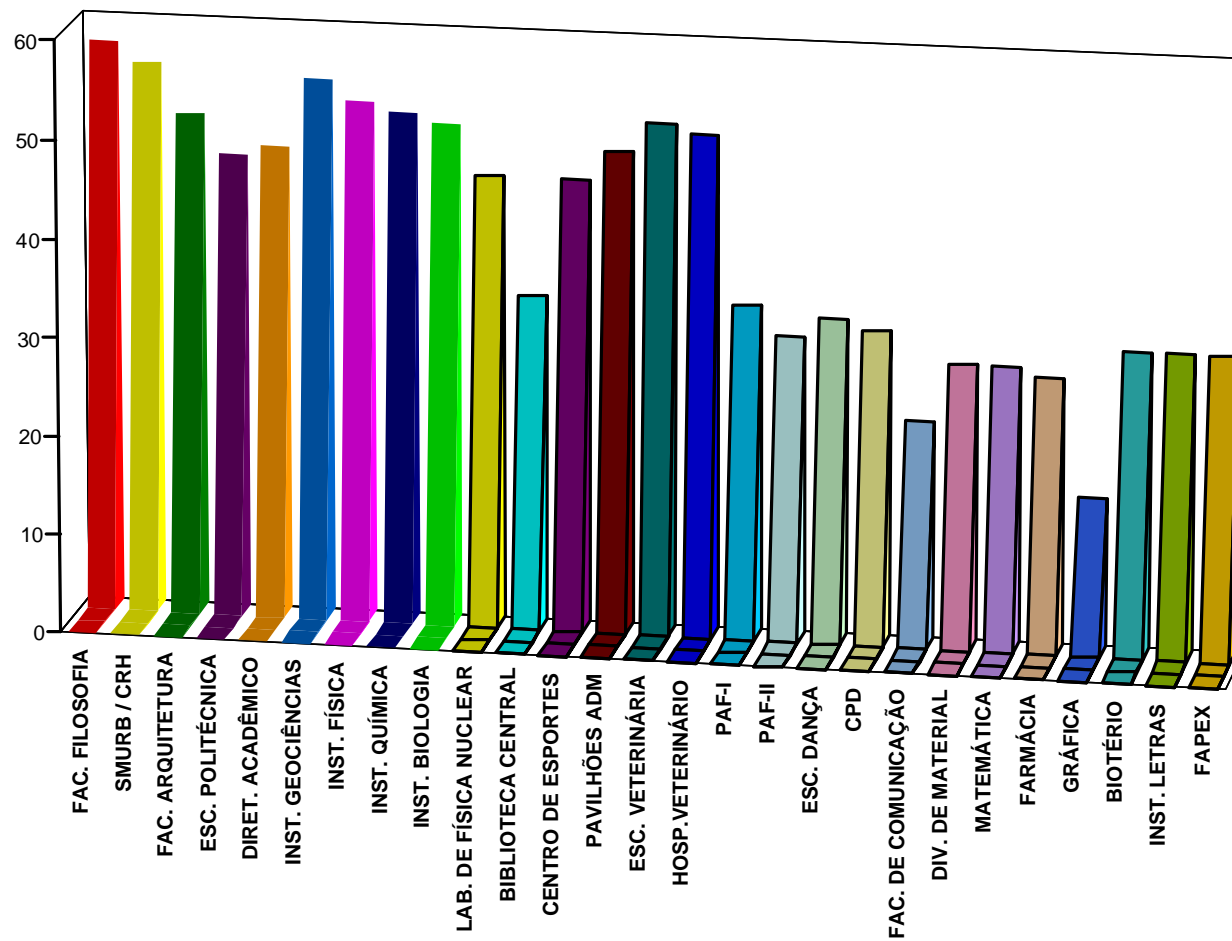
Pontuação:

Ruim	Satisfatório	Regular	Bom	Ótimo
1	2	3	4	5

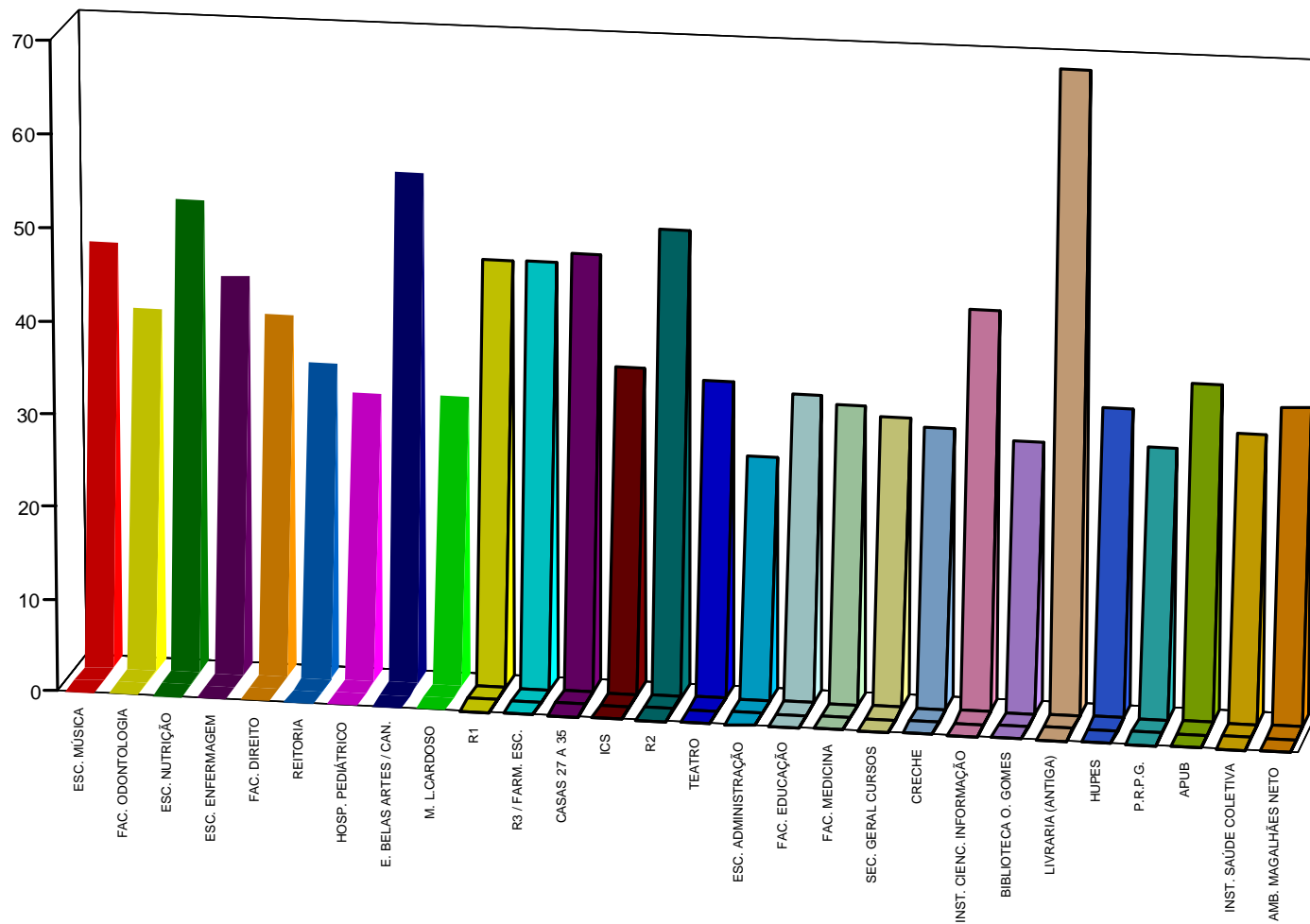
SITUAÇÃO DA ÁREA FÍSICA DA UFBA EM 2006

Campi	Áreas Internas													Áreas Externas						MÉDIA TOTAL PRÉDIO		
	ESTRUTURA	REVESTIMENTO	PAVIMENTAÇÃO INTERNA	COBERTURA	IMPERMEABILIZAÇÃO	ESQUADRIAS	ELÉTRICA	SUBESTAÇÃO	HIDROSANITÁRIA	TELEFONIA	LÓGICA	PINTURA	ELEVADORES	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	VIAS DE ACESSO	PASSEIOS	SINALIZAÇÃO	FECHAMENTO	URBANIZAÇÃO		LIMPEZA	
29	Ondina Federação	3,85	3,44	3,37	3,44	3,26	3,07	3,07	4,06	3,41	3,33	3,30	3,15	4,71	3,00	3,00	2,00	3,00	2,00	2,00	3,00	3,17
30	Canela	3,48	3,17	3,17	3,24	3,11	2,93	3,10	3,79	3,24	3,34	3,48	3,10	5,00	2,00	2,00	2,00	1,00	1,00	2,00	2,00	2,81
8	Unidades Dispersas	3,00	2,50	2,50	3,00	3,25	2,50	2,50	3,67	3,00	3,00	3,00	2,88	5,00	3,00	3,00	3,00	3,00	1,00	3,00	3,00	2,94
67	MÉDIA TOTAL	3,44	3,04	3,01	3,23	3,21	2,84	2,89	3,84	3,22	3,23	3,26	3,04	4,90	2,67	2,67	2,33	2,33	1,33	2,33	2,67	2,97

Avaliação em Junho de 2006



**GRÁFICO DO GRAU DE DETERIORAÇÃO
CAMPUS ONDINA/FEDERAÇÃO**



**GRÁFICO DO GRAU DE DETERIORAÇÃO
CAMPUS CANELA**

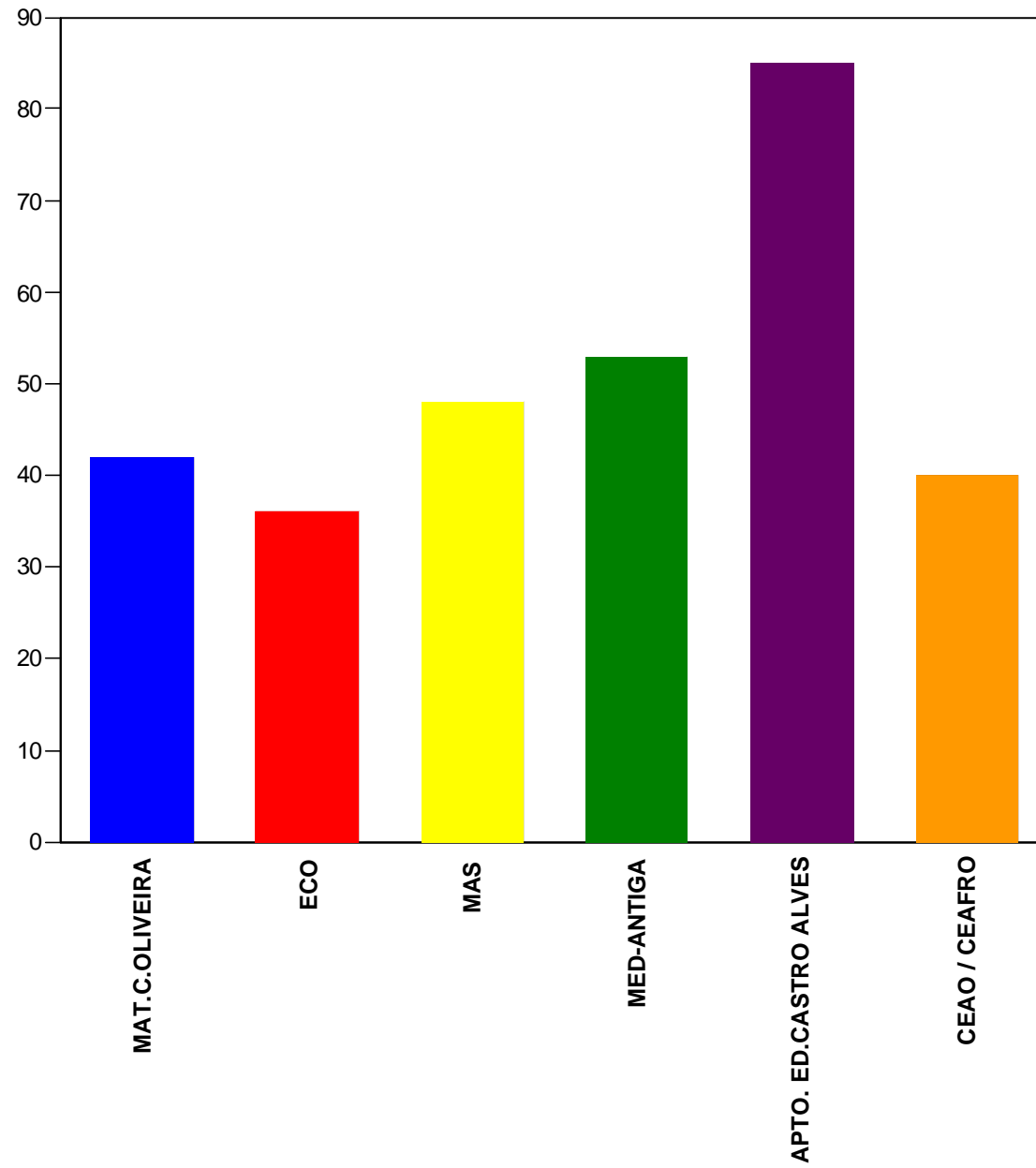
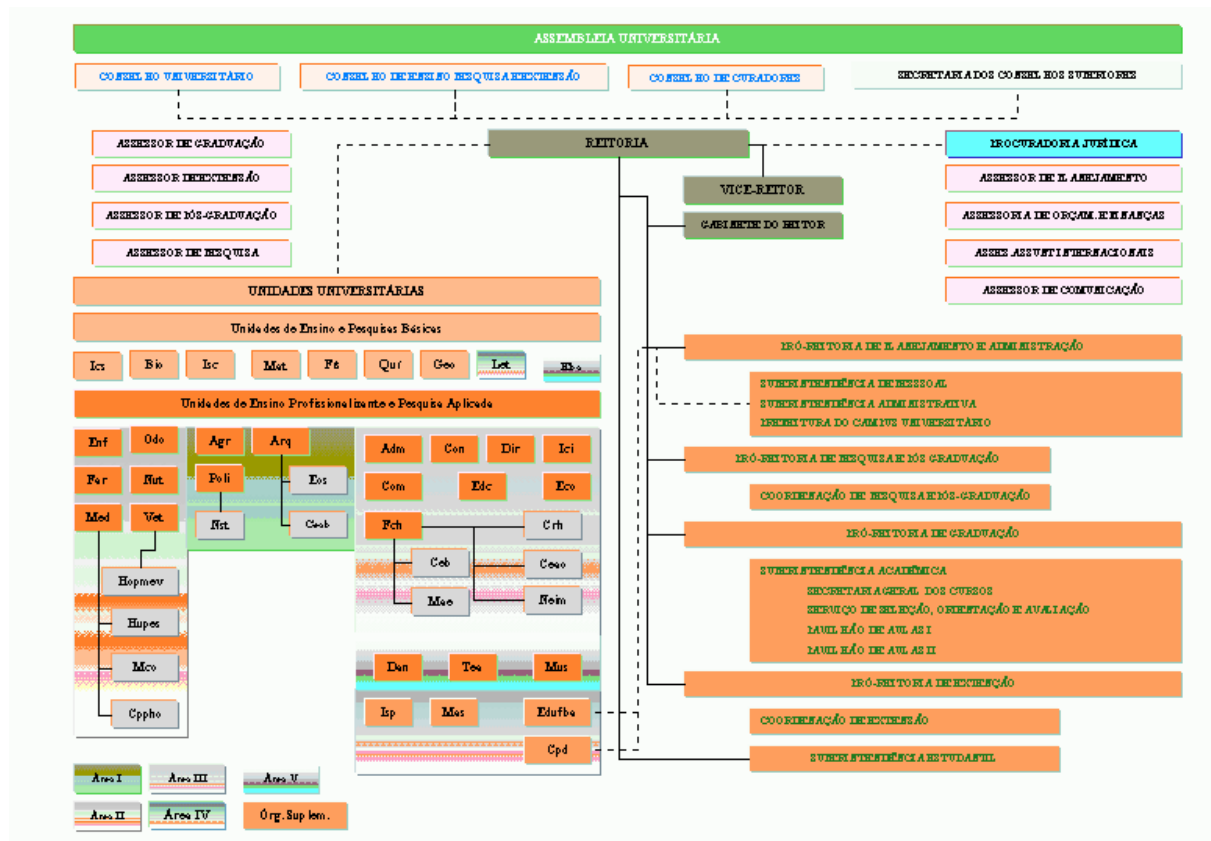


GRÁFICO DO GRAU DE DETERIORAÇÃO - UNIDADES DISPERSAS

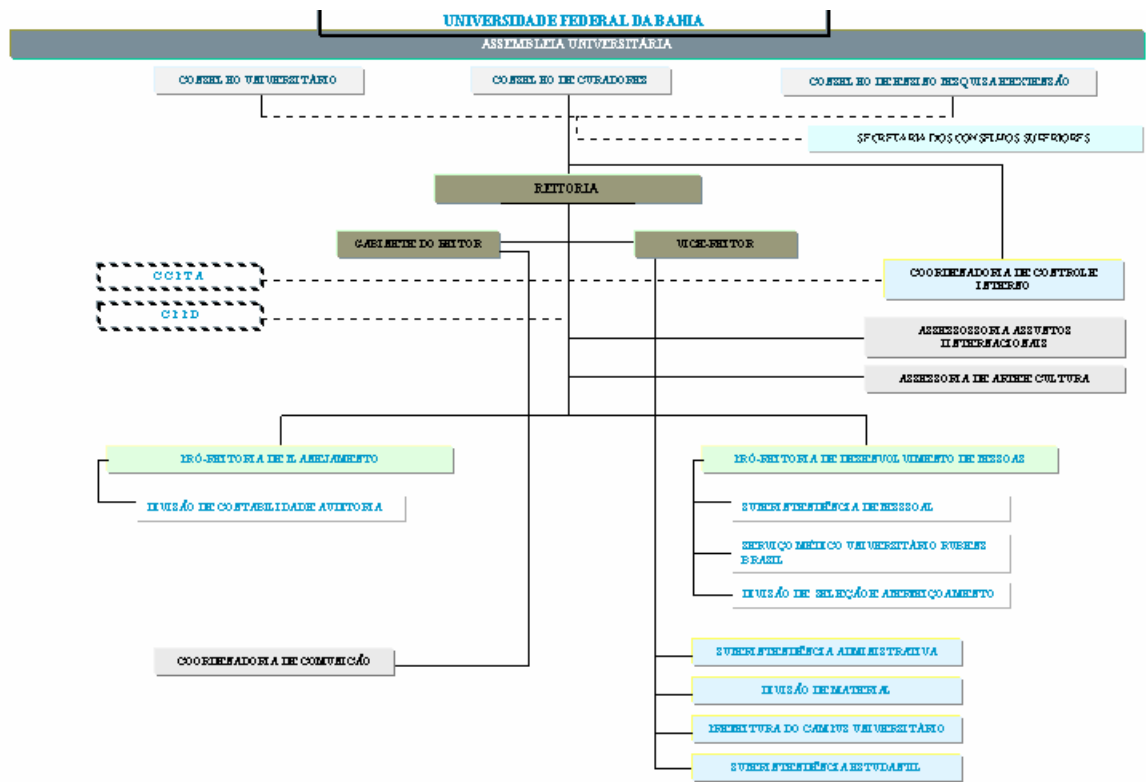
ORGANOGRAMA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA



Base Legal: Estatuto e Regimento da UFBA

Portarias n. 120, de 24/01/97 (DOU de 12/02/97) e 430/97 (DOU de 16/04/07)

ORGANOGRAMA DA REITORIA DA UFBA



Estrutura atual ainda não aprovada pelo CONSUNI - 29/04/2005

Fonte: PROPLAD-UFBA

PROGRAD - Coordenação de Graduação**Desempenho dos Cotistas e Não-Cotistas no Primeiro Vestibular das Ações Afirmativas na Universidade Federal da Bahia**

Percentual dos alunos cotistas e não-cotistas com coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10,0 nos dois semestres de 2005.

Curso	Cotistas	Não-Cotistas	C/NC
Administração	83,3	95,4	-
Arquitetura	85,6	81,3	+
Arquivologia	89,5	92,6	-
Artes Cênicas	20,0	100,0	-
Artes Cênicas II	87,5	91,7	-
Artes Plásticas	81,8	83,32	-
Biblioteconomia	80,8	82,9	-
Canto	100,0	100,0	=
Ciências Biológicas	71,4	45,4	+
Ciências Contábeis	45,7	69,7	-
Ciências da Computação	66,6	53,7	+
Ciências Econômicas	57,5	71,1	-
Ciências Sociais	79,5	69,7	+
Composição e Regência	83,4	100,0	-
Comunicação - Jornalismo	100,0	87,5	+
Comunicação Prod. Cultural	100,0	88,9	+
Dança	72,2	70,3	+
Decoração	100,0	85,7	+
Desenho Industrial	87,5	100,0	-
Direito	95,2	88,9	+
Enfermagem	87,5	64,2	+
Engenharia de Minas	59,0	51,6	+
Engenharia Elétrica	55,5	75,0	-
Engenharia Mecânica	75,0	100,0	-
Engenharia Civil	94,1	80,0	+

Engenharia Química	66,0	90,0	-
Engenharia Sanitária	64,0	86,0	-
Estatística	41,1	36,0	+
Farmácia	92,3	82,3	+
Filosofia	78,3	57,1	+
Física	33,4	45,1	-
Física Noturno	42,1	44,0	-
Fonaudiologia	100,0	88,9	+
Geofísica	29,0	60,0	-
Geografia	50,0	70,6	-
Geologia	46,7	43,0	+
História	95,2	80,6	+
Instrumento	66,7	72,2	-
Letras c/ Inglês	83,4	72,2	+
Letras c/ Língua Est.	40,0	66,7	-
Letras Vernáculas	100,0	87,7	+
Lic.Desenho e Plástica	70,0	68,7	+
Lic.Educação Física	85,0	73,8	+
Lic.em Ciências	72,0	47,0	+
Lic.Teatro	72,7	70,6	+
Matemática	59,2	71,4	-
Medicina	93,3	84,6	+
Medicina Veterinária	77,0	81,0	-
Museologia	88,2	69,2	+
Música	100,0	77,0	+
Nutrição	87,5	92,3	-
Oceanografia	27,2	40,0	-
Odontologia	100,0	100,0	=
Pedagogia	94,1	82,6	+
Psicologia	77,8	100,0	-
Química	83,3	41,1	+
Secretariado	100,0	90,9	+
TOTAL			32/25

ANÁLISE: Em 32 dos 57 cursos, ou seja 56 %, os cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou melhor que os não-cotistas.

Percentual dos alunos cotistas e não-cotistas com coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10,0 matriculados nos cursos de maior concorrência nos dois semestres de 2005.

CURSO	COTISTAS	NÃO-COTISTAS	C/NC
Administração	83,3	95,4	-
Arquitetura	85,6	81,3	+
Ciências da Computação	66,6	53,7	+
Comunicação - Jornalismo	100,0	87,5	+
Comunicação - Prod. Cultural	100,0	88,9	+
Direito	95,2	88,9	+
Enfermagem	87,5	64,2	+
Engenharia Elétrica	55,5	75,0	-
Engenharia Mecânica	75,0	100,0	-
Engenharia Civil	94,1	80,0	+
Farmácia	92,3	82,3	+
Fonaudiologia	100,0	88,9	+
Medicina	93,3	84,6	+
Medicina Veterinária	77,0	81,0	-
Nutrição	87,5	92,3	-
Oceanografia	27,2	40,0	-
Odontologia	100,0	100,0	=
Psicologia	77,8	100,0	-
TOTAL			32/25

Em 11 dos 18 cursos de maior concorrência, ou 61 %, os cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou melhor que os não-cotistas.

Percentual dos alunos cotistas e não-cotistas com coeficiente de rendimento na faixa acima de 7,5 em cursos que, antes do sistema de cotas, tinham uma taxa de participação de alunos oriundos da escola pública menor que 30 % .

CURSO	COTISTAS	NÃO-COTISTAS	C/NC
Administração	47,0	68,0	-
Agronomia	30,8	30,0	+
Arquitetura	24,5	46,7	-
Canto	100,0	100,0	=
Ciências Biológicas	42,9	33,3	+
Ciências da Computação	22,0	23,0	-
Ciências Econômicas	12,5	25,0	-
Composição e Regência	83,0	77,8	+
Comunicação	100,0	62,5	+
Dança	72,0	63,0	+
Decoração	66,7	64,3	+
Desenho Industrial	75,0	64,7	+
Direito	62,0	78,0	-
Enfermagem	75,0	50,0	+
Engenharia Civil	59,0	48,0	+
Engenharia de Minas	9,0	6,4	+
Engenharia Elétrica	56,0	75,0	-
Engenharia Florestal	57,0	50,0	+
Farmácia	15,4	70,6	-
Filosofia	13,0	28,5	-
Fonaudiologia	84,0	83,0	+
Geofísica	14,3	10,0	+
Lic.em Cienc.Naturais	36,0	20,0	+
Lic.em Educação Física	55,0	38,5	+
Medicina	60,0	65,0	-
Medicina Veterinária	7,7	18,2	-
Museologia	52,9	30,7	+
Odontologia	15,0	50,0	-
Psicologia	77,0	100,0	-
Química	16,7	11,8	+
TOTAL			18/12

Em 18 dos 30 cursos que, antes do sistema de cotas, tinham uma taxa de participação de alunos oriundos da escola pública menor que 30, ou 60 %, mais cotistas que não-cotistas obtiveram coeficiente de rendimento igual ou maior que 7,5.